

ISSN 2596-1196

A stylized logo featuring a white semi-circle representing a sun, positioned above several horizontal yellow lines that suggest rays. The entire logo is centered above the main title.

ILLUMINARE

REVISTA DE FILOSOFIA E TEOLOGIA

v. 4, n. 1, jan./jun., 2021





Realização

Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás

Diretor Geral

Dr. Frei Edson Matias Dias, OFM Cap.

Diretor Administrativo

Dr. Frei Flávio Pereira Nolêto, OFM

Editor

Dr. José Reinaldo F. Martins Filho

Conselho Editorial do IFITEG

Dra. Alice Toledo Lima da Silveira	Ma. Isabel Ortega Peralías
Dr. Claude Valentin Detienne	Me. Jairo Silva de Lima
Me. Denis Borges Diniz	Dr. Joaquim Rocha Cavalcante
Dra. Eliana Borges Fleury Curado	Dr. José Reinaldo Martins Filho
Dr. Elismar Alves dos Santos	Dra. Maria Teresa da Fonseca
Me. Fernando Inácio Peixoto	Me. Mário Correia da Silva
Me. Frederico Hozanan de Pádua	Me. Mário Pires de Moraes Júnior
Me. Hérbert Vieira Barros	Me. Mariosan de Sousa Marques
Me. Héverton Rodrigues de Oliveira	Me. Marcos Vinícius Ramos de Carvalho

Conselho Editorial Nacional

Dra. Carla Milani Damião	Dr. José João Neves Barbosa Vicente
Dra. Carolina Teles Lemos	Dra. Nanci Moreira Branco
Dr. Clóvis Ecco	Dr. Pedro Adalberto de Oliveira Neto
Dr. Daniel Rodrigues Ramos	Dr. Renato Moscateli
Dr. Fábio Ferreira de Almeida	Dr. Valmor da Silva
Dra. Helena Esser dos Reis	Dr. Wesley Carvalhaes

Conselho Editorial Internacional

Dr. César Carbullanca (Chile)	Dr. João Cacepe (Moçambique)
Dr. Enzo Pace (Itália)	Dr. Marià Corbí (Espanha)



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás

ILLUMINARE – REVISTA DE FILOSOFIA E TEOLOGIA / Instituto de
Filosofia e Teologia de Goiás (IFITEG). v. 4, n. 1 (jan./jun.). –
Goiânia, Goiás, 2021. 108 p.

v. 4. n. 1 (jan./jun. – 2021)

Semestral

Disponível em: www.ifiteg.edu.br

ISSN 2596-1195

1. Pesquisa científica. 2. Filosofia. 3. Teologia. 4. Instituto de
Filosofia e Teologia de Goiás (IFITEG).

SUMÁRIO / SUMMARY

Eis que a história impõe a sua força | Editorial

José Reinaldo F. Martins Filho 6-9

ARTIGOS / ARTICLES

Tópicos teológicos para a compreensão da Iniciação Cristã /
Theological topics for the understanding of Christian Initiation

Elismar Alves dos Santos 11-21

A atuação dos missionários redentoristas no combate da gripe espanhola em Goiás em 1918 / *The role of redemptorist missionaries in Fighting Spanish flu in Goiás during 1918*

Paulo Afonso Tavares 22-39

A educação superior católica em Goiás: desafios e perspectivas (1930-1955) / *Catholic higher education in Goiás: challenges and perspectives*

Maximiliano Gonçalves da Costa 40-61

Repensar a subjetividade com Paul Ricoeur / *Rethinking subjectivity with Paul Ricoeur*

Mario Correia 62-76

Síntese da Carta Encíclica *Fratelli Tutti* do Papa Francisco sobre a fraternidade e a amizade social / *Synthesis of the Encyclic Letter Fratelli Tutti of Pope Francis on fraternity and social friendship*

Flávio Pereira Nolêto 77-98

PRIMEIROS ESCRITOS / FIRST WRITINGS

Verbetes – A possibilidade da constituição de uma Filosofia Nacional

Mateus Henrique da Silva 100-103

SOBRE A REVISTA E DIRETRIZES PARA AUTORES 105-108

EIS QUE A HISTÓRIA IMPÕE A SUA FORÇA

EDITORIAL

A história é émula do tempo, repositório dos fatos, testemunha do passado, exemplo do presente, advertência do futuro.
(Miguel de Cervantes)

Transpondo o limite do quarto ano consecutivo de ILLUMINARE – Revista de Filosofia e Teologia, o ano de 2021 nos acolheu com novas surpresas. Já nos primeiros meses, a esperança que aquecia os nossos corações, ansiosos por dias melhores, ainda que pautados pelo “novo normal” pós-pandemia, sofremos o primeiro revés: a segunda onda na disseminação da covid-19. Unido a toda a sociedade brasileira e, quiçá, mundial, também o IFITEG partilhou seu momento de incerteza e de dor. As aulas presenciais, recém retomadas e seguindo os critérios sanitários de prevenção, precisaram ser novamente interrompidas, tornando ao extraordinário remoto, que por insistência e duração já quase se acenava “ordinário”. A sensação dominante de superação progressiva fora abalada pela nova insídia da peste. Dessa vez, porém, a reorganização ocorreu mais rapidamente e com menos transtornos para a comunidade acadêmica, já experimentada pelos dois semestres anteriores. Às vésperas de se encerrar o semestre, contudo, a otimização das estatísticas permitiu um retorno cada vez mais seguro, acomodando-nos novamente ao fluxo das atividades presenciais, à convivência dos corpos e olhares próximos, na construção de um futuro de esperança. Outra vez fomos arrastados pelo imponente fluxo historial, que nos determina e enlaça a horizontes passados e futuros, com uma força que não pode ser impedida.

Este primeiro número de 2021, portanto, dá conta do momento histórico que vivemos, mostrando que a experiência imediata tem conexões no que já foi e, na outra ponta da trama, nos prepara para o

que será. Auspiciamos, certamente, por um mundo biologicamente seguro, oportuno para o desabrochar da vida em sua força e potência. Mas não podemos nos esquecer que a história ensina, e ensina a partir do que se pode sentir e constituir como sentido (cf. MARTINS FILHO, 2019). Num contexto de mortes a vida contrasta e ganha destaque (MARTINS FILHO, 2016). Em meio às trevas da desesperança, o novo broto irrompe a terra em busca do sol. A história move-nos para a frente e assim seguimos com confiança e espírito de fraternidade. Talvez isso esteja em jogo nos artigos com integram este número.

O primeiro deles, de caráter teológico e escrito por Elismar Alves dos Santos, discute a Iniciação Cristã a partir de uma leitura que parte dos primeiros séculos do cristianismo. A identificação do fiel a Cristo é o ponto de partida para a construção de uma teologia do batismo, de modo que não se trata de um pertencimento qualquer, mas da imposição de um caráter essencial, que faz transmutar a natureza pela força do sacramento, marcada, de forma indelével, em sua nova condição. O cristão, identificado a Cristo, tem já desde esse momento inicial, a responsabilidade do seu Mestre na relação com os outros e com a natureza, a incumbência do testemunho em todo tempo e lugar.

Imediatamente em seguida, damos espaço para duas contribuições que nos ajudam a pensar o hoje, mas em estreita articulação com o ontem. O texto de Paulo Afonso Tavares interpreta a atuação dos missionários redentoristas no combate à gripe espanhola em Goiás em 1918. Ao longo do texto, a exposição histórica dá lugar ao contraste entre a realidade vivida no início do século XIX e o que estamos sofrendo atualmente, mostrando pontos de conexão e equivalência seja no posicionamento das autoridades políticas, seja na atuação da Igreja, por meio da congregação. O exemplo do passado, desse modo, seria uma importante chave de leitura para o presente, o que infelizmente não pudemos constatar entre nós. O negacionismo e a adoção de uma política individualista impediu que progredíssemos como nação e nos empenhássemos numa resposta conjunta e eficaz ao problema experienciado.

Ainda com ênfase à leitura da história de Goiás, o artigo de Maximiliano Gonçalves da Costa se desenvolve ao redor da contribuição da Igreja Católica para a efetivação da educação

superior em Goiás, recobrando particularmente o período do episcopado de Dom Emanuel Gomes de Oliveira. Ao longo do texto é possível notar o compromisso da Igreja com a educação de qualidade e a formação das novas gerações. O projeto ambicioso iniciado pelo então arcebispo de Goiânia deu origem ao ensino universitário em terras goianas, tendo como principal vestígio entre nós a Pontifícia Universidade Católica de Goiás, cuja envergadura atualmente alcança os ditames da internacionalização.

A seguir, temos o artigo de Mário Correia, professor do curso de Filosofia do IFITEG, que retoma uma problemática perseguida em sua dissertação de mestrado e, atualmente, pesquisa de doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Brasília (UNB). O autor evocado é Paul Ricoeur, cuja contribuição para as discussões filosóficas ainda é pouco explorada no Brasil. O trabalho, certamente precursor, de Mário Correia nos convida a pensar, ou melhor, a re-pensar a subjetividade, tendo em vista os últimos desdobramentos críticos colhidos da passagem dos séculos de XIX para XX.

Encerrando a seção de artigos, contamos, enfim, com a contribuição de Flávio Pereira Nolêto, frade franciscano e atual diretor administrativo do IFITEG, com uma síntese a respeito da importante encíclica do Papa Francisco titulada *Fratelli Tutti*. O título, em direta alusão à doutrina do *poverello di Assisi* nos convida à construção de um mundo pacífico e solidário, em especial com as realidades mais desafiadoras de pobreza e contextos de exploração da natureza e dos homens e mulheres. É um dos textos mais expressivos do pontificado de Francisco, que, em outras oportunidades já realçou aspectos como o protagonismo da juventude, a centralidade da família, considerada em suas múltiplas dimensões, o primado da sinodalidade como modo de organização e exercício do apostolado cristão e o cuidado com a casa comum. O material ora publicado poderá ajudar como subsídio para a formação de grupos e equipes, mas também para enriquecimento pessoal.

Na seção Primeiros Escritos, além disso, apresentamos uma excelente contribuição para se pensar a possibilidade de constituição de uma Filosofia Nacional no Brasil. O texto foi elaborado por Mateus Henrique da Silva, estudante concluinte do curso de Filosofia do Instituto Santa Cruz. É sempre um desafio pensar a pertinência de uma

filosofia brasileira, quando nossas concessões alcançam apenas a possibilidade de uma filosofia *no* Brasil e não, propriamente, *do* Brasil. Estamos, entretanto, próximos de um momento de maior autonomia nacional, tanto no que se refere à composição de uma identidade brasileira – e, por isso, com maior consciência para os problemas que nos assolam – quanto de organização do diálogo filosófico com frentes mais amplas, interna e externamente aos limites do nosso país. Assim, ao que parece, se ainda não possuímos uma filosofia eminentemente brasileira, podemos estar às vésperas de tal composição.

Concluo esse editorial com votos de que 2021 termine nos livrando da pandemia da covid-19 e que o semestre que se inicia nos brinde com agradáveis surpresas. A vida segue o seu fluxo e nós, com ela, seguimos o nosso caminho.

Que a festa seja plena!

9

O Editor

10 de agosto de 2021, São Lourenço, diácono e mártir.

REFERÊNCIAS

MARTINS FILHO, J. R. F. Morte e finitude na filosofia de Martin Heidegger: uma intuição de *Sein und Zeit* ao pensamento da história do ser. **Griot – Revista de Filosofia**, v. 13, n. 1, p. 238-256, 2016.

MARTINS FILHO, J. R. F. Intencionalidade, Sentido e Autotranscendência: Viktor Frankl e a Fenomenologia. **Ekstasis: revista de hermenêutica e fenomenologia**, v. 8, n. 1, p. 21-37, 2019.

ARTIGOS



TÓPICOS TEOLÓGICOS PARA A COMPREENSÃO DA INICIAÇÃO CRISTÃ¹

THEOLOGICAL TOPICS FOR THE UNDESTANDING
OF CHRISTIAN INITIATION

Elismar Alves dos Santos²

RESUMO: O seguimento de Jesus Cristo é primordial para uma autêntica vivência cristã. Esse seguimento é dom e exige uma relação pessoal, isto é, um “configurar-se” à pessoa do Cristo. Ora, para segui-lo é necessário um início, um “primeiro passo”, uma iniciação. Assim, a função dos sacramentos da iniciação cristã é introduzir quem se converte à fé na comunidade dos fiéis, a Igreja. Nota-se que, ao longo da história do Cristianismo, vários estudiosos organizaram heroicamente catequeses sólidas e consistentes sobre o sentido teológico da iniciação cristã. Dentre esses estudiosos destaca-se Tertuliano (155-222).

11

Palavras-chave: Tertuliano; África; Iniciação cristã; Cristianismo.

ABSTRACT: The following of Jesus Christ is paramount for an authentic christian experience. This follow-up is a gift and personal relationship, that is, a “set-up” for the person of Christ. But to follow it requires a beginning, a “first step”, an initiation. Thus, the function of the sacraments of christian initiation is to introduce one who converts to faith in the community of the faithful the Church. It is noted that throughout the history of Christianity, several scholars have heroically organized solid catechesis and consist on the theological sense of christian initiation. Among these scholars, stands out Tertullian (155-222).

¹ Recebido em 21/02/2021 e aceito em 12/04/2021.

² Pós-doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Doutor em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em Teologia Moral pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte (FAJE). Mestre em Teologia Moral pela Accademia Alfonsiana/Pontificia Università Lateranense (Roma-Itália). Mestre em Psicologia (PUC-GO). Licenciado em Psicologia. Bacharel em Teologia. Licenciado em Filosofia (PUC-GO). Professor de Psicologia e Teologia na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) e no Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás (IFITEG). E-mail: elismar01@yahoo.com.br

Keywords: Tertullian; África; Christian initiation; Christianity.

INTRODUÇÃO

Por volta do final do século II e início do século III, em Cartago, África, Tertuliano foi encarregado de sistematizar teologicamente o rito da iniciação cristã. Sobre a relevância dos seus escritos os estudiosos afirmam que o *Tratado Sobre o Batismo* foi o primeiro material teológico que procurou explicar o sentido da iniciação à vida cristã. Para apresentar os principais pontos teológicos do legado deixado por Tertuliano, o artigo está dividido em quatro tópicos. O primeiro descreve brevemente o contexto histórico da África na época de Tertuliano. O segundo tópico reflete alguns aspectos teológicos do batismo. O terceiro sublinha o significado da água no batismo. O quarto tópico, por sua vez, aborda o sentido da iniciação cristã.

CONTEXTO HISTÓRICO DA ÁFRICA NA ÉPOCA DE TERTULIANO

12

Na história da Igreja, Tertuliano é lembrado como o mais importante e original escritor latino depois de Santo Agostinho (HAMMAN, 1980, p. 60). O escritor africano nasceu por volta de 155, em Cartago, filho de pais pagãos. Formou-se como jurista e exerceu advocacia em Roma. Converteu-se ao Cristianismo por volta de 193, residindo-se em Cartago, enriquecendo a fé cristã com sua sabedoria. Com base nos estudos dos manuscritos de Tertuliano, deduz-se que a partir de 207 ele passou ao Montanismo, e permaneceu separado da Igreja até a morte, ocorrida por volta de 222.

No século II a África passa a ser o principal centro onde tudo se converge. A língua falada é o latim. Com os escritos de Tertuliano, a Igreja latina passa a ter um estilo próprio. “A Igreja da África, com o seu centro em Cartago, oferecia a primeira tradução da Bíblia e o gênio de Tertuliano” (FIGUEREDO, 1984, p. 46). Tertuliano se coloca contra a ideia de reduzir o Cristianismo a um mero “gênero filosófico”. Percebe-se uma acentuação precisa nos escritos do teólogo africano com tendência a fé trinitária. É com ele que nasce um estilo de linguagem para expressar à fé em um único Deus: “‘duas substâncias’

e uma 'pessoa' em Cristo, uma 'substância' e três 'pessoas' em Deus" (LIÉBAERT, 2000, p. 81). É com Tertuliano que surge o termo "economia" Trinitária (MOINGT, 1964, p. 72).

A história lembra que Tertuliano, em 197, publicou o seu primeiro escrito: o *Apologeticum*. Obra de princípios jurídicos que defendem os cristãos de várias acusações. Nota-se que Tertuliano manifesta sua indignação contra os magistrados do Império Romano em relação à perseguição aos cristãos.

Se não vos é livre, ó magistrados do império romano – que fazeis vossos julgamentos em público e no mais eminente lugar desta urbe; se não vos é livre o examinar aos olhos da multidão a causa dos cristãos; se o temor ou o respeito humano vos levam a afastar-vos, apenas nesta presente ocasião, das regras estritas da justiça; se o ódio do nome cristão, como sucedeu ultimamente, valendo-se de delações domésticas, fecha o caminho a qualquer defesa judiciária; que a verdade possa ao menos chegar até vós pelo canal secreto de nossas cartas! (TERTULIANO, 1980, p. 61).

Como jurista observa que uma das injustiças cometidas pelo Império Romano consistia em não escutar, e sim condenar os cristãos. Observa-se o ardor e a luta do escritor africano para defender a fé cristã. Ora, este ardor e esta luta podem ser encontrados em seus escritos, como atesta Joseph Moingt (1964, p. 56). A sua formação jurídica lhe garante qualidades indiscutíveis na defesa da fé cristã.

Não restam dúvidas quanto ao rigorismo da teologia do teólogo africano. Seus escritos expressam uma preocupação disciplinar, moral. Embora, ele não seja considerado um moralista, como ressalta Renzo Gerardi (2003, p. 95-100).

ALGUNS ASPECTOS TEOLÓGICOS DO BATISMO

A iniciação cristã é processo no qual, através de diferentes etapas (pré-catecumenato, catecumenato, etc), gera-se uma pessoa nova. Por meio do batismo a pessoa celebra o encontro com Deus e com Cristo.

Sacramento do encontro com o Pai e com o Filho, o batismo é, finalmente, o sacramento da atuação do Espírito Santo: o Novo Testamento nos fala de um batismo no Espírito (cf. 1Cor 12,13; Tt 3,5) e define o nascer do alto como um nascer da água e do Espírito (cf. JO 3,3-5). (FORTE, 1996, p. 44-45).

No *Tratado Sobre o Batismo*, Tertuliano apresenta o rito da iniciação cristã (o batismo) como forma de perdoar os pecados. Trata-se de entender o batismo como remissão dos pecados. Através da Sagrada Escritura é possível perceber que sempre existiu uma ênfase dada aos “efeitos” atribuídos ao batismo. “Ressaltam eles um movimento entre um estado anterior e um posterior, uma passagem do mal para o bem, uma experiência de conversão” (TABORDA, 2001, p. 37).

Os sacramentos, por sua vez, são celebrados na comunidade de fé que é a Igreja, onde a pessoa é gerada para a vida nova em Cristo. A Igreja é o lugar na qual acontece toda graça sacramental. Nessa ótica, o batismo, na compreensão do escritor africano, tem como objetivo “lavar” os pecados. Assim escreve: “a presente obra tratará do nosso sacramento da água, desta água que lava nossos pecados contraídos no tempo de nossa cegueira original e nos liberta para a vida eterna” (TERTULIANO, 1981, n. 1). Ele fala da purificação concedida às pessoas por intermédio do batismo. Nota-se, então, alguns efeitos atribuídos pela Sagrada Escritura ao batismo.

O perdão dos pecados, a purificação dos pecados, a purificação do coração de uma má consciência, a libertação da morte que é consequência do pecado, a salvação no julgamento e outros semelhantes. (TABORDA, 2001, p. 37-38).

Quanto à dimensão eclesial, a Igreja para o teólogo africano é a expressão visível do Salvador. A Igreja é guardiã do Espírito Santo. Assim, ela é tomada como a visibilidade do corpo das três pessoas da Santíssima Trindade. Com isso, para se tornar membro desta comunidade de fé a Igreja, e receber a vida de Deus em si, Jesus instituiu o batismo. A graça é de Deus que, de maneira definitiva, possibilita a fé e a liberdade do homem.

Tendo o testemunho da fé e a promessa da salvação por caução as três pessoas, necessariamente deverá acrescentar-se a menção da Igreja, pois, onde estão os três, o Pai, o Filho e o Espírito, também está a Igreja, que é o corpo dos três. (TERTULIANO, 1981, n. 1).

Esta visão trinitária sobre a Igreja, permite dizer que a mesma é a comunidade dos que crêem e voltam seu olhar a Jesus, autor e princípio da salvação pelo batismo. É nesta Igreja que o batizado fica inserido. As pessoas devem estabelecer por causa do batismo este compromisso com Deus e com os demais batizados. “Com Deus, porque é filho. E o Filho não pode trair o Pai. Com os homens, porque são irmãos” (ROMAN, 1980, p. 15).

A resposta de fé da Igreja e do homem é a possibilidade da realização da graça de Deus nos sacramentos de modo especial no batismo. Este é certamente o requisito essencial, segundo o teólogo africano para se iniciar a experiência cristã. O tempo, por exemplo, que o candidato precisava se preparar, não menos de três anos; o estudo sistemático da Sagrada Escritura; a observação ética moral do candidato, etc.

O batismo nesta perspectiva diz respeito à resposta pessoal de cada pessoa como experiência da própria fé. “O batismo é o sacramento da fé, no sentido de ser o sacramento da primeira e fundamental adesão à fé” (TABORDA, 2001, p. 36). Pelo batismo acontece um encontro interpessoal onde a oferta gratuita de Deus (graça) corresponde à livre escolha do homem. A fé é um ato da pessoa e uma dádiva de Deus, um dom não merecido, mas necessário, que atinge e afeta todo ser do homem.

A realização do batismo em maior ou menor grau e autenticidade em nossa vida cristã depende da resposta pessoal. Nos textos do Novo Testamento sempre se fala de uma maneira que supõe que as pessoas que recebem o batismo sejam capazes de professar atos de fé. (GENOVER, 1985, p. 24).

Quanto à raiz Teológica do batismo, na precisa terminologia, tem-se a seguinte explicação:

O verbo *baptizein* – intensivo de *baptein*, cujo uso é apenas profano – significa mergulhar, batizar; e é utilizado nesse sentido geral nos LXX (2Rs 5, 14). O NT conhece igualmente esse uso (Mc 10,38), mas emprega principalmente a palavra para designar o batismo (b.) cristão. Daí os substantivos *baptismos* (ação de mergulhar, que irá se tornar mais freqüente para designar o batismo a partir do s. III) e *baptisma*, o batismo. (LACOSTE, 2004, p. 252).

Nota-se a importância e o significado da água na celebração do batismo. De certa maneira, Tertuliano soube articular à luz da Teologia o significado da água no rito de iniciação cristã. Ele, com isso, “teologiza” a água usada no batismo, através de uma linguagem tipológica desde o livro de Gênesis até a morte de Cristo na Cruz.

O SIGNIFICADO TEOLÓGICO DA ÁGUA NO BATISMO

Encarregado da preparação do rito da iniciação cristã, Tertuliano sublinha uma série de proibições aos que desejavam ser batizados.

16

Como padre encarregado da preparação ao batismo, como moralista ávido de modelar os outros a sua própria imagem, escreve os tratados sobre o batismo, a penitência, a oração, o vestuário das mulheres, os quais parecem que estariam mais bem situados no quadro da catequese. Ele legisla a vida social dos cristãos, proíbe-lhes os espetáculos, o circo, o teatro e o estádio. Mais uma vez, ultrapassa a medida, ao consolá-los, com masoquismo, prometendo-lhes o espetáculo do juízo final. (HAMMAN, 1980, p. 59).

No *Tratado Sobre o Batismo*, ele apresenta o significado da água no rito da iniciação cristã. Com a finalidade de justificar o sentido teológico da água no batismo, diz: “se Deus utilizou esta matéria em tudo em sua obra, tornou-a fecunda quando se trata dos sacramentos; se governa a vida terrena, procura também a celeste” (TERTULIANO, 1981, n.6). A água na ordem da criação foi pensada por Deus como realidade capaz de “prender o firmamento celeste”.

Esse elemento recebe de Deus a ordem de “engendrar” todas as criaturas. Neste contexto ele recorda que a água tem como finalidade

gerar vida e sobrevivência da espécie humana. Ela foi escolhida por Deus, porque desde o início da criação torna-se símbolo de vida, e agora sinônimo de purificação dos pecados. A dimensão teológica da água para Tertuliano recorda a força que destrói o pecado. Como o batismo é necessário para a salvação, faz-se necessário utilizar a água que tem o poder de destruir o pecado e conceder vida nova.

No tratado mencionado, ele explica que o espírito Divino pairava sobre as águas, uma alusão ao livro do Gênesis (Gn 1, 20). O dilúvio já seria um tipo de batismo: uma operação mediante a qual “foi limpa a antiga iniquidade” (VICASTILLO, 2006, p. 41). Quanto a Arca no relato bíblico do Dilúvio, era apresentada aos catecúmenos como a figura da Igreja. Com ela – se diz que os homens atravessaram as águas do batismo e receberam o dom do Espírito Santo. A Igreja é interpretada nesse contexto como nave e casa.

A pomba que voa sobre a Arca com um ramo de oliveira ao bico, remete à figura do Espírito Santo. Com o ramo de oliveira, a pomba anunciava que havia acabado a ira punitiva de Deus aos homens (VICASTILLO, 2006, p. 41). Há, ainda, o sentido teológico quanto à passagem pelo Mar Vermelho do povo Hebreu. Tertuliano faz ligação da destruição do Faraó com a destruição do “Diabo” por intermédio da água. Nota-se que Tertuliano “teologiza” a água desde a criação do mundo até a morte de Cristo na Cruz. Assim, água no *Tratado Sobre o Batismo* permite fazer uma leitura teológica-antropológica da mesma na celebração do batismo. Por fim, a água como símbolo traz consigo tudo o que significa, dos tempos remotos à atualidade da criação, do livro do Gênesis ao gesto de lavar as mãos de Pilatos diante da condenação de Jesus.

17

O SENTIDO E AS ETAPAS DA INICIAÇÃO CRISTÃ

A iniciação cristã na época de Tertuliano era marcada por esta exigência: “todo pagão que solicitava entrar para a Igreja deveria passar por uma iniciação que se articulava em duas fazes: o catecumenato e o batismo” (VICASTILLO, 2006, p.22). Primeiramente, os que estavam decididos a se prepararem para o batismo se apresentavam aos “doutores” e esses encaminhavam aos catequistas encarregados da admissão dos candidatos. Ora, toda essa etapa era concebida como um tempo de retiro onde, faziam-se orações e uma

série de atos penitenciais para que reconhecessem os próprios pecados.

Tertuliano reconhecia uma dupla função: expulsar o espírito maligno e introduzir o Espírito Santo. Também se fortificavam antecipadamente para suportar os ataques do demônio, que se deveria intensificar, logicamente, logo após o batismo. (VICASTILLO, 2006, p. 28).

Após esse tempo de retiro espiritual, alguns dias antes do batismo, o Bispo ou o catequista explicava aos catecúmenos a oração dominical, que recitariam na Eucaristia à qual, pela primeira vez, iriam participar. “O comentário ao Pai Nosso que recorrem os dez primeiros capítulos do *De Oratone* de Tertuliano corresponde, sem dúvida, a essa ocasião” (VICASTILLO, 2006, p. 28). Com a finalidade de compreender como era a celebração do batismo de acordo com os ensinamentos de Tertuliano, faz-se necessário seguir o seguinte itinerário: a vigília que antecedia ao batismo; a benção da água; a imersão do candidato na água; a unção com o óleo; o sinal da Cruz; a imposição das mãos por parte do Bispo e, por fim, a participação na Eucaristia.

Assim, antes do batismo acontecia a grande vigília Pascal que ocupava toda à noite e na aurora procedia o batismo dos catecúmenos. Segundo Salvador Vicastillo (2006), primeiramente concentrava-se na Igreja (numa sala privada) onde estava reunida a comunidade. O Bispo impunha as mãos sobre o catecúmeno e este renunciava a satanás, e suas pompas.

Todas estas renúncias consistiriam numa verdadeira morte ao pecado. Deste modo, o batismo acabava sendo para o cristão, um “*symbolum mortis*”. Concluídas as renúncias, a comunidade se colocava ao lado da piscina batismal, onde se cumpria o restante do batismo. (VICASTILLO, 2006, p. 30).

Em seguida, o Bispo procedia com a benção da água, provavelmente com uma epiclese ao Espírito Santo, e posteriormente acontecia a imersão na água:

Ratificada a renúncia, o catecúmeno se despojava de suas vestes e era batizado a base de três imersões: o bispo mediante uma pressão de sua mão sobre a cabeça do catecúmeno, o convidava (a introduzir-se) na água por três vezes em honra da Trindade. Parece que não se usava uma fórmula sacramental em primeira pessoa como hoje se faz somente se perguntava cada vez ao catecúmeno sobre se acreditava nas verdades capitais da fé cristã (na Trindade), ao que o catecúmeno respondia afirmativamente. (VICASTILLO, 2006, p. 30-31).

Ao sair da piscina, o neófito era acolhido pelos diáconos e ungido em todo o seu corpo, com o óleo santo, com a seguinte oração: "Eu te unjo com o óleo santo em nome de Jesus Cristo". Assim, o batizado se convertia ao Cristo, o Ungido, e participava do sacerdócio real de Cristo. Após esse momento os neófitos se vestiam e entravam na Igreja.

Logo depois do uso das vestes, realizava-se a *consignatio*: o rito do sinal da cruz na fronte do neófito. De acordo com a opinião de alguns estudiosos (MOINGT, 1964, p. 55-160), se banhava a carne para que a alma fosse purificada. Unge-se a carne para que a alma seja consagrada; se marca com o sinal da cruz (*com uma cruz*) a carne para que a alma seja fortificada; se alimenta a carne com o corpo e o sangue de Cristo para que a alma se nutra de Deus.

E ao término do sinal da cruz, o Bispo impunha as mãos sobre a cabeça do neófito: "clamando e enviando o Espírito Santo mediante uma benção" (VICASTILLO, 2006, p. 33). Com esse gesto o bispo comunicava sobre o neófito por intermédio de suas mãos os dons do Espírito Santo. E por último, acontecia a participação na Eucaristia: com a invocação ao Espírito Santo se entrava na terceira etapa da vigília pascal. Os neófitos participavam do sacerdócio comum de Cristo. Com esta admissão ao sacerdócio de Cristo eles tinham o direito de participar da Eucaristia. Como conclusão da celebração do batismo e, após o término da Eucaristia, os neófitos bebiam uma mistura de leite e mel para recordar a caminhada do povo de Israel em direção à terra prometida.

Por fim, uma leitura atenta do *Tratado Sobre o Batismo*, suscita uma reflexão sistemática sobre o significado de ser batizado nos dias de hoje. Não será exagero dizer:

Que uma constatação da falta de um mínimo de fé, de qualquer vontade de se progredir na mesma, se propõe a recusar ou de retardar o sacramento do batismo, não será compreendido pelos que desejam receber o batismo. (ANCION & BENNET, 1974, p. 129).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por volta do século II, a África se tornou o centro mais importante da produção teológica da Igreja. Tertuliano contribuiu decisivamente para com a reflexão teológica deste contexto e, como também, posteriormente. O seu escrito, *Apologeticum*, foi um exemplo de defesa contra os magistrados do Império Romano que perseguiram e matavam os cristãos.

Tertuliano ensinava que o batismo perdoa os pecados. O batismo era celebrado na comunidade Igreja. A Igreja era compreendida como sinal visível de Cristo e o batismo foi instituído por Cristo. A Igreja é mãe e responsável pelos filhos de Deus na terra. A mesma é expressão do corpo místico da Santíssima Trindade. Para Tertuliano, Deus usou a água em toda a sua obra. A água gera vida. Deus a escolheu para simbolizar a vida e a fez sinal de purificação dos pecados. A água no batismo destrói o pecado. A Arca na narrativa do Dilúvio era compreendida como a figura da Igreja.

O batismo para Tertuliano exige dos candidatos uma vida moral reta. Por isso, os proibiam de participar de espetáculos, tais como: circo, teatro e estádio. Toda pessoa que desejava receber o batismo precisava passar pelo catecumenato. Participa-se de um longo retiro em que se praticava atos penitenciais. A celebração do batismo seguia o seguinte ritual: a vigília; benção da água; imersão do candidato na água; unção com o óleo; sinal da cruz; imposição das mãos do Bispo e a participação na Eucaristia.

Por fim, a presença de alguns traços da Cristologia de Tertuliano nos escritos da Tradição da Igreja atesta a sua relevância e atualidade quanto aos temas teológicos. Por exemplo: nos escritos de São Leão pode se notar a influência da herança do teólogo africano. Tal influência pode ser também encontrada em pelo menos dois Concílios

da Igreja: “na definição dogmática do concílio de Calcedônia, e nas afirmações sobre o sacerdócio de todos os batizados anunciam os textos do Vaticano II” (LIÉBAERT, 2000, p. 84).

REFERÊNCIAS

- ANCION, J., BONNET, S. **Battesimo, pastorale e sociologia**. In: *Battesimo questione aperta*. Roma: Edizione marzo, 1974.
- FORTE, B. **Introdução aos sacramentos**. São Paulo: Paulus, 1996.
- FIGUEIREDO, F. A. **Curso de teologia patrística II: a vida da igreja primitiva (Século III)**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- GENOVER, C. P. **Teologia do batismo e vida religiosa renovada**. São Paulo: Loyola, 1985.
- GERARDI, R. **Storia dela morale. Interpretazioni teologiche dell'esperienza cristiana: periodi e correnti autori e opere**. Bologna: Edizioni Dehoniane, 2003.
- HAMMAN, A. **Os padres da igreja**. São Paulo: Paulinas, 1980.
- LACOSTE, J.Y. **Dicionário crítico de teologia**. São Paulo: Paulinas & Loyola, 2004.
- LIÉBAERT, J. **Os padres da igreja (séculos I-IV)**. São Paulo: Loyola, 2000.
- ROMAN, E. **O batismo**. São Paulo: Paulinas, 1980.
- MOINGT, J. **Théologie trinitaire de tertullien: histoire, doctrine, méthodes**. Paris-Lyon: Aubier, 1964.
- TABORDA, F. **Nas fontes da vida cristã: uma teologia do batismo-crisma**. São Paulo: Loyola, 2001.
- TERTULIANO, Q.S.F. **Apologeticum: os padres da igreja**. Tradução A. Amman. São Paulo: Paulinas, 1980.
- TERTULIANO, Q.S.F. **O sacramento do batismo: teologia pastoral do batismo segundo Tertuliano**. Os Padres da Igreja, n.3. Tradução U. ZILLES. Petrópolis: Vozes, 1981.
- VICASTILLO, S. **Fuentes patrísticas 18. Tertuliano: al bautismo la oración**. Madrid: Ciudad Nueva, 2006.

A ATUAÇÃO DOS MISSIONÁRIOS REDENTORISTAS NO COMBATE DA GRIPE ESPANHOLA EM GOIÁS EM 1918³

THE ROLE OF REDEMPTORIST MISSIONARIES
IN FIGHTING SPANISH FLU IN GOIÁS DURING 1918

Paulo Afonso Tavares⁴

RESUMO: A pandemia do Novo coronavírus é semelhante à ocorrida há mais de um século, durante o surto global de Gripe Espanhola. Em virtude do enorme trânsito de soldados durante a Primeira Guerra Mundial, a influenza H1N1 ceifou mais de 50 milhões de vidas no período compreendido entre os anos de 1918 e 1919. Diante disso, o presente artigo científico se propõe a analisar historicamente as principais semelhanças e diferenças entre as duas crises sanitárias, voltando-se ao Estado de Goiás e à participação dos Missionários Redentoristas Alemães no combate à Gripe. Através da pesquisa bibliográfica foi possível concluir que a atuação dos clérigos foi indispensável não só para a contenção do surto, bem como pelo menor número de mortes na província goiana e pela recuperação da credibilidade da congregação entre os populares.

Palavras-chave: Gripe Espanhola; Goiás; Missionários Redentoristas.

ABSTRACT: The coronavirus pandemic is very similar to what occurred more than a century ago during the global outbreak of the Spanish Flu. Due to the enormous movement of soldiers during World War I, H1N1 influenza claimed more than 50 million lives in the period between 1918 and 1919. Thus, this scientific article proposes to analyze historically the main similarities and differences between the two health crises, focusing on the State of Goiás and the participation of German Redemptorist Missionaries in the fight against influenza. Through the bibliographical research, it was possible to conclude that the role of clerics was

³ Recebido em 15/05/2021 e aceito em 05/07/2021.

⁴ Mestre em Ciências da Religião e graduado em Jornalismo pela PUC Goiás. Graduando em Filosofia pelo Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás (IFITEG). E-mail: jor.pauloafonso@gmail.com

indispensable not only for the containment of the outbreak, as well as for lowering the number of deaths in the province of Goiás and for the recovery of the congregation's credibility among the popular people.

Keywords: Spanish Flu; Goiás; Redemptorist Missionaries.

INTRODUÇÃO

Surgido ao final de 2019 na Província de Wuhan, na China, o vírus SARS-COV-2, em um curto período de três meses, atingiu o *status* de pandemia e transformou completamente o cenário social e econômico global. No mesmo sentido, foi a pandemia conhecida popularmente como Gripe Espanhola, causada pelo vírus *influenza* H1N1, originada nos Estados Unidos em 1918 e disseminada por soldados combatentes na Primeira Guerra Mundial. Além de colapsar o sistema funerário, a Gripe de 1918 ocasionou pelo menos 50 milhões de mortes e, assim como o coronavírus, modificou o seu entorno.

Destarte, o presente artigo se propõe, através de pesquisa bibliográfica e revisão de literatura, a relatar o surgimento de ambas pandemias e traçar um paralelo entre elas, bem como descrever a chegada da Gripe Espanhola ao estado de Goiás, e por fim observar a atuação dos missionários redentoristas em solo goiano, discorrendo acerca da transformação da opinião popular quanto à congregação graças ao socorro prestado pelos religiosos às vítimas da *influenza*. Para isso, a pesquisa dividida em introdução, três seções de referencial teórico (Paralelo Entre a Pandemia da Gripe Espanhola e o Novo Coronavírus; A Gripe Espanhola no Brasil e no Estado de Goiás; e A Atuação dos Missionários Redentoristas no Combate à Gripe Espanhola em Goiás) e conclusão.

23

PARALELO ENTRE A PANDEMIA DA GRIPE ESPANHOLA E O NOVO CORONAVÍRUS

Durante a Primeira Guerra Mundial, especificamente em 1918, inúmeros soldados foram acometidos por uma patologia desconhecida, denominada erroneamente de "Gripe Espanhola", que

viria a ceifar pelo menos 50 milhões de vidas⁵ em um curto período de dois anos.

Estima-se que os primeiros casos da Gripe de 1918 teriam ocorrido no estado do Kansas, nos Estados Unidos (KIND E CORDEIRO, 2020), país que durante os conflitos exportou milhões de combatentes para todos os lados do globo, consequentemente, em um curto período de tempo, o vírus H1N1 se espalhou por todo o planeta (à exceção de alguns territórios insulares como Santa Helena, Nova Guiné e algumas ilhas do Pacífico). Ao descrever a sintomática, Bertolli Filho aponta:

Sintomas de calafrios, sensação de frio, febre, dores de cabeça, prostração intensa e dores musculares, principalmente nas costas, ombros e pernas, a temperatura do enfermo pode chegar até a 40° centígrados e persistir alta de um a seis dias (...) São notadas alterações no aparelho respiratório, tais como dores de garganta, catarro nasal e tosse, existia a forma benigna da doença não colocando a vida do enfermo em perigo e as infecções secundárias, colocando-se em risco a vida do enfermo, principalmente quando ocorrem complicações por pneumonia bacteriana, fato que pode levar o gripado a óbito dentro de um período geralmente não superior a 48 horas (BERTOLLI FILHO, 1989, p. 88).

24

O surgimento da alcunha “Gripe Espanhola” se deu graças à ampla divulgação acerca da doença realizada pela imprensa do país, que era neutro no conflito e, ao contrário dos Estados Unidos, não possuía qualquer interesse em omitir informações a respeito da pandemia (KIND E CORDEIRO, 2020). Assim, as nações envolvidas na guerra se beneficiaram ao atribuir a origem do vírus à Espanha, e apesar da inexistência de indícios nesse sentido, a denominação permaneceu até a atualidade.

Conhecida como “terrível mal”, “ciclone maldito”, “flagelo”, “epidemia nefasta”, “hecatombe” e “moléstia”, a epidemia durou quase dois anos. Com pequenas diferenças, os/as autores/as falam em três ondas com intensidade e temporalidades distintas. A primeira onda foi a mais branda e

⁵ Ver: <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/cienciashumanas/files/2020/04/a-pandemia-de-1918-em-alegrete-anderson-correa-e-edson-paniagua.pdf>

durou menos tempo, entre os meses de março e julho de 1918. A segunda, foi considerada a mais virulenta e ocasionou o maior número de mortes, teve início em agosto e foi até janeiro de 1919. A última onda se estendeu de fevereiro de 1919 e, em alguns lugares, foi até 1920 (KIND E CORDEIRO, 2020, p. 4).

Os primeiros brasileiros infectados foram contaminados em Dakar, capital do Senegal. Tratava-se de médicos que prestaram assistência aos soldados do navio La Plata, surto que ocasionou pelo menos 156 óbitos.

A chegada do vírus ao Brasil territorial se deu por meio do navio britânico Demerara, que aportou em várias capitais brasileiras, como Recife, Salvador e Rio de Janeiro, evento que possibilitou a transmissão da Gripe por todo o território nacional (KIND E CORDEIRO, 2020).

Na bibliografia, pôde-se observar que os governantes à época diminuíram a importância da infecção, alegando que se tratava apenas de uma gripe comum, nesse sentido, Goulart (2005, p. 102) acerca da maneira em que o vírus foi reportado “com descaso e em tom pilhérico, até mesmo em tom de pseudocientificidade ilustrando um estranho sentimento de imunidade face à doença”. Em contrapartida, a comunidade científica não possuía os recursos necessários para diagnosticar e tratar a patologia, posto que sequer havia consenso médico acerca dos sintomas, contágio e tratamento.

A mídia reportava incansavelmente dados acerca da pandemia, contudo, 65% da população não sabia ler (BRAGA e MAZZEU, 2019) e, conseqüentemente, estavam alheios ao debate que se passava nos jornais. Além disso, também inacessíveis eram as medidas sanitárias sugeridas pelo Governo, pois eram descritas em formato impresso.

Numa época em que não existia rádio e nem televisão, o jornal impresso era o principal veículo de comunicação fórum privilegiado de discussão pública sobre a “espanhola”. Os jornais registravam as cenas do cotidiano alterados pela pandemia, traziam estatísticas sobre os contaminados e mortos, apresentavam o debate da comunidade médica e das diferentes forças políticas. Também veiculavam as prescrições sanitárias governamentais e as práticas adotadas pela população para conter a doença (KIND E CORDEIRO, 2020, p. 5).

Mais vulneráveis ainda eram os homens e mulheres negros, recentemente libertos sem quaisquer meios de prover para si e suas famílias, bem como não recebiam acesso a oportunidades de emprego ou amparo da Administração Pública (KIND E CORDEIRO, 2020).

Esta alta taxa de óbitos atingiu especialmente os mais pobres, moradores de cortiços, vilas operárias e comunidades, com maior letalidade da faixa-etária de 20 a 40 anos. Christiane Cruz de Souza (2005), examinando dados de Salvador, sintetiza as características socioeconômicas da população atingida: “acossada pela carestia, abatida pela fome, desalojada pelas reformas urbanas (aglomerada em lugares mal arejados, úmidos e escuros) e alquebrada por epidemias precedentes” (Souza, 2005 p. 92). Provavelmente, a maior letalidade entre os mais jovens encontra explicação no argumento que Bassanezi (2013) defende ao examinar os dados de São Paulo. Eram pessoas “em idades aptas ao trabalho, eram as que saíam mais às ruas, que enfrentavam em condições precárias uma pesada e prolongada jornada de trabalho. Tal situação tornava estas pessoas vulneráveis ao contágio e ao óbito prematuro (KIND E CORDEIRO, 2020, p. 6 *apud* BASSANEZI).

26

Em cidades maiores como Rio de Janeiro e São Paulo, o colapso do sistema funerário era evidente, cadáveres eram deixados às ruas, pois sequer havia onde sepultá-los (CASTRO, 2019). A alternativa encontrada pelas prefeituras foi a abertura de valas comunitárias, nas quais os corpos eram sistematicamente enfileirados. Martino (2017), observa que as prefeituras recrutaram carpinteiros para a confecção de caixões, ademais, os cemitérios passaram a funcionar também durante a noite, embora os velórios e rituais funerários fossem proibidos pela quarentena instaurada pelos governos estaduais. Goulart (2005) reporta que faltavam remédios, leitos, mantimentos e atendimento médico na capital da república, Rio de Janeiro. Ao descrever a situação na cidade de Porto Alegre, Torres transcreve uma reportagem do jornal *Echos do Sul*:

O aspecto da cidade é desolador. A maioria do comércio fechado, como a maioria das farmácias, das padarias e casas de comestíveis. Muitos desses estabelecimentos são servidos por mulheres que ali estão pelos seus maridos convalescentes. Pelas ruas cruza de instante a instante ou um enterro ou um caixão vazio na cabeça de um preto cambaleante e que vai para esta ou aquela casa para dali sair daí a pouco com um cadáver de gripado. Os que têm acompanhamento, e esse não raro reduzido, seguem muito adiante, enquanto as pessoas do préstito, taciturnas, cabisbaixas, a pé, vão pelo passeio. É desolador. Quase todas as casas têm as portas semicerradas (TORRES, 2009, p. 97).

Por fim, ao observar os surtos da Gripe de 1918 ocorridos em território brasileiro, Matta *et al.*, (2020) dispõem acerca do fenômeno de naturalização da morte, isto é, a normalização dos óbitos baseada na previsibilidade. Rodrigues (2006), em sua análise do processo, propõe que é relacionado à quantificação dos mortos. Em contrapartida, Sontag (1990) afirma que é essencial contabilizar as vítimas, visto que são importantes nesse contexto, “em todas as epidemias de natureza infecciosa, a epidemia é equivalente ao número de casos tabulados”.

Um século após a primeira pandemia de H1N1, a humanidade enfrenta outra patologia virulenta e mortal: Surgido em meados de novembro e detectado em 31 de dezembro de 2019 na província de Wuhan, China, o SARS-COV-2 chamou a atenção dos pesquisadores por se tratar de uma infecção respiratória aguda e grave. Nesse sentido, o Governo Chinês imediatamente passou a adotar medidas sanitárias. Contudo, o surto ultrapassou todos os métodos contenção propostos e em 30 de janeiro de 2020, já era uma emergência internacional de saúde pública (JUNIOR, *et al.*, 2020).

Apesar dos esforços dos países ainda não contaminados, não foi possível interromper o contágio. Nesse sentido, a Organização Mundial da Saúde – OMS⁶, declarou o coronavírus pandêmico em 11 de março de 2020, e mais de um ano depois, a situação não mudou. No Brasil, apesar do fenômeno da subnotificação, são 17 milhões de casos confirmados e mais de 486 mil mortes causadas pelo patógeno⁷.

⁶ Ver: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>

⁷ Ver: <https://github.com/CSSEGISandData/COVID-19>

Isso ocorre porque a doença causada pelo coronavírus é uma infecção silenciosa, por muitas vezes assintomática, que prospera em transmissão via aérea, resultando em altos índices de contágio em um curto espaço de tempo.

(...) grande interface entre humanos e animais selvagens, além do consumo desses animais para alimentação do homem. A cultura alimentar chinesa sustenta que os animais vivos abatidos são mais nutritivos, e a prática desta crença pode contribuir para a transmissão de patógenos, como os vírus (CHAVES e BELLEI, 2020, p. 2).

Consequentemente, dentre as maiores dificuldades no combate ao vírus, está à possibilidade de colapso dos sistemas de saúde, visto que a elevada taxa de transmissão, somada às internações três vezes mais longas do que a média⁸, resultam em um alto índice de baixas hospitalares, crises sanitárias, colapso de cemitérios e milhares de mortes.

Dentre as semelhanças entre a pandemia de 1918 e a atual, está o descaso com as populações de baixa-renda. Para Ribeiro e Leist (2020), as aglomerações urbanas são mais vulneráveis à infecção, *in verbis*: “os grupos marginalizados que apoiam a elite da sociedade brasileira serão as possíveis vítimas do Covid-19, que representam trabalhadores informais ou aqueles em serviços essenciais”.

Elas se situam em conjunturas econômica, políticas e sociais distintas, há similitudes entre a “espanhola” e a Covid-19. Ambas vitimaram milhares de pessoas, especialmente os setores mais pobres da população, houve suspensão de cerimônias fúnebres, adoção de isolamento social e paralisação de atividades produtivas. Nas duas, ocorreram intenso debate público sobre a doença, a morte, as formas de contaminação e as medidas governamentais adotadas (RIBEIRO e LEIST, 2020, p. 2).

Apesar de ter se passado mais de um século, o Governo Federal Brasileiro continua por minimizar os efeitos de uma doença grave e altamente contagiosa, fazendo pouco ou nenhum esforço para

⁸ Ver: Associação de Medicina Intensiva Brasileira, disponível em https://www.amib.org.br/fileadmin/user_upload/amib/2020/abril/28/dados_uti_amib.pdf

amparar as camadas sociais mais carentes. Para Leão (2020), no momento o globo enfrenta a maior crise sanitária e econômica da história, e culpa a péssima gestão da Administração Pública brasileira pelo agravamento da situação das *Fake News*, visto que o Presidente da República teria estimulado na população uma descrença às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), que iam no sentido do fechamento do comércio e isolamento social.

Ao politizar a pandemia, Bolsonaro incentivou a população a agir contra as políticas da própria OMS. Por outro lado, boa parte da direita já estava inclinada a fazê-lo em meados de março, principalmente quando rejeitava a imprensa tradicional e contando com notícias divulgadas pelas redes sociais, o terreno em que as *fake news* circulam livremente (Leão, 2020, p. 2).

Consequentemente, apesar dos nobres esforços dos profissionais de saúde, os óbitos diários passam de dois mil, enquanto a população vacinada chega a meros 11%. Internacionalmente, a péssima gestão da pandemia concedeu ao país má-reputação. Em 05 de março de 2021, a BBC News publicou a matéria intitulada "COVID: Bolsonaro diz aos brasileiros para 'pararem de choramingar' enquanto as mortes aumentam" relatando o surgimento da variante manauara do vírus, denominada "Gama" ou "P1", o pico de óbitos no Brasil até então, mas principalmente o descaso do Presidente da República ante as mortes dos cidadãos e um possível colapso do Sistema Único de Saúde.

Uma das principais diferenças entre as pandemias se dá, pois, a Gripe de 1918 foi mais virulenta e mortal em populações jovens, normalmente soldados, que levaram o vírus para casa ao final da Guerra. Em contrapartida, a doença do Coronavírus é mais agressiva em idosos e pessoas portadoras de comorbidades (como diabetes, obesidade, hipertensão, insuficiência cardíaca, asma, etc).

Outro fator contrastante é a falta de acesso à informação no início do Século XX em comparação à era da comunicação simultânea, que espalha notícias falsas e pseudociências, dificultando o combate à doença.

O maior dos esforços para o controle do SARS-CoV-2 tem sido o compartilhamento de informações sobre como se prevenir, a chamada educação para saúde. Isso porque não existe até o momento atual nenhum tipo de medicamento, tratamento ou vacina específica para esse novo vírus, portanto, a melhor forma de combater a pandemia é a prevenção. No Brasil, órgãos do governo estão lançando ações para a conscientização da população. Porém, em contrapartida, há uma parcela da população que se utiliza do cenário de receio para espalhar medo e instaurar caos a partir da criação e do compartilhamento de notícias falsas, utilizando-se das ferramentas disponíveis nas mídias sociais digitais, as chamadas Fake News (JÚNIOR, *et al.* 2020, p. 5).

A GRIPE ESPANHOLA NO BRASIL E NO ESTADO DE GOIÁS

A população goiana foi informada da existência da doença durante o mês de outubro de 1918, através de jornais que reportavam a situação em outras capitais brasileiras. Estima-se que a infecção tenha chegado ao Estado no mês de novembro via estrada de ferro, acometendo, por conseguinte, as cidades interligadas pela malha ferroviária, como Ipameri, Ouvidor, Urataí, Goiandira, Roncador e Catalão.

O automóvel e o trem-de-ferro, juntos, foram responsáveis pela 'reintegração de Goiás à economia nacional'. No entanto o que quase ninguém nota é que as estradas de ferro e rodagem facilitaram a transmissão da gripe espanhola no Estado. Houve festas grandiosas com a chegada dos trilhos da estrada de ferro em Ipameri em 1913; certamente ninguém imaginou que esta mesma ferrovia, três anos depois, traria a mortífera epidemia, fonte de dor e sofrimento (OLIVEIRA, 2006, p. 164-165).

A infecção tardou a atingir a Cidade de Goiás, graças às medidas de isolamento propostas pelas Administrações Estadual e Municipal, mormente a confecção do Cordão Sanitário. Especificamente, fruto de colaboração entre o Governo do Estado e a Inspeção de Higiene da Cidade de Goiás, a medida tinha por finalidade evitar que a pandemia chegasse à Capital, através de práticas de isolamento social, atrasando a infecção na cidade em

aproximadamente dois meses em relação a outros municípios. A população Goiana tinha conhecimento da existência de uma nova influenza acometendo a capital brasileira, isto é ponto pacífico. Contudo, há um impasse dentre os historiadores quanto a qual via de informação os goianos obtiveram para a prevenção da Gripe de 1918.

Especificamente, os jornais da cidade reportavam uma epidemia na Capital Federal e alguns poucos casos em São Paulo, sem dar indícios, no entanto, quanto à chegada da doença na capital goiana, um dos poucos relatos de H1N1 nas proximidades do estado a serem publicados reportava um surto em Araguari/MG, cidade nas proximidades de Catalão/GO.

Para alguns historiadores, mesmo que poucos noticiassem casos fora do Rio de Janeiro, muitos jovens abastados que saíram da Cidade de Goiás para a Capital Federal buscando formação acadêmica se deslocavam de volta para prestar visitas a seus familiares. Para Kind e Cordeiro (2020), é possível que essa seja uma importante via de conhecimento da doença, e outra seria a troca de telegramas entre goianos e familiares na capital.

31

Que Goiás foi uma das últimas unidades do Brasil atingidas pela influenza espanhola. Assim, quando a terrível epidemia veio bater à nossa porta, já encontrou a população mais ou menos aparelhada para dar-lhes combate eficientemente. Em consequência desse facto, a cifra de óbitos até agora registrada em todo o Estado é relativamente diminuta (NETO, 2011, p. 15).

A essa altura, é muito provável que o patógeno já tivesse infestado o interior do estado goiano e estaria chegando à Capital, contudo, os esforços da população goiana, apoiada pelos governos da Província e do Município, foram capazes de diminuir a letalidade da influenza na Cidade de Goiás, ao fim de 1918, eram evidentes os sinais da pandemia (NETO, 2011), a imprensa publicava medidas sanitárias e a população estava infectada, entretanto, o Estado de Goiás apresentou baixa letalidade em relação aos outros focos da pandemia no Brasil.

O fato do atraso da entrada da epidemia na Cidade de Goiás, devido ao Cordão Sanitário, em relação às demais

cidades do Estado e também em relação aos demais estados federativos, foi de extrema importância, pois a epidemia pode ter chegado com menos letalidade e levado a população e as autoridades públicas a terem sido mais precavidas do que em outras localidades, mas as medidas adotadas para debelar a moléstia de gripe na Cidade de Goiás serão por nós analisadas no próximo capítulo da presente Pesquisa (NETO, 2011, p. 15).

O atraso ocasionado pelo Cordão Sanitário foi essencial para que a população da capital goiana tivesse tempo de se preparar para a crise, em virtude disso, as medidas propostas, como proibição de aulas e funerais, foram rapidamente adotadas pela população, a essas transformações na rotina dá-se o nome de "cotidiano epidêmico" (NETO, 2011).

A ATUAÇÃO DOS MISSIONÁRIOS REDENTORISTAS NO COMBATE A GRIPE ESPANHOLA EM GOIÁS

Proveniente da Alemanha, a Congregação do Santíssimo Redentor ou Missionários Redentoristas, deu origem a uma das missões mais importantes do período. Para que isso fosse possível, o Bispo de Goiás, Dom Eduardo Duarte Silva obteve o aceite dos Redentoristas em 1894, dentre as principais motivações, estava ajudar a Igreja Católica a se sustentar economicamente, além de propagar o cristianismo, que competia com outras religiões (FILHO e SILVA, 2016).

Especificamente, a Congregação Redentorista passava por duas décadas de exílio em virtude da *Kulturkampf*, a Luta Cultural Alemã consiste em diretrizes para o país recentemente unificado. Durante a época, era comum a perseguição à Igreja Católica, tida como ameaça à soberania nacional, não só por ser entidade estrangeira, mas também porque o catolicismo era visto como retrógrado no país. A reabertura religiosa se deu entre o final da década de 1880 e o aceite às congregações religiosas em 1894.

Após sua chegada em território brasileiro, os missionários foram designados a administrar diferentes romarias. Dentre elas a do Divino Pai Eterno, localizada em Trindade/GO (FILHO e SILVA, 2016). Os redentoristas eram pessoas de prestígio, queridos na população e por

vezes, até mesmo, figuras políticas importantes recorriam aos conventos para hospedagem e visitação.

Durante a Primeira Guerra, a relação entre brasileiros e alemães foi estremecida, principalmente após a declaração de guerra contra os germânicos em 26 de outubro de 1917, tornando comum práticas abusivas contra os imigrantes da Alemanha, como o confisco de cartas e outras violações de direitos pessoais (FILHO e SILVA, 2016). Dessa forma, os redentoristas residentes em terras tupiniquins eram hostilizados por vezes necessitando recorrer às autoridades para proteção, como no apedrejamento ao convento paulista de Aparecida em 04 de novembro do mesmo ano.

A Alemanha era então considerada inimiga devido ao fato do Brasil apoiar a chamada “causa aliada”, na qual a França era o país que recebia mais apoio da população. Logo, a elite brasileira tinha mais proximidade com os princípios franceses, especialmente por sua formação e proximidade histórica. Assim que eclodiu a guerra ocorreu uma união dos intelectuais brasileiros em prol dos Aliados, e os noticiários da imprensa estavam incumbidos de formar a opinião do senso comum. Era corriqueiro a publicação de artigos que objetivavam conspurcar os alemães (FILHO e SILVA, 2016, p. 5).

Nesse sentido, as casas da congregação passaram a recorrer ao apoio da polícia e do clero, pois eram vistos como ameaça à segurança nacional. Em Goiás, no entanto, não há relatos de ataques contra a dignidade ou a integridade física dos missionários alemães. Filho e Silva, resumem os principais adversários políticos da Igreja durante o período a protestantes, espíritas e a maçonaria, organização extremamente influente politicamente.

Alguns conceitos estão vinculados ao ideário de que a Alemanha seria uma ameaça ao mundo, tais como o “perigo alemão” e/ou “pangermanismo”. Tais conceitos referenciam-se a um possível plano forjado pelos alemães com o fito de conquistar territórios, visando uma espécie de dominação mundial (FILHO e SILVA, 2016, p. 6).

Contudo, os conflitos foram postos de lado quando, ainda em 1918, a pandemia de Gripe Espanhola assolou o globo. Nesse momento, os missionários redentoristas, há não muito rechaçados pela população, passaram a executar um trabalho admirável no combate a esta patologia, que ceifou milhares de vidas em território brasileiro. Os missionários não só acudiam os enfermos religiosamente, bem como montaram hospitais de campanha, prestaram auxílio aos médicos, distribuíram medicamentos e trabalharam de maneira admirável a fim de evitar o maior número de mortes possível, conforme pode se extrair dos relatos da Casa da Penha, SP:

Dentro de poucos dias, a maioria dos moradores de nossas paróquias caiu doente. Muitos deles corriam risco de morrerem privados de qualquer socorro. Diante disso, abrimos às pressas dois hospitais provisórios: para os homens, no grande prédio onde funcionavam as escolas públicas; para as mulheres e crianças, nas escolas particulares das Irmãs Vicentinas. Cada dia eram levados para lá os que estavam em piores condições. O governo cedeu-nos automóveis e assim pudemos socorrer os que precisavam de auxílio corporal e espiritual. Por ocasião da visita aos doentes, deixávamos vales com os quais eles podiam conseguir mantimentos e remédios por conta do governo (FILHO e SILVA, 2016, p. 14).

Os registros cunhados pelos redentoristas comprovam o número massivo de atendimentos, doações e outras ações de controle da pandemia, no Estado de São Paulo:

Durante a gripe, isto é, de 24 de outubro até 2 de dezembro, na Penha, foram feitas 1.328 visitas aos enfermos; em domicílio foram socorridos 3.438 enfermos, visitados 3.813 doentes, socorridos nos postos 2.444 pessoas, hospitalizados 118 doentes; foram feitas 1.158 visitas médicas; foram distribuídos 1.499 vales de gêneros, 1.225 vales de carne, 325 vales de leite, 690 vales de medicamentos, 1050 pratos de sopa. Em tudo isto as despesas subiram a nada menos de 12:220\$800. Durante esse tempo foram feitas 185 confissões, ungido 79 enfermos" (FILHO e SILVA, 2016, p. 15).

Apesar de representar números menos expressivos de contágio, o Estado de Goiás também recebeu auxílio dos redentoristas. No interior,

por exemplo, os redentoristas, assumiram a função de agentes de saúde, cuidando de enfermos e prescrevendo receitas, principalmente na zona rural, onde havia escassez de medicamentos, o que lhes renderam a alcunha de “Padre Médico”. O missionário redentorista padre José Francisco Wand destaca em carta escrita no dia 17 de janeiro de 1919:

Ouvi dizer que na capital existem mais de 1500 casos de gripe e que o povo se está retirando de lá por falta de alimentos. Em Goiabeiras morreram 4 pessoas, em Ribeirão há quase todos os dias um enterro. Aqui pode morrer ainda uma outra pessoa em consequência da recaída; tive uns 8 a 10 casos graves em cujo tratamento fui muito feliz. Passo cada dia umas 5 ou mais horas na cidade. O povo da roça vai atrás de mim; chegando em casa, já me esperam 5 ou 6 pessoas que me querem consultar ou pedir remédio. Estou em apuros. Felizmente está aqui a doença em declínio. [...] Hoje veio uma carta de Trindade em que Antônio Batista pede por amor de Deus de eu ir lá e tratar os doentes, principalmente os pobres sem recurso. Deve ter uns 100 doentes e sempre aumenta o número (FILHO e SILVA, 2016, p. 15).

35

Neste ínterim, os missionários redentoristas agiram no combate à Gripe entre os anos de 1918 e 1919, como se agentes de saúde fossem. Além disso, em Goiás, suas ações eram ainda mais necessárias, pois distribuíam alimentos e materiais de higiene à população mais carente da Província. Podemos ver atuação dos missionários redentoristas em várias cidades goianas pelos relatos nas crônicas:

O convento distribuiu, além disto, muitos mantimentos, principalmente leite para os pobres. Continuamente vinham pessoas de lugares mais distantes bater em nossa porta, pedindo conselho e remédio. Depois que a epidemia cessou em Campinas – cidade com umas 700 pessoas – os padres Vicente e Francisco foram a Trindade para incutir ânimo ao povo, procurando, ao mesmo tempo, melhorar as péssimas condições de higiene, enquanto possível (FILHO e SILVA, 2016, p. 15).

É possível extrair da bibliografia que sem o auxílio dos redentoristas, a saúde pública brasileira teria colapsado. Destarte,

apesar do assustador número de óbitos, os ataques aos clérigos cessaram, alterando rapidamente o *status* da congregação. Em carta escrita ao superior padre João Batista Kiermeier, no dia 30 de outubro de 1918, padre Estevão Maria Heigenhauser relata:

Nós padres somos tudo: enfermeiros, carregadores de caixões, médicos administradores dos sacramentos, distribuidores dos vales de mantimentos, medicamentos, leite. Hoje organizamos um hospital no Grupo. Assim em toda a cidade. O presidente (do Estado) disse ao Arcebispo: A Cruz Vermelha fracassou... O governo entregou tudo ao clero. Tudo vai pelas mãos do padre. O padre visita o doente, manda vir o médico (que não vai sem ser chamado pelo padre), manda aviar os remédios, distribui os cales, manda vir os caixões mortuários (no Salão de S. Geraldo está o depósito dos caixões que hoje consegui do sr. Arcebispo). (...) Assistimos a um verdadeiro triunfo da Igreja. Todos reconhecem (FILHO e SILVA, 2016, p. 16).

No subsequente ano de 1919, a pandemia perdeu força no Brasil, para o historiador Eliézer Cardoso de Oliveira (2005, p. 6), a doença desapareceu abruptamente, da mesma maneira que surgiu, em partes pela atuação incessante dos redentoristas, que não mediram esforços para salvar as vidas daqueles que estavam atacando sua integridade física e moral apenas por questões políticas, o que rendeu enorme prestígio à Congregação. Nas palavras do Padre Estevão Maria Heigenhauser: “Nunca houve na Penha tanto respeito e tanta veneração por nós: ninguém passa sem de longe cumprimentar”

36

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo se propôs a traçar um breve paralelo entre a Pandemia de 1918 e a de 2019, com foco no surto de Gripe Espanhola em Goiás e a subsequente atuação dos missionários redentoristas no combate à *influenza*, essencial para a contenção da pandemia em Goiás.

Para isso, fez-se uso de pesquisa bibliográfica acerca da Gripe de 1918, do Novo Coronavírus, e da história das Missões Redentoristas.

Nesse sentido, foi possível extrair que os acontecimentos que levaram à perda de credibilidade dos redentoristas são

intrinsecamente políticos, visto que a hostilidade provinha de um sentimento de nacionalismo causado por conflitos bélicos internacionais, completamente desconexos com a congregação. Dessa forma, apesar de portadores do “carisma de cargo”, isto é, respeito inerente à sua função religiosa na sociedade, os clérigos experienciaram não só danos a sua reputação, bem como à integridade física, como no ataque ao Convento Paulista de Aparecida.

Entretanto, apesar de receberem pouco apoio, os missionários reconquistaram o respeito e admiração dos populares ao tomar frente no combate à Gripe de 1918, que levou a óbito milhares de brasileiros. Ocorre que, o Governo Brasileiro, desenganado pela Cruz Vermelha entregou tudo ao Clero.

REFERÊNCIAS

BERTOLLI FILHO, Cláudio. **Epidemia e Sociedade: a gripe espanhola no Biblos**, Rio Grande, 1989. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

BRAGA, Ana Carolina; MAZZEU, Francisco José Carvalho. O analfabetismo no Brasil: lições de história. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 21, nº 1, p. 24-46, jan./abr. 2017.

CASTRO, Ruy. **Metrópole à beira-mar. O Rio moderno dos anos 20**. São Paulo: Companhia das Letras. 2019.

CHAVES, Tânia do Socorro Souza; BELLEI, Nancy Cristina Junqueira. SARS-COV-2, o novo Coronavírus: uma reflexão sobre a Saúde Única (One Health) e a importância da medicina de viagem na emergência de novos patógenos / SARS-COV-2. **Revista de Medicina**, São Paulo, v 99, nº 1, p. 1-4, jan./fev. 2020.

CORREA, A., PANIAGUA, E. **A Pandemia de 1918: a Gripe Espanhola em Alegrete**. Disponível em:

<http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/cienciashumanas/files/2020/04/a-pandemia-de-1918-em-alegrete-anderson-correa-e-edson-paniagua.pdf> Acesso em: 14 jun. 2021.

COVID DASHBOARD. **John Hopkins University**, 2021. Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html/>. Acesso em: 14 jun 2021.

DADOS UTI SP. Associação de Medicina Intensiva Brasileira de Medicina, 2020, Disponível em:

https://www.amib.org.br/fileadmin/user_upload/amib/2020/abril/28/dados_uti_amib.pdf/. Acesso em: 14 jun. 2021.

FILHO, Robson Rodrigues Gomes; SILVA, Lorrany Maiara Aparecida. Das pedras ao triunfo: os missionários redentoristas alemães no Brasil entre a Primeira Guerra Mundial e a Gripe Espanhola(1914-1918). **Revista de História da UEG**, Morrinhos, v. 5, nº 1, p. 55-73, jan./jul. 2016.

GOULART, A. C. (2005). Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12939-020-01207-2>

JÚNIOR, João Henrique de Sousa *et al.* Da Desinformação ao Caos: uma análise das Fake News frente à pandemia do Coronavírus (COVID-19) no Brasil. **Cadernos de Prospecção**, Salvador, v. 13, nº 2, p. 331-346. 2020.

KIND, Luciana; CORDEIRO, Rosineide. Narrativas sobre a morte: a gripe espanhola e a Covid-19 no Brasil. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 32, p. 1-19. 2020.

LEÃO, Jair. Political polarization at the time of the coronavirus: A Brazilian's view. **Oral Disease Advance Online Publication**, 2020. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/odi.13406/>. Acesso em: 14 jun. 2021.

MARTINO, João Paulo. **1918 - A gripe espanhola - os dias malditos**. São Paulo: Excalibur, 2017.

MATTA, *et al.* A pandemia de Covid-19 e a naturalização da morte. **Portal Fio Cruz**, 2020. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/covid_naturalizacao_das_mortes_doi.pdf/. Acesso em: 14 jun. 2021.

NETO, Leandro Carvalho Damacena. **A Influenza espanhola de 1918/1919 na Cidade de Goiás**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2011.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. **A Gripe Espanhola em Goiás**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA da ANPUH, 23., 2005, Londrina.

Organização Mundial de Saúde declara pandemia do novo Coronavírus, **Una-SUS**, 2020. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus/>. Acesso em: 14 jun. 2021.

RIBEIRO, Fabiana; LEIST, Anja. Who is going to pay the price of Covid-19? Reflections about an unequal Brazil, **International Journal for Equity in Health**, 2020. Disponível em: <https://equityhealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12939-020-01207-2/>. Acesso em: 14 jun. 2021.

SONTAG, Susan. **Illness as a metaphor and AIDS and its metaphors**. New York: Picador. 1990.

TORRES, Luiz Henrique. O vírus da gripe espanhola desembarca na cidade: a visão do Echo do Sul. **BIBLOS**, Rio Grande, v. 23, nº 1, p. 91-99, 2009.

A EDUCAÇÃO SUPERIOR CATÓLICA EM GOIÁS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS (1930-1955)⁹

CATHOLIC HIGHER EDUCATION IN GOIÁS:
CHALLENGES AND PERSPECTIVES (1930-1955)

Maximiliano Gonçalves da Costa¹⁰

RESUMO: O presente artigo visa refletir sobre a implantação da educação superior católica em Goiás (1930-1955), durante o episcopado de Dom Emanuel Gomes de Oliveira. Para tanto, partiremos do contexto que permeou esse período da história, de crescente laicização e secularização que tirou da Igreja Católica a exclusividade da educação. Diante disso, a Igreja reagiu por meio da encíclica papal *Divini Illius Magistri* que reivindicava a primazia da educação cristã frente ao Estado laico. No Brasil esse movimento foi liderado por Dom Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro, com a finalidade da recatolização da nação, investindo na formação que resultou na criação da Universidade Católica do Rio de Janeiro, a primeira do Brasil. Em Goiás, coube a Dom Emanuel consolidar esse processo que culminou na criação das primeiras faculdades católicas em Goiânia, Enfermagem, Farmácia e Odontologia e, depois a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que se tornou um núcleo principal para a criação da Universidade Católica de Goiás.

Palavras-chave: Educação Superior; Igreja Católica; Goiás.

ABSTRACT: This article aims to reflect on the implementation of Catholic higher education in Goiás (1930-1955), during the episcopate of Dom Emanuel Gomes de Oliveira. Therefore, we will start from the context that permeated this period of history, of growing secularization and secularization that took the exclusivity of education from the Catholic Church. Faced with this, the Church reacted through the papal encyclical *Divini Illius Magistri*, which claimed the primacy of Christian education over the secular state. In Brazil, this movement was led by

⁹ Recebido em 24/06/2021 e aceito em 30/07/2021.

¹⁰ Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Goiás. Mestre em História pela Universidade Estadual de Goiás. Presbítero do clero diocesano de Goiânia. E-mail: padremaxcosta@gmail.com

Dom Sebastião Leme, Archbishop of Rio de Janeiro, with the aim of recatizing the nation, investing in training that resulted in the creation of the Catholic University of Rio de Janeiro, the first in Brazil. In Goiás, Dom Emanuel was responsible for consolidating this process that culminated in the creation of the first Catholic faculties in Goiânia, Nursing, Pharmacy and Dentistry, and then the Faculty of Philosophy, Science and Letters, which became a main nucleus for the creation of the Catholic University of Goiás.

Keywords: Higher Education; Catholic Church; Goiás.

A revolução francesa proporcionou o caminho de consolidação de uma cultura nacional e leiga, que deveria prevalecer frente ao monopólio da cultura católica. Todas essas mudanças são decorrentes do período denominado “era das revoluções” (HOBBSAWM, 1996). A “*societas christiana*” estava em crise. Era perceptível o crescimento progressivo da descristianização das massas. A laicização e a modernidade, vista como secularização, resultantes da crítica iluminista e da visão de progresso do século XIX, acabou por tirar da Igreja Católica a exclusividade da educação.

A modernidade inaugurou a diferenciação das instituições, onde cada uma delas deveria ocupar um espaço reservado para si de maneira privada. Isso gerou a laicização da sociedade, que não tem mais a sua vida social orientada por normas ditadas por uma instituição religiosa (HERVIEU-LÉGER 2008, p. 32-33).

Na visão de Berger (2017), esse processo não resultou no desaparecimento da religião, mas possibilitou a retirada de uma única vertente que tinha a primazia, abrindo caminho para uma pluralidade que se estabeleceria desse momento em diante. Essa mudança pediu da Igreja Católica a adequação de suas práticas em razão da nova estrutura do Estado, reconfigurando, assim, o lugar da religião na sociedade. Para o autor houve uma deslegitimação da religião, a partir do momento em que ela passava a ser questionada, no que diz respeito a sua autoridade. Berger diz que isso seria “a libertação do homem moderno da tutela da religião” (2011, p. 118).

Frente a essas mudanças e com o passar do tempo, diversas linhas pedagógicas e várias formas de educar foram se

estabelecendo, principalmente na primeira metade do século XX, o qual trazia novas pedagogias contrastantes à doutrina católica.

Diante desse cenário, o Papa Pio XI percebeu a necessidade de uma orientação por parte da Igreja Católica sobre a educação, o que o motivou a escrever a encíclica *Divini Illius Magistri*. Seu objetivo era afirmar que a educação devia estar intimamente ligada à finalidade última de cada pessoa, estando fadada ao fracasso caso essa meta não fosse alcançada.

É, portanto, da máxima importância não errar na educação, como não errar na direção para o fim último com o qual está conexas, íntima e necessariamente toda a obra da educação. Na verdade, consistindo a educação essencialmente na formação do homem como ele deve ser e portar-se, nesta vida terrena, em ordem a alcançar o fim sublime para que foi criado, é claro que, assim como não se pode dar verdadeira educação sem que esta seja ordenada para o fim último, assim na ordem atual da Providência, isto é, depois que Deus se nos revelou no Seu Filho Unigênito que é o único “caminho, verdade e vida”, não pode dar-se educação adequada e perfeita senão a cristã (PAPA PIO XI, 1965, p. 6-7).

42

A encíclica queria reafirmar o direito que a Igreja Católica tinha de educar, principalmente diante de um contexto de crescente laicização e oferta de novas modalidades de fé e, conseqüentemente, de ensino. Afinal, a educação era um caminho de atuação e propagação de seus valores. Com este documento, Pio XI almejava manter a hegemonia da Igreja, principalmente diante da realidade da época, marcada por profundas mudanças.

Pierre Bourdieu (1983, p. 89-94) diz que o *habitus* constitui-se de um conjunto de esquemas geradores de ação habituadas a um determinado campo. Ou seja, um campo indica que os agentes que o formam são portadores de um certo *habitus*, adaptando-se aos quesitos e necessidades do campo em questão. De acordo com a visão do autor, o campo religioso se caracteriza por várias relações de forças e poder em prol do monopólio do capital simbólico-religioso, com o desejo de deslegitimar os concorrentes e ter para si o domínio do campo. A conquista desse domínio é de fundamental importância para a perpetuação dos bens simbólicos, portanto, é necessário

assegurar uma estrutura que seja capaz de distribuir o capital religioso. Por isso, a luta pelo monopólio do campo se torna tão necessária.

Em 1898, o Papa Leão XIII, convocou um Concílio Plenário Latino Americano, cuja realização foi de importante relevância para a reorganização da Igreja Católica na América Latina em comunhão com Roma. Uma parte final do documento versava sobre a educação, na qual bispos católicos ressaltaram o fato de que a América Latina era católica, logo a educação precisava também ser católica.

O concílio incentivava a fundação de escolas católicas por todo o continente, com uma educação que estivesse em conformidade com os ensinamentos cristãos e a fé católica. O terceiro capítulo do referido documento tratava sobre as universidades e faculdades, neste os bispos manifestaram o desejo de que “cada república ou comarca da América Latina tenha sua Universidade verdadeiramente católica” (PONTIFICIA COMMISIO PRO AMERICA LATINA, 1999, p. 64 – tradução nossa)¹¹.

A Proclamação da República (1889) alterou demasiadamente as relações entre Igreja e Estado no Brasil, refletindo fortemente também na educação. A religião católica deixou de ser a religião oficial¹² e o Estado passou a ser laico.

Diante das grandes mudanças que aconteceram nesta época, a Igreja Católica no Brasil viu-se fora dos processos políticos de decisão, até mesmo por defender uma ordem política e econômica que já não respondia mais à sua época. Frente a essa realidade, a Igreja organizou-se por meio de uma restauração, para que pudesse ter voz e vez, em todas as instâncias. Logo, a educação tornou-se uma via muito eficaz para cumprir essa finalidade. Por parte da Igreja, houve um esforço para a concretização de um estado cristão, no qual fosse restaurada a influência do catolicismo na sociedade brasileira, contando com o apoio do poder político.

O conceito de Restauração Católica ou *recatolização* / *recatolizar* se fundamentou no tradicionalismo, na ordem política e religiosa, que tinham como objetivo o combate à

¹¹ Documento do Concílio Plenário Latino Americano, datado originalmente de 1898. Em nossa bibliografia presente conforme publicação de 1999.

¹² Conforme Decreto do Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, datado de 07 de janeiro de 1890.

desordem social representada nas propostas anticatólicas, no pensamento moderno e na perda de espaço dos discursos do clero. As atividades do projeto deveriam promover a politização dos eclesiásticos, com o objetivo de se organizarem contra o processo de laicização do Estado e das instituições (MOURA, 2015, p. 43).

O projeto de restauração católica¹³ no Brasil nesse período foi encabeçado por Dom Sebastião Leme, apresentado na carta pastoral que ele escreveu à sua diocese, quando foi nomeado Bispo de Olinda, em 1916. Será neste cenário de divergências entre Igreja e Estado que surge a figura de Dom Leme: perante a laicização que crescia, com uma Igreja que já não mais ocupava o lugar de antes, somada à necessidade de catolicizar todos os espaços, empreendendo uma forte presença massiva para ganhar o reconhecimento do Estado, com a finalidade de influenciá-lo com os princípios cristãos. Essa seria a ideia que nortearia a ação da Igreja Católica no Brasil durante o século XX.

De acordo com sua carta, Dom Leme constatava que, apesar do Brasil ser um país católico, a Igreja, por meio de seus fiéis, não exercia de fato sua fé para influenciar na formação e construção de uma nova sociedade. Por isso, fazia-se necessário investir na formação e instrução, para que, assim, a Igreja pudesse ter a força necessária e cumprir sua missão na sociedade. Portanto, nesse período no Brasil a Igreja Católica queria investir em educação, fundando escolas católicas, bem como instituir o ensino religioso nas escolas públicas.

Em 1921, Dom Leme fora transferido para o Rio de Janeiro, como bispo coadjutor do Cardeal Arcoverde, sucedendo-o na Sé Cardinalícia. Estando no Rio de Janeiro, Dom Leme teve mais estruturas e apoio para que esse projeto crescesse frente à Igreja no Brasil. Segundo Azzi (1994, p. 23), com Dom Leme na capital da república, “o

¹³ Segundo Riolando Azzi é preciso entender o significado do termo “restauração, em primeiro lugar consiste em dar um novo aspecto àquilo que estava desgastado pelo tempo; segundo, essa nova face deve ser consolidada e arquitetada pelo seu aspecto primitivo. O termo “restauração católica” tem um sentido análogo. Não significa introduzir novas orientações ou perspectivas na vida da Igreja, mas reconduzir a própria instituição a um modelo antigo. O objetivo da Igreja Católica consistiu no esforço de reorganizar para que na sociedade atual, ela pudesse se posicionar, principalmente, frente às classes dirigentes, para que assim, a fé católica volte a ter vez, sendo um elemento constitutivo da sociedade. Cf. AZZI, R. *A Neocrisandade: Um Projeto Restaurador*. São Paulo: Paulus, 1994 – (História do pensamento católico no Brasil; v. 5), p. 21-22.

episcopado brasileiro ganhava um novo líder". Com essa finalidade se cria no Rio de Janeiro Revista *A Ordem*, em 1921. E, o Centro Dom Vital em 1922, cuja finalidade se orientava na formação dos novos intelectuais católicos que iriam contribuir nesta "cristianização" da sociedade e do estado, bem como angariar fundos para manter a Revista *A Ordem*, criada no ano anterior. O Centro Dom Vital foi o grande disseminador dos ideais que Dom Leme defendia para o Catolicismo brasileiro.

O Congresso Eucarístico Nacional, realizado no mesmo ano, por ocasião do Centenário da Independência (1922), a Liga Eleitoral Católica (LEC), a Ação Católica, Conferência Católica de Educação e Círculos Operários Católicos. O Instituto Católico de Ensinos Superiores (ICES), o Instituto de Educação Social e da Família e a Associação Universitária Católica (AUC) foram todas iniciativas que externalizavam esse *modus operandi* da Igreja no Brasil em seu projeto restaurador.

Em 1930, o cardeal Arcoverde morreu e Dom Leme assumiu a arquidiocese do Rio de Janeiro, recebendo o título de cardeal. Neste mesmo ano propôs ao Papa Pio XI a coroação de Nossa Senhora Aparecida como Padroeira do Brasil. Em 1931, foi inaugurada a estátua do Cristo Redentor, como sinal visível desse movimento que o Catolicismo provocava no Brasil, bem como a coroação de Nossa Senhora Aparecida como Padroeira do Brasil.

Em 1932 tivemos duas grandes iniciativas no que diz respeito a educação superior católica, a saber a fundação da Associação Universitária Católica (AUC) e do Instituto Católico de Estudos Superiores (ICES), semente para o nascimento da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Se o objetivo da restauração católica no Brasil era formar a classe intelectual católica, para que a mesma pudesse influenciar a sociedade, a educação superior foi elemento basilar para tal feito.

Padre Leonel Franca, jesuíta, assistente eclesiástico do Centro Dom Vital, foi o grande incentivador dessas iniciativas, que o levou a ser o primeiro reitor da Universidade Católica do Rio de Janeiro. Todas essas iniciativas reiteraram a premissa de que o poder espiritual deveria ser a base para o desenvolvimento e o progresso, capaz de dar a verdadeira ordem e isso deveria ser feito com o processo de

catolicização da sociedade brasileira, cujo foco principal seria a formação das elites.

Em 1938, houve o aval positivo da Santa Sé, por meio da Congregação da Educação Católica, responsável pelos seminários e universidades, além do apoio financeiro que receberam desta, para início dos trabalhos. O Papa Pio XI delegou a Dom Leme um mandato apostólico para a fundação da Universidade Católica. Os bispos de todo o Brasil em 1939 realizaram o Concílio Plenário Brasileiro que, na sua carta final, ressaltava a grande necessidade da Igreja Católica no Brasil: a formação religiosa. Advertindo a forte importância da militância dos leigos na Igreja, era necessário que a própria Igreja os desse uma boa formação. Assim, nesse documento os bispos católicos reiteraram o desejo da fundação de uma Universidade Católica no país.

De nossas escolas e colégios tratamos como de um fato; da nossa Universidade só nos é permitido falar como de uma esperança. Esperança, ainda, mas que se quer imediatamente realizar. Ao Brasil Católico já não é possível viver sem esta artéria vital de seu organismo religioso. Por sua natureza a Universidade é o centro onde se elaboram as grandes sínteses do saber, o seminário de formação dos sábios que impulsionam os progressos do conhecimento, o laboratório em que se preparam os elementos superiores da administração e da vida profissional do país, numa palavra, o órgão conservador e transmissor de todo o patrimônio de uma civilização. Reconhecer-lhe esta influência soberana nos destinos de um povo é afirmar, ao mesmo tempo, para a Igreja, a necessidade inadiável de possuir a sua "Alma Mater". Como expressão cultural superior do Catolicismo e como instrumento imprescindível de sua irradiação ampla e benfazeja em todas as esferas sociais, a Universidade Católica é, para o Brasil, penhor de vida no presente e promessa do mais seguro porvir. A realização deste ideal exigirá, como todas as obras de Deus, grandes sacrifícios, dedicações puras e generosas inesgotáveis. Mas o Brasil não mentirá às nossas esperanças, nem se mostrará surdo à confiança do nosso apelo. A fundação da Universidade Católica será a glória da

nossa geração (CONCÍLIO PLENÁRIO BRASILEIRO, 1939, p. 11)¹⁴.

A inauguração das faculdades aconteceu em 15 de março de 1941, com sessão solene na sala Santo Inácio, com santa missa que contou com a presença de autoridades eclesásticas¹⁵ e civis¹⁶. Nessa sessão, Pe. Leonel Franca foi nomeado reitor, e as faculdades ficariam aos cuidados dos padres jesuítas. Essas faculdades tornar-se-iam a célula-mãe da futura Universidade Católica, que viria com a missão de formar a sociedade segundo os princípios cristãos.

Dom Leme faleceu em 1942. Padre Leonel Franca continuou os trabalhos nas faculdades católicas, em 1944, o Instituto Social Católico, que fora fundado em 1937, agregou-se às faculdades católicas com o curso de serviço social, e assim, deu início ao processo de constituição da Universidade Católica junto ao Ministério da Educação e Saúde. Sendo assim, em 21 de outubro de 1946, no Rio de Janeiro, foi aprovado e homologado, pelo presidente Eurico de Gaspar Dutra, o Decreto de Lei n. 21.968 com os estatutos da nova universidade. Em 27 de março de 1946, aconteceu a Sessão Solene de instalação da primeira Universidade Católica do Brasil. Pe. Leonel, em seu discurso, reforçou os princípios que a universidade deveria cumprir diante de sua missão.

47

A finalidade da Universidade é formar os que vão dirigir a Sociedade. Pela sua natureza própria e específica a missão da Universidade é ensinar os mais aptos para dirigir os outros, daí a necessidade de uma formação humana total. Por ela (formação integral) firma-se a alta missão social das Universidades Católicas. Preparar chefes em que a vida intelectual e a vida moral se tenham compenetrado na harmonia de uma síntese equilibrada... Professores da Universidade Católica, congratulo-me convosco: aqui ireis colaborar no grande esforço de elaboração concreta de uma cristandade ajustada às exigências da história que se

¹⁴ Excerto da Carta Pastoral do Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro (Legado Pontifício) e dos Arcebispos e Bispos do Brasil, por ocasião do Concílio Plenário Brasileiro, datada de 20 de julho de 1939.

¹⁵ Cardeal Dom Leme (Arcebispo do Rio de Janeiro), Dom Bento Aloisi Masella (Núncio Apostólico no Brasil).

¹⁶ Gustavo Capanema (Ministro da Educação e Saúde), Cesário Andrade (Presidente do Conselho Nacional de Educação), Raul Leitão Cunha (Reitor da Universidade do Brasil).

transforma; trabalhais na obra criadora de uma civilização cristã (FRANCA, 1946, p. 75-80).

A fundação da universidade marcou uma data histórica para a Igreja Católica no Brasil. Afinal, ela era a concretização dos esforços de toda a Igreja para que se tivesse um centro superior de cultura, no qual o ensino assegurasse a orientação católica na educação superior.

Em Goiás, esse movimento restaurador se consolida no episcopado de Dom Emanuel Gomes de Oliveira (1923-1955), ele nasceu no dia nove de janeiro de 1874, em Benevente, atual Anchieta, no estado do Espírito Santo, filho de José Gomes de Oliveira e Maria Matos de Oliveira. Emanuel, terminando os estudos básicos, ingressou na Congregação dos Padres Salesianos de Dom Bosco, na cidade de Lorena/SP, onde recebeu o hábito religioso em 29 de janeiro de 1891. Em 1898, recebeu do bispo de Niterói, Dom Francisco do Rego Maia, as ordens menores. E, em 1901, na cidade de São Paulo, recebeu as ordens maiores das mãos de Dom Antônio Cândido Alvarenga, sendo ordenado padre no dia 16 de junho do mesmo ano. Foi nomeado bispo de Goiás 27 de outubro de 1922, do Papa Pio XI. A sua sagração episcopal aconteceu no Santuário Nossa Senhora Auxiliadora, em Niterói, no dia 15 de abril de 1923. Em cinco de agosto de 1923, tomou posse como o sétimo bispo na cidade de Goiás, na Igreja da Boa Morte, que funcionava como Catedral provisória.

Ao assumir sua nova diocese, Dom Emanuel teve que se dedicar para resolver três desafios: 1- a grande crise financeira que a Igreja Católica em Goiás enfrentava, face as suas dívidas que foi resolvida com o estabelecimento de um novo contrato com os padres redentoristas de Trindade, onde 70% dos rendimentos do Santuário do Divino Pai Eterno vieram para a diocese; 2- a criação de novas prelazias devido a vastidão da geografia de sua diocese, que se tornaram uma constante no Brasil depois da separação entre Igreja e Estado, tendo em vista novo status de autonomia da Igreja; 3- suprir a escassez do clero local diante de uma diocese de grandes extensões. A saída encontrada pelo bispo foi dupla: por um lado, a reestruturação do Seminário Santa Cruz para a formação do clero diocesano local e, por outro, a chegada de novas congregações religiosas para assumirem as paróquias e colégios.

Em 18 de novembro de 1932, o papa Pio XI, pela bula *Quae in facidiorem*, elevou a Diocese de Sant'Ana de Goiás à condição de Arquidiocese, sendo Dom Emanuel o primeiro arcebispo da nova circunscrição eclesiástica, que até o momento estava subordinada à Arquidiocese de Mariana.

A segunda fase do seu episcopado consistiu numa forte atuação no campo da educação, essa foi uma via para a consolidação do projeto de restauração em Goiás.

Sob a gestão de Dom Emanuel, a Igreja Católica viveu em Goiás um dos seus períodos de maior esplendor. Agindo dentro dos princípios restauradores, promoveu uma ampla cristianização da sociedade goiana, mantendo o catolicismo a posição de religião majoritária e ganhando para as causas da Igreja praticamente toda elite econômica e intelectual do Estado (VAZ, 1997, p. 232).

De acordo com a edição de 1945 da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos do Ministério da Educação e Cultura (MEC), havia 15 escolas de ensino secundário em Goiás¹⁷, dessas, 12 eram particulares, sendo 10 católicas, duas protestantes e três públicas.

49

Tabela 1: Colégios Secundários em Goiás 1945.

	Colégio	Local	Congregação Religiosa
01	Ginásio Santo Agostinho	Goiânia	Irmãs Agostinianas
02	Ginásio Dom Bosco	Goiânia	Padres Salesianos
03	Ginásio Arquidiocesano Municipal	Anápolis	Padres Franciscanos
04	Ginásio <i>Auxilium</i>	Anápolis	Irmãs Salesianas
05	Ginásio N. S. Mãe de Deus	Catalão	Irmãs Agostinianas
06	Ginásio Arquidiocesano Planalto	Formosa	Irmãs Dominicanas
07	Ginásio N. S. Aparecida	Ipameri	Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado
08	Ginásio Senador	Morrinhos	Padres Estigmatinos

¹⁷ Colégio secundário é aquele que oferecia dois ciclos, o primeiro com uma duração de 4 anos, chamado curso ginásio, e o segundo com duração de 3 anos, dividido em cursos clássicos e científicos.

	Hermenegildo de Moraes		
09	Ginásio Arquidiocesano Anchieta	Silvânia	Padres Salesianos
10	Ginásio N. S. Auxiliadora	Silvânia	Irmãs Salesianas
11	Colégio Estadual de Goiás	Goiânia	Público
12	Ginásio Oficial de Goiás	Goiás	Público
13	Ginásio Municipal Ipameri	Ipameri	Público
14	Ginásio Couto Magalhães	Anápolis	Protestante
15	Ginásio do Instituto Grambery	Pires do Rio	Protestante

Fonte: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos¹⁸

O colégio Santa Clara de Goiânia, sob a responsabilidade das irmãs franciscanas; e o colégio Nossa Senhora do Bom Conselho de Jataí, das irmãs agostinianas. Em nenhuma das duas listas foi apresentado o colégio Sant'Ana, da cidade de Goiás, das irmãs dominicanas que já existiam. (GONÇALVES, 2017). Esses dados revelam o esforço da Igreja Católica no Brasil para salvaguardar a instrução e a formação da juventude. “Nos anos 1930, cerca de 80% dos estudantes secundários do país se encontram em escolas particulares, sendo a maior parte destas pertencentes à Igreja Católica” (MOURA, 2000, p. 99).

Com efeito, durante o episcopado de Dom Emanuel foi criada uma grande rede de escolas católicas em Goiás, que se agregaram àquelas que já existiam. De acordo com a *Revista da Arquidiocese de Goiânia*¹⁹, em 1961 havia em todo o território goiano 57 escolas de ensino primário, 31 ginásios, 21 colégios de ensino médio e normal, quatro escolas técnicas de comércio e seis instituições de ensino superior.

A partir da década de 1930, o Governo Federal se interessa pela interiorização do Brasil, com a conhecida Marcha para o Oeste e também a construção da nova capital de Goiás, Goiânia, fomentada por Pedro Ludovico Teixeira, que foi a marca do progresso e

¹⁸ Ministério da Educação e Cultura. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos- Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos*. Vol. VI, N. 17, Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1945. p. 309.

¹⁹ *Revista da Arquidiocese de Goiânia*. Depois de cinco anos. 1961. In: MENEZES, Áurea Cordeiro. *Dom Emanuel Gomes de Oliveira: arcebispo da instrução*. Goiânia: Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2001. p. 114-118.

modernidade no Centro Oeste brasileiro, abrindo novas perspectivas para interiorização de outras regiões.

Dom Emanuel já tinha transferido a sua residência para Bonfim (Silvânia) desde 1926 e fazia grandes investimentos na cidade, tendo ele o cargo de chefiar a comissão que escolheria o local da nova capital, quis interferir para que fosse Bonfim. Porém, Pedro Ludovico escolheu a região de Campinas para ser edificada Goiânia. Essa divergência gerou um distanciamento entre o arcebispo e o interventor. Dom Emanuel não esteve presente no lançamento da pedra fundamental de Goiânia em 1933, só veio dois anos depois para a celebração do lançamento da pedra fundamental da Igreja de Nossa Senhora Auxiliadora, em 24 de maio de 1935, pois lá seria a futura catedral da nova cidade.

A demanda pela fundação de um hospital em Goiânia, capital recém-criada em 1933, veio ao encontro do desejo da Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP), uma associação leiga católica que tem como finalidade a caridade e o conforto espiritual aos doentes e necessitados. A conferência vicentina já existia em Campinas e, com a criação de Goiânia, passou a atuar na nova capital, se reorganizando, passou a ter como presidente Germano Roriz, um influente senhor da sociedade goiana, e Agnelo Arlinto Fleury Curado, como primeiro secretário. Coube ao cônego Abel Ribeiro, braço direito de Dom Emanuel Gomes de Oliveira e primeiro vigário de Goiânia, acompanhar o trabalho dos vicentinos. Além do apoio de dona Gercina Borges, primeira dama do Estado, todos esses se envolveram no projeto da fundação da Santa Casa de Misericórdia de Goiânia. Sendo assim, essa iniciativa foi encampada pela Igreja, Estado e sociedade civil. Essa aliança se consolidou no nascimento do primeiro hospital da nova capital, que ficou sob a tutela da Igreja Católica.

Em Goiânia, o lançamento da pedra fundamental da Santa Casa de Misericórdia aconteceu em 28 de setembro de 1935. A área cedida pelo Estado ficava entre as ruas 21 e 24 no centro, mas depois, por motivos técnicos, foi mudada para uma área entre as avenidas Tocantins, Paranaíba e rua 4. O projeto da obra era do arquiteto José Amaral Neddermeyer, e sua construção só foi iniciada, de fato, em 1937. Para a realização desse projeto, o Estado entrou com a doação do terreno e de verbas federais para a construção. A Igreja entrou com a administração, por meio da Sociedade de São Vicente de

Paulo, e com a manutenção do hospital, através da presença das religiosas. Inicialmente, pelas irmãs Agostinianas e depois com as Filhas da Caridade. O esforço mobilizou, ainda, muitos membros da sociedade civil para as diversas comissões de serviços, bem como para angariar fundos para construção e manutenção da Santa Casa de Misericórdia de Goiânia.

Podemos perguntar: quais as motivações da Igreja Católica fundar a Santa Casa de Goiânia? 1) seria uma via para suprir a ausência do Estado no que diz respeito à saúde; 2) atender à população mais carente, que crescia com o advento da nova capital; 3) abrigaria os primeiros cursos superiores na área da saúde sob a tutela da Igreja Católica; 4) atenderia a sociedade civil, que não mais precisaria buscar fora de Goiás um tratamento de saúde de qualidade; e 5) se auto afirmaria diante de Anápolis, que tinha o Hospital Evangélico Goiano e a Escola de Enfermagem.

No que diz respeito a educação superior católica em Goiás, falar da fundação da Santa Casa de Misericórdia de Goiânia é de fundamental importância, pois ela acolheu o curso de Enfermagem (1942), o primeiro curso superior católico, sob o desejo de Dom Emanuel e coordenado pelas irmãs Filhas da Caridade. Além do curso de Enfermagem, acolheu também, posteriormente, os cursos de Farmácia e Odontologia, em 1948. A Escola de Enfermagem recebeu o reconhecimento oficial por parte do Governo Federal, por meio do Decreto n. 15.495/1944. De acordo Silva (2006), D. Emanuel,

Não mede esforços para que surja na capital do Estado uma modelar “Escola de Enfermeiras”, oficializada no molde da Escola modelo “Ana Neri” do Rio de Janeiro. E recentemente o Conselho Nacional de Educação, em uma de suas secessões, opinou pela autorização de funcionamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia em Goiânia, requerida pela Conferência de S. Vicente de Paulo de Goiás (SILVA, 2006, p. 455).

No projeto restaurador, liderado por Dom Emanuel, a educação foi vista como uma via eficaz para a transmissão de seus valores. Neste sentido, a atuação das irmãs Filhas da Caridade à frente deste primeiro curso superior católico em Goiás, que se tornou a mola mestra para orientar os demais que viriam posteriormente, disponibilizava uma

conduta e orientação que perpetuava valores, perdurando em meio à sociedade goiana e sendo imprescindível à Igreja Católica neste momento da história. Sobre isso, Bourdieu (1998, p. 50) afirma que, “o sistema escolar dispõe da autoridade delegada necessária para exercer universalmente uma ação de inculcação duradoura em matéria de linguagem, tendendo assim a proporcionar a duração e a intensidade desta ação ao capital cultural herdado”.

Consolidar na nova capital uma Escola de Enfermagem, com a finalidade de formar enfermeiras pautadas pela doutrina católica, daria à Igreja, em um futuro próximo, a possibilidade de garantir a manutenção e a ampliação de sua influência, tanto no campo da saúde como da educação em Enfermagem, por meio das enfermeiras formadas pela Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo, em Goiânia. A escola tornava-se um lugar de propagação da fé católica entre as jovens estudantes, por mais que a maioria das ex-alunas não fossem ser freiras, a formação que elas recebiam reverberaria de certa forma através de suas condutas e trabalhos, frutificando, assim, o ensinamento que receberam na Escola.

Além do curso de Enfermagem, que já estava funcionando nas dependências da Santa Casa, no ano de 1945 a Conferência de São Vicente de Paulo formou uma comissão, cuja missão pudesse analisar a possibilidade da criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Goiás. O lançamento da pedra fundamental deu-se no dia 12 de outubro deste mesmo ano. A conferência cederia as instalações para receber o curso. A nova Faculdade de Farmácia e Odontologia foi autorizada oficialmente em 18 de dezembro de 1947, por meio do Decreto n. 24.231/1947, dando início às suas atividades em 14 março de 1948, nas dependências da Santa Casa de Misericórdia de Goiânia, onde funcionou até 1953, quando foi transferida para uma sede própria, no setor universitário. Conforme aprovação do Governo Federal, via Decreto nº 30.180, de 20 de novembro de 1951,

Enquanto o curso de Enfermagem teve uma formação mais católica, sendo conduzido pelas Filhas da Caridade, os cursos de Farmácia e Odontologia seguiram um caráter mais laical, até mesmo porque o grupo que encabeçou a ideia era composto de leigos profissionais da saúde, entre médicos, dentistas e farmacêuticos. Logo, a formação estrutural desses dois cursos não se deu num viés religioso, como foi o de Enfermagem.

O Congresso Eucarístico de Goiânia - CEG²⁰ foi uma iniciativa da Arquidiocese de Sant'Ana de Goiás para celebrar seu bicentenário e o 25º aniversário de sagração episcopal de Dom Emanuel Gomes de Oliveira, seu arcebispo. Este grande evento eclesial aconteceu entre os dias três e seis de junho de 1948, em Goiânia. O Congresso Eucarístico representou, assim, uma tentativa, por parte da Igreja, de recuperar a primazia em meio a um estado secularizado, que já não tinha mais a fé como elemento norteador. A teologia que orientava a Igreja Católica era aquela que apresentava Cristo ressuscitado e glorioso, por meio desses atributos, e se enfatizava o domínio de Cristo sobre toda a sociedade. Esse Cristo como Rei deveria vencer, reinar e imperar.

O Congresso Eucarístico de Goiânia culminou na resolução que fundou a Universidade do Brasil Central. Na noite de seis de junho de 1948, encerramento do CEG, no Palácio das Esmeraldas, sede do governo de Goiás, houve uma reunião para deliberar sobre a criação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - FFCL, sob a égide da Igreja Católica, que seria o núcleo da futura Universidade do Brasil Central. Participaram desta reunião o cardeal Dom Jaime Câmara, arcebispo de Rio de Janeiro, Dr. Jerônimo Coimbra Bueno, governador do Estado, Dom Emanuel, arcebispo de Goiás, Dom Abel Ribeiro, bispo auxiliar, Dr. Hélio Seixo de Brito, secretário da educação, cônego José Trindade, entre outras autoridades religiosas, civis e militares²¹.

Assim sendo, seria necessário elaborar os estatutos dessa associação. Isso resultou na criação da Sociedade de Educação e Ensino de Goiás – SEEG, que se deu por fundada na reunião citada acima no palácio do governo, em seis de junho de 1948. Essa associação, além de ser a mantenedora da nova faculdade, seria responsável por todas as obras educacionais da Arquidiocese de Goiás, que possuía inúmeras escolas de todos os níveis espalhadas por todo o estado. A SEEG seria um grande guarda-chuva que resguardaria todas as escolas que estavam sob a administração da Igreja Católica em Goiás.

²⁰ Utilizaremos a sigla CEG para denominar Congresso Eucarístico de Goiânia.

²¹ *Livro Ata Sociedade de Educação e Ensino de Goiaz*. 06 de junho de 1948. p. 1. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

A FFCL foi composta pelos cursos de Geografia e História, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Anglo-Germânicas e Pedagogia instituída legalmente pelo Decreto n. 26.144, de 04 de janeiro de 1949, e seus cursos foram reconhecidos pelo Decreto n. 30.588, de 22 de fevereiro de 1952. Se observarmos o processo entre a primeira reunião para a fundação da faculdade, que aconteceu em junho de 1948, e a aprovação em janeiro de 1949, o processo correu rapidamente. Isso aconteceu devido a influência que Dom Emanuel possuía junto ao Governo Federal, sobretudo, no Ministério da Educação.

A FFCL, além de oferecer os cursos ordinários de graduação, oferecia, também, os extraordinários de Cultura Religiosa e de Iniciação Filosófica. Além disso, o regimento interno resguardava que todos os discentes deveriam fazê-los e só poderiam ser dispensados se houvesse a liberação do diretor, dependendo do credo de cada aluno²². Era por meio dessa via que acontecia uma educação mais confessional, que pudesse inculcar o pensamento católico. A ideia que se queria transmitir era que a ciência não podia ficar separada da religião.

Dom Emanuel sempre soube utilizar de sua influência política em favor das iniciativas da Igreja, isso não foi diferente neste momento. Ele sabia que se não houvesse subvenção do governo o seu projeto não iria prosperar, pois os recursos da Igreja eram poucos para manter uma obra dessa magnitude. Diante disso, o bispo apelou aos deputados do Rio de Janeiro, sede do governo federal, para a captação de recursos para manter as faculdades da Igreja Católica em Goiás. Ele fez uma articulação com os deputados goianos, recorreu aos mato-grossenses, pois havia trabalhado como padre naquele estado, e também aos mineiros, devido à influência de seu irmão, Dom Helvécio, que era arcebispo de Mariana²³. Somou forças para poder garantir do governo federal um subsídio de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) por ano que, além de beneficiar a FFCL, foi aplicado também em outras faculdades existentes, como a de Enfermagem, Farmácia e Odontologia. A articulação política de Dom Emanuel foi o que garantiu a manutenção e o crescimento das faculdades em Goiânia.

²² *Regimento da Faculdade de Filosofia de Goiaz*, Art. 26 e 27, 1948.

²³ OLIVEIRA, D. Antônio Ribeiro. *Universidade do Brasil Central*. In: PINHEIRO, Antônio César Caldas (Org.). *Dom Emanuel, arcebispo da providência, da instrução e da paz*. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2015. p. 34-35.

De acordo com *O Popular*, em edição de 1952, aconteceu uma reunião no Palácio das Esmeraldas com a presença de várias autoridades, entre elas, o então governador Pedro Ludovico, cônego José Trindade, secretário de educação, Venerando Freitas, prefeito de Goiânia, José Felicitando Almeida, diretor da divisão de terras, e os representantes das escolas superiores de Goiânia para tratar da localização desses estabelecimentos de ensino na nova capital. Desta forma, o governador decidiu que revogaria a lei de loteamento do Setor Leste Universitário na parte superior, que deveria ser destinado às faculdades, para que as mesmas pudessem construir seus prédios²⁴. Essa decisão resultou na Lei n. 634, de 29 de setembro de 1952, que doava os terrenos às faculdades para a construção de suas sedes no Setor Universitário. A SEEG, como mantenedora das faculdades católicas, recebeu a posse e escritura do terreno que lhe fora destinado. Com os recursos federais, foi possível construir os prédios. Em 1954 começou a construção do prédio da FFCL, que foi idealizado por Dom Emanuel, contendo 14 salas de aulas, salas para diretoria, secretaria, tesouraria, biblioteca, inspetoria federal do ensino superior e dos professores, salão de reunião, cantina e centro acadêmico. O prédio foi inaugurado em 1956, após a morte de Dom Emanuel, e custou Cr\$ 1.632.966,00 (MACÊDO; VAZ, 2004).

Diante de todos esses acontecimentos, a década de 1950 foi muito favorável ao incremento da educação superior em Goiás. Além das ações da Igreja Católica e do Estado, houve também iniciativas por parte da sociedade civil para a consolidação de novos cursos superiores em Goiânia, como: Belas Artes (1952), Ciências Econômicas (1953), Engenharia (1958) e Medicina (1960).

Em 10 de fevereiro de 1954, Dom Emanuel convocou uma reunião, realizada na sala de despachos da Cúria Metropolitana, com a presença de alguns padres e professores para iniciarem os trabalhos da Faculdade Goiana de Direito que deveria ser sediada na Matriz de Campinas. O apoio dos padres redentoristas foi de fundamental importância. Coube ao padre Artur Bonotti, vigário da matriz de Campinas, a missão de colaborar nos trabalhos. Nesta mesma reunião, ele expressou seu desejo de que a Faculdade Católica de Direito de Campinas florescesse e frutificasse ao lado da Igreja de Nossa Senhora,

²⁴ *Jornal O Popular*, 19 de setembro de 1952. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

na Praça da Matriz, como já acontecia em São Paulo, no velho convento do Largo São Francisco.

Outra causa que contribuiu para a criação da Faculdade Goiana de Direito- FGD foi a grande demanda que existia para o curso de Direito em Goiânia. Com o crescimento da capital e o desenvolvimento que a acompanhava, consequentemente, aumentou a demanda de pessoas para cursar o Direito. A Faculdade de Direito de Goiás, que era mantida pelo o Estado e a mais antiga, já não conseguia responder a tamanha procura. Sendo assim, Dom Emanuel constatou que este novo curso teria uma boa demanda. Assim destacou Dr. Colemar Natal, em reunião realizada em 19 de março de 1954, que marcou a fundação da Faculdade Goiana de Direito.

Todas essas iniciativas tinham uma única finalidade por parte do arcebispo, a fundação de uma Universidade Católica em Goiás. Na carta que ele escreveu a Jaime Câmara Filho, pedindo apoio para a criação da Universidade, consta:

Estamos em condições superiores ao Estado do Espírito Santo, que já tem a sua Universidade, com três escolas em funcionamento. Temos mais elementos que a Universidade Católica da Bahia, contamos com institutos de ensino superior em franco desenvolvimento. Possuímos oito faculdades, ou sejam: Faculdade de Filosofia, de Farmácia, de Ciências Econômicas, de Belas Artes, de Engenharia, de Odontologia, de Direito e de Medicina. Tudo isso que acabo de expor, estou certo, vem atestar a afirmação vigorosa na maturidade dos nossos propósitos. Com a criação da Universidade, creio firmemente na preparação de um novo ciclo de progresso, de civilização e de grandeza do Brasil Central (OLIVEIRA, apud MENEZES, 2001, p. 109-110)²⁵.

Em 1954, Dom Emanuel traz os padres jesuítas para Goiânia com a finalidade de dirigirem a FFCL, a presença deles possibilitou uma melhor organização, nos moldes de uma cultura universitária, que era necessária para a formação da universidade.

²⁵ OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes. *Correspondência*. Bonfim, 07 de março de 1951. In: In: MENEZES, Áurea Cordeiro. Dom Emanuel Gomes de Oliveira: arcebispo da instrução. Goiânia: Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2001. p. 109-110.

Em fins de abril de 1954, chegaram os primeiros jesuítas: padre Francisco Machado da Fonseca, mineiro, que acabava de concluir seu doutoramento em Filosofia em Roma, e o padre Joaquim Lopez de Prado, espanhol, doutor em Ciências Jurídicas. O padre Lopez de Prado pouco tempo ficou em Goiânia. O padre Machado, logo de início, assumiu a direção da Faculdade de Filosofia. Não foram fáceis os primeiros anos (...) Padre Machado relembra aqueles anos: Goiânia era então uma capital nova, cidade pequena, sem tradição universitária a não ser no ensino do Direito. Não tinha aeroporto, luz instalada, asfalto, telefone. Poeira por todos os lados. Cheguei até a desanimar. Era irritante. Mas foi uma experiência fascinante, pois iniciou-se uma tradição que, a julgar pelos que se vê hoje, continua esplendidamente. Muitos dos atuais professores das Universidades Federal e Católica foram meus alunos (VAZ, 1979, p. 31-32).

Muitos fatores colaboraram para esse processo de gestação da Universidade Católica. Elencamos aqui seis deles, que consideramos os mais importantes. Em primeiro lugar, o afincamento e o desejo de Dom Emanuel de formar uma classe intelectual católica; segundo, a estrutura gerida e mantida pela Sociedade de Educação e Ensino de Goiás com outros cursos, que foi capaz de solidificar uma base para o nascimento da universidade; terceiro, o apoio que o arcebispo recebia do Estado, da sociedade civil e das diversas áreas do desenvolvimento do saber; quarto, o apelo popular por uma universidade em Goiás; quinto, a grande demanda que crescia no Estado, fruto do desenvolvimento que vivia; sexto, a necessidade de mão de obra qualificada. Todos esses fatores somaram à vontade de Dom Emanuel, possibilitando alcançar aquilo que se tornaria o ápice de seu governo episcopal, o nascimento da Universidade.

Em verdade, a Faculdade de orientação católica, pela obra de relevância que vai realizar na educação da juventude, contribuirá extraordinariamente para a definição e para a fixação dos rumos cristãos da civilização que vai pender nestes planaltos. A ela, sem dúvida, caberá a divulgação dos conhecimentos jurídicos, do estudo e da pesquisa do Direito, preparando as gerações do futuro para serviço da Pátria e para a defesa da civilização cristã. Sem ser um púlpito de onde apenas se pregue a religião, desenvolverá uma vida de

estudos em que a religião é alma (OLIVEIRA, apud NETO, 2004, p. 166)²⁶.

O projeto educacional liderado por Dom Emanuel, que chegou ao seu ápice com a estruturação da educação superior católica em Goiás, respondia a uma iniciativa do episcopado brasileiro que via na educação o caminho mais eficaz de “restaurar tudo em Cristo”: “cristianizar as elites, para que estas por sua vez ‘cristianizem’ o povo, o Estado, a Legislação” (BEOZZO, 1984. p. 280). O papa Pio X cunhou como lema do seu pontificado a frase “Restaurar todas as coisas em Cristo”, convocando a Igreja em todo o mundo a promover essa restauração da fé católica, cabendo aos bispos a responsabilidade de executá-la em suas dioceses.

Dom Emanuel, fiel às normativas de Roma, instituiu em sua arquidiocese uma grande rede de escolas e de cursos superiores. A educação superior católica em Goiás, germe da Universidade Católica, seria o cume das ações do referido bispo na contenção ao ensino laico, de base liberal não católica e ao ensino protestante, uma iniciativa que visava inculcar a ideia de legitimidade da educação religiosa no ensino superior para a concretização de uma universidade confessional.

Dom Emanuel não chegou a ver seu sonho realizado, a Universidade Católica de Goiás, pois morreu em 1955, cabendo ao seu sucessor, Dom Fernando Gomes dos Santos, fundá-la em 1959. Mas, Dom Emanuel teve o mérito de consolidar toda a base a partir da qual foi edificada a Universidade Católica.

REFERÊNCIAS

AZZI, Riolando. **A Neocristandade: um projeto restaurador**. São Paulo, Ed. Paulus. 1994.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: FAUSTO, Boris. **História da Civilização**

²⁶ OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes. *Carta ao Ministro de Estado da Educação – Documento proposta de criação da Faculdade Goiana de Direito*. 16 de julho de 1954. In. NETO, Helenisa Maria G. de Oliveira. *História da Criação do curso de Direito da UCG por meio dos documentos internos da sua instituição*. Revista Estudos, v. 31, out. 2004. Especial. p. 166.

Brasileira: O Brasil Republicano: Economia e cultura – 1930 – 1964. Tomo II, v. 4º. São Paulo: Difel, 1984.

BERGER, Peter L. **O dossel sagrado: Elementos para uma teoria sociológica da religião.** São Paulo: Paulus, 2011.

BERGER, Peter L. **Os múltiplos altares da modernidade: rumo a um paradigma da religião numa época pluralista.** Trad. Noéli Correia de Melo Sobrinho. Petrópolis: Vozes, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas simbólicas.** 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer.** 2. ed. São Paulo: USP, 1998.

CARTA PASTORAL do Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro (Legado Pontifício) e dos Arcebispos e Bispos do Brasil, por ocasião do Concílio Plenário Brasileiro. Rio de Janeiro, 20 de julho de 1939.

FRANCA, Pe. Leonel. **Discurso de Instalação da Universidade Católica do Rio de Janeiro.** In: Anuário Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro, Ano VI, 1946.

GONÇALVES, Ana Maria. **Ensino secundário em Goiás: A constituição de uma rede de escolas católicas (1889-1945).** In: III Seminário Internacional de História do Tempo Presente, 2017. Florianópolis. **Anais.** Florianópolis, UDESC, 2017.

HERVIEU-LÉGER, Daniele. **O peregrino e o convertido – a religião em movimento.** Petrópolis: Vozes, 2008.

HOBBSAWM, E. J. **A era das revoluções.** 9.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MACÊDO, Maurides; VAZ, Ronaldo Ferreira. A criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica de Goiás (1948-1999). **Estudos – Especial UCG 45 anos,** Goiânia, v. 31, out, 2004.

MENEZES, Áurea Cordeiro. **Dom Emanuel Gomes de Oliveira: arcebispo da instrução.** Goiânia: Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2001.

MOURA, Carlos André Silva de. **Histórias Cruzadas: debates intelectuais no Brasil e em Portugal durante o movimento de Restauração Católica (1910-1942).** 2015. 443 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

MOURA, Laércio Dias de. **A educação católica no Brasil – passado, presente e futuro.** São Paulo: Loyola, 2000.

PIO XI, Papa. Carta Encíclica **Divini Illius Magistri**, acerca da educação cristã da juventude (1929). São Paulo: Ed. Paulinas. 1965.

PONTIFICIA COMMISSIO PRO AMERICA LATINA. **Actas y Decretos del Concilio Plenario de la América Latina**. Ciudad del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1999.

SILVA, José Trindade. **Lugares e pessoas: subsídios eclesiais para a história de Goiás**. Goiânia: UCG, 2006.

VAZ, Ronaldo Ferreira. **Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade. (1891- 1955)**. 1997. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.

REPENSAR A SUBJETIVIDADE COM PAUL RICOEUR²⁷

RETHINKING SUBJECTIVITY WITH PAUL RICOEUR

Mário Correia²⁸

RESUMO: A filosofia do sujeito é moderna e não parece ultrapassada. Por isso, é preciso repensar a subjetividade, admitindo sua existência, sua condição, exaltação e humilhação no curso do pensar filosófico. A filosofia é, antes de qualquer coisa, reflexão, reflexão sobre si, si que se tornou ego (eu) que se impõe. Por impor, recebe duros golpes, a ponto de sua existência ficar comprometida. Para se desviar dos ataques e da tentação de imposição, Ricoeur propõe que se prefira o *si* reflexivo ao ego intuitivo. Fazendo essa preferência, ele pergunta *quem é o si* e a resposta desenha uma identidade narrativa. Repensar a subjetividade é colocar-se na via longa de sua trabalhosa conquista.

Palavras-chave: Sujeito; Reflexão; Si; Identidade narrativa.

ABSTRACT: The philosophy of the subject is modern and does not seem outdated. For this reason, it is necessary to rethink subjectivity, admitting its existence, its condition, exaltation and humiliation in the course of philosophical thinking. Philosophy is, before anything, reflection, reflection on oneself, if it has become ego (self) that imposes itself. For imposing, he receives hard blows, to the point that his existence is compromised. To avoid attacks and the temptation of imposition, Ricoeur proposes to prefer the reflective self to the intuitive ego. Making this preference, he asks who is himself and the answer draws a narrative identity. To rethink subjectivity is to place oneself in the long path of one's laborious achievement.

Keywords: Subject; Reflection; Self; Narrative identity.

²⁷ Recebido em 13/06/2021 e aceito em 22/07/2021.

²⁸ Mestre e doutorando em Filosofia pela Universidade de Brasília (UNB). Docente no Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás (IFITEG) e no Instituto de Filosofia e Teologia Santa Cruz. Graduado e especialista em Filosofia e em Teologia. E-mail: mariocsj@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O tema da Subjetividade perpassa a obra de Paul Ricoeur (1913-2005). O tratamento que ele dá a esse assunto é diferenciado, pois nos fazendo repensar um assunto tão importante para a filosofia dos últimos séculos. A principal característica de sua abordagem está no fato de poder ser classificada como indireta, uma vez que o cesso ao sujeito se dá por mediações. Recolocar o problema da subjetividade é considerar que ainda pertencemos à modernidade, que ainda não é possível se eximir dessa questão e, mesmo quem a negue totalmente, indiretamente torna-se seu alimentador. Entretanto, a subjetividade não precisa ser o ponto de partida, pode ser – como pensa Ricoeur – uma difícil conquista, uma tarefa a ser assumida. A meta, portanto, não é a de afirmação do sujeito, tampouco sua negação, é sim de apropriação do que emergem da experiência vivenciada.

Paul Ricoeur está entre os filósofos franceses mais importantes do século XX, talvez um dos mais lidos fora do país hexagonal e um dos que muito têm influenciado as ciências humanas nos nossos tempos²⁹. Ele se considera situado na tríplice herança fenomenológica, filosofia reflexiva e hermenêutica. Essa tríade é presente em todo seu itinerário intelectual que pode ser organizar em quatro momentos: no primeiro momento, situamos o contato com o existencialismo; o segundo momento corresponde ao contato com a fenomenologia; o terceiro momento é da interpretação e da linguagem; o quarto momento é da filosofia prática. No final de sua trajetória, Ricoeur caracterizou toda a sua produção filosófica como uma antropologia do homem capaz (cf. RICOEUR, 1995, p. 18). Com efeito, seu vasto e profundo pensamento se encarrega de mostrar a *capacidade* e a *falibilidade* do homem, das vivências e experiências subjetivas.

O reconhecimento de Paul Ricoeur na França se deu de forma tardia, depois que ficou conhecido em boa parte do mundo. Os motivos foram diversos, entre eles, a recusa dos círculos provenientes do marxismo, do estruturalismo e do desconstrutivismo, incluindo ainda o fato de Ricoeur ser cristão. O que faltou em seu país, sobrou fora, por

²⁹ Sobre a vida de Paul Ricoeur, ver: François Dosse, *Paul Ricoeur. Les sens d'une vie* (2008) (Trad. Paul Ricoeur: o sentido de uma vida, 2017). O site www.fondsriceur.fr. E sua autobiografia: *Intellectual autobiography in the Philosophy of Paul Ricoeur* (1995) e *Reflexion fait. Autobiographie intellectuelle* (1995). Em português: *Paul Ricoeur, autobiografia intelectual* (1997).

onde atuou e passou, tendo notório reconhecimento e recebendo várias condecorações. No Brasil, sua recepção foi parecida com o que se deu em sua terra natal. Embora tenha uma primeira obra traduzida e publicada em 1977, por aqui o reconhecimento do pensamento ricoeuriano deu-se depois da tradução e publicação da tríade *Tempo e narrativa*, na década de noventa. Depois disso, Ricoeur entra nas academias brasileiras, sendo lido sobretudo por escritores, literatos, historiadores e psicanalistas. Mas ainda é tímida a presença de nosso autor nas academias brasileiras de filosofia. Por isso, esse artigo dedicado a um tema importante, também contribui para a difusão do pensamento de Paul Ricoeur, que está entre os maiores filósofos franceses do século passado.

A VIA LONGA DA REFLEXÃO

“Via longa” é a imagem que acompanha o pensamento de Paul Ricoeur. É uma imagem que tem muito a nos dizer sobre a proposta de repensar a subjetividade. A “via longa” sinaliza a grande tarefa de investigação e compreensão acerca dos fenômenos da existência humana, bem como as condições de conseguir alcançar suas aspirações. A “via longa” desafia o leitor a percorrer pacientemente um extenso e sinuoso itinerário, enfrentando obstáculos e asperezas, aproveitando todas as ocasiões de encontro e de confronto. O plano de fundo, que pode ser também o ponto de partida, é o homem em sua capacidade e falibilidade. Na noção de capacidade se articula o querer, o pensar, o falar, o agir, o narrar, o responsabilizar-se etc. Na noção de falibilidade estão as condições de fragilidade, de vulnerabilidade, de falta, de acidental, de possibilidade do mal etc. O homem é, portanto, *capaz e falível* e isso o põe em marcha numa incessante busca de conciliação desse paradoxo.

Muito mais que qualidade e defeito, a realidade paradoxal reflete a condição humana em ser conduzido por seus desejos e seus esforços de apropriar a si mesmo, numa constante busca de fazer de si próprio algo de seu novamente. Apropriar significa tomar algo para si, tomar posse do que não é seu. Para Tong, isso significa dizer que, por causa das falhas ou fissuras, o homem não tem posse de si, não é ele próprio, não há nele coincidência de si consigo mesmo. Ele é movido pelo desejo de posse e consciência de si para poder ser (cf. TONG,

1999, p. 13). Trata-se de um movimento que assume a existência como tarefa, um labor ativo, reflexivo e compreensivo, em vista de uma “terra prometida”. Nesse sentido, a “via longa” é, na verdade, um percurso reflexivo de inserção do homem no horizonte ontológico; é uma hermenêutica da existência inseparável dos sinais e das obras nos quais a vida humana se expressa e se reflete.

A estratégia de uma “via longa” torna Ricoeur atento a tudo o que se diz sobre o homem, seja por parte das ciências humanas, seja pelo que conta a história, narram os mitos, professam as religiões, escreve a literatura e outros pontos. O seu esforço é o de reunir vários saberes que o fazem refletir sobre o humano e disso sobressai um *pensamento reflexivo* que tenta responder uma questão fundamental: o que é o homem? Ou melhor: quem sou eu? Para Ricoeur, toda filosofia nasce dessa interrogação que provoca uma reflexão, quer dizer, uma autorreflexão. Por isso, a filosofia é, antes de tudo, reflexiva e, por conseguinte, leva à apropriação de si na consciência. Todavia, à medida em que o si se torna preocupação da consciência, ele não é apreendido conceitualmente; seu acesso precisa ser indireto, por mediações. O homem que filosofa é movido pelo desejo de apropriação, isto é, tornar próprio o si mesmo e tornar-se o que se é.

Mas, que significa reflexão? E o que significa o si mesmo? A reflexão é um ato de voltar sobre si próprio, uma atitude de apreender um princípio unificador para as operações subsequentes ao movimento de pensamento. Agora, o si mesmo, na tradição da filosofia do sujeito, foi transformado em princípio unificador, o lugar fundante por ser a “primeira verdade” evidente e imposta que define “a posição de uma existência e de uma operação de pensamento: *existo, penso*” (RICOEUR, 1970, p. 41). Resulta que existir, para essa tradição filosófica, é pensar e pensa-se à medida que existe. Essa é uma conclusão que não provém da verificação de um fato, mas chega-se a ela a partir da reflexão, da autorreflexão. Desde então, isso se tornou o ponto de partida de toda filosofia, como atesta Ricoeur em várias passagens semelhantes a esta:

Admito que a posição do si mesmo é a primeira verdade para o filósofo, para a tradição que parte de Descartes, se desenvolve com Kant, Fichte e a corrente reflexiva da filosofia continental. Para essa tradição, que consideramos como um

todo antes de se opor aos representantes principais, a posição do si é uma verdade que se põe por si mesmo. Não pode ser verificada, nem deduzida; é, ao mesmo tempo, a posição de um ser e de um ato, a posição de uma existência e de uma operação de pensamento: eu sou, eu penso. *Existir para mim é pensar. Eu existo enquanto penso.* Uma vez que esta verdade não pode ser verificada como um fato, nem deduzida como uma conclusão, ela deve se colocar na reflexão. A sua autoposição é reflexão (RICOEUR, 1969, p. 322).

Digamos que até aqui Ricoeur segue fielmente essa tradição em que a “autoposição é reflexão”. Porém, ao perceber que ela concebe o “si” somente como *existente pensante*, ele recua, pois considera isso insuficiente para caracterizar a reflexão. A reflexão pressupõe um trabalho maior do que essa direta constatação de “evidência do si”, também chamada de “evidência do cogito”. É admissível que quem apreendeu diretamente o cogito tenha encontrado uma verdade que se impôs a si mesmo, mas essa mesma verdade é impossível de ser verificada ou deduzida por outrem. Trata-se de uma apreensão da posição de um ser e de um ato, de uma existência e de uma operação de pensamento que é verdadeira. Mas, alerta Ricoeur, é um “passo que não pode ser seguido por nenhum outro enquanto o ego do ego cogito não tiver entrado na posse, no espelho de seus objetos, de suas obras e, finalmente, de seus atos” (RICOEUR, 1969, p. 21). Sendo de modo imediato, a reflexão torna-se uma intuição cega, anulando a operação do pensamento que se dá por meio das mediações dos signos, das ações, das obras e monumentos nos quais o “si da reflexão” está envolvido.

A reflexão, redefine Ricoeur, “é o esforço de voltar a capturar o ego do ego cogito no espelho de seus objetos, suas obras e finalmente de seus atos” (RICOEUR, 2004, p. 41). É possível, portanto, admitir que a reflexão seja um movimento de voltar sobre si próprio, ao modo de apreensão de um princípio unificador, mas precisa ser também movimento de apropriação através das ações e das obras que são signos do ato de existir do cogito. Nessa condição de “apreensão e apropriação” reflexiva, o ego é perdido e reencontrado, se dispersa e se unifica, desprende-se de sua certeza e, então, pode ser reconduzido ao sentido da existência orientado pelo “esforço de

existir” e “desejo de ser” (RICOEUR, 1969, p.21). Então, mediante a reflexão, afirma-se a existência do homem enquanto sujeito, com a possibilidade de compreensão, apropriação e de encontrar um princípio unificador, o sentido do ato de existir.

Sobre a noção de reflexão, acrescentamos ainda que, para Ricoeur, essa ideia foi assumida como desejo de transparência absoluta, de perfeita coincidência de si consigo mesmo. A consciência de si, nessa perspectiva, é um conhecimento irrefutável e, por isso, mais importante do que qualquer forma de conhecimento válido. A noção de consciência derivada da filosofia do sujeito torna-a dotada de um saber absoluto e autossuficiente. Porém, os golpes dos mestres da suspeita (Marx, Nietzsche e Freud), foram mais que suficientes para constatar sua relativização em relação à realidade (cf. RICOEUR, 1970, p. 40-41). Não cabe a ela o primado, não reside nela a fonte do saber. Com isso, a consciência não foi e não poderá ser eliminada, pois é constitutiva do ser reflexivo, mas foi deslocada do centro, não está mais na posição de princípio e origem. Doravante, é ela uma tarefa ou meta a despeito das mediações, frente à realidade que a constrange a não mais perceber a si mesma de modo imediato, mas a refletir e conquistar o modo e a condição mais apropriada em cada momento.

Com esses posicionamentos, Ricoeur recusa a tríplice pretensão de autoposição, autofundação e evidência intuitiva do *cogito*, alia-se à sua crítica, mas não apoia sua total aniquilação ou diluição. Na verdade, o que Ricoeur faz é evitar partir do sujeito, mas o tem no desenrolar e no termo de seu itinerário reflexivo. Nesse caso, ele não só recusa a autoposição, como também se distancia das correntes de pensamento que constroem suas teorias na descrença e dissolução da noção de sujeito. Entretanto, Paul Ricoeur não faz uma filosofia do sujeito em sentido estrito, mas ele próprio admite, ao participar de uma obra organizada por Lewis Hahn, que o destino da subjetividade humana está em causa ao longo de sua obra (cf. 1999, p. 63). Se uma de suas grandes contribuições foi a de debruçar-se sobre questões consideradas resolvidas ou em condição de esgotamento, podemos lhe atribuir uma tentativa de resgate da questão do sujeito, por considerar sua subjacência nas filosofias vigentes. É assim que ele nos propõe a repensar a subjetividade, dada a sua importância para a filosofia dos últimos séculos.

PARA AVALIAR A SUBJETIVIDADE

A filosofia do sujeito, como gosta de denominar nosso autor, possui uma história de exaltação e humilhação. A história de exaltação começa com René Descartes, quando as múltiplas reflexões suscitadas pelo Humanismo e Renascimento encontraram uma tessitura orgânica e original nessa personalidade considerada inauguradora do Pensamento Moderno. Como sabemos, Descartes elegeu a meditação como método apropriado para seu pensamento. No solo meditativo, ele iniciou tudo com a dúvida a fim de buscar o fundamento radical, o ponto de partida para a restauração das ciências a partir da filosofia enquanto *mathesis universalis* (cf. DESCARTES, 1983b, p. 84 e 1983a, p. 32). Em uma de suas meditações, Descartes formulou a célebre questão que, com a resposta, tornou-se o paradigma da filosofia moderna: “ora, eu sou uma coisa verdadeira e verdadeiramente existente; mas que coisa?” Responde ele em seguida: “uma coisa que pensa” (DESCARTES, 1983b, p. 92). A dúvida encontrou um ponto de ancoragem, o primeiro anel de uma cadeia dedutiva, o ponto de partida desejado para edificar todo o saber. Depois de, sistematicamente, duvidar de tudo, Descartes diz ter chegado a uma certeza absoluta: “eu penso, logo existo” (DESCARTES, 1983a, p. 46). Desde então, o pensar se daria a partir do sujeito. E assim o projeto fundacional cartesiano integra-se à tradição da filosofia reflexiva ou a sua nova fundação.

O projeto cartesiano tornou-se inaugurador de um novo tipo de filosofia, mais precisamente, a abertura de um novo campo para a compreensão da subjetividade. O próprio Ricoeur assinala sua importância: “a grandeza de Descartes consiste em ter feito o projeto de uma filosofia que fosse ao mesmo tempo uma ciência e o *fundamento* de todas as ciências no sistema de uma ciência universal” (RICOEUR, 1957, p. 76). Mas isso não significa que precisa manter e fomentar esse projeto tal como foi concebido. Mesmo sendo brilhante e inevitável para a filosofia, pode ser transformado ou reelaborado, como procura fazer nosso autor. Partir do pensamento cartesiano, também chamado de filosofia do sujeito ou filosofia do *cogito*, significa, para Ricoeur, valorizar sua posição em vista de buscar uma melhor compreensão do *Soi* (Si).

Quando a filosofia reflexiva pôs o *cogito* como sustentáculo – sendo sujeito o eu ou “ego” – passou a ter uma história oscilante entre exaltação e humilhação. Quem primeiro promoveu a exaltação foi Descartes ao apresentar o *cogito* com “uma ambição de fundamentação extrema, última” (RICOEUR, 1990, p. 15). O problema é que essa invenção apareceu desvinculada de todas as indicações espaço-temporais. Foi uma fundação desancorada, geradora de uma identidade sem história, mas que serviu como princípio epistemológico. Essa serventia mostrou-se numa obstinação por duvidar até conseguir se convencer de alguma coisa certa e verdadeira: a certeza da existência. Mas, pergunta Ricoeur: *Quem duvida? Quem pensa?* E mais radicalmente: *quem existe?* O movimento cartesiano obrigou a fazer outra pergunta: *o que eu sou?* Uma coisa que pensa (cf. RICOEUR, 1990, p. 17; DESCARTES, 1983b, p. 92). A pergunta e a resposta cartesiana desembocaram em uma realidade a-histórica, um mesmo substancializado, muito diferente da identidade de um sujeito concreto e histórico.

Na linha de pujança do *cogito*, Ricoeur identifica Husserl como quem radicaliza o projeto cartesiano ou recupera a ideia fundacional a partir do sujeito. Das conquistas husserlianas, Ricoeur aponta sua reorientação e alargamento do *cogito*, ao concebê-lo como “campo de experiência” no qual as *cogitationes* não se limitam ao “eu penso”, mas se abrem a muitas outras possibilidades. O ego, nesse sentido, é polo de *cogitationes*, fluxo de suas próprias vivências, mas se distingue do concreto e continua a se afirmar como “ego puro” com mais radicalidade, graças à redução eidética (cf. RICOEUR, 2009, p. 184). Para livrar-se do solipsismo, Husserl tentou considerar o que estava “fora” do ego, a natureza ou um “*alter ego*” abrindo, então, o campo das discussões sobre a alteridade. Mas, Ricoeur entende que tal movimento foi resultante do isolamento do ego, de modo que ele continuou a ser o polo de centralidade, tornando “os outros” uma questão secundária e não problema que merece igual atenção. O mesmo se conclui do “mundo da vida” (*Lebenswelt*), embora nesse caso, pela separação ego e mundo, a realidade visada não é intuída, mas presumida (cf. RICOEUR, 1969, p. 10). Seja como for, a fenomenologia husserliana não escapa às críticas dirigidas às filosofias que derivam do *cogito* cartesiano, quais sejam: os problemas

filosóficos não se resumem à autocompreensão, não se fundam no ego e não encontram transparência absoluta na consciência.

Depois de Descartes, a questão do sujeito recebeu inúmeras considerações, positivas e negativas. À parte as recepções positivas da corrente cartesiana, sabemos que da insurgência de pensadores contrários a essa concepção do *cogito* ganha destaque o alemão Friedrich Nietzsche (1844-1900). Para Ricoeur, ele é o principal representante da humilhação do *cogito*, de sua fragmentação e redução à pura ilusão. A arma nietzschiana foi o caráter figurativo da linguagem, pois “a pretensão fundadora da filosofia apoia-se no processo da linguagem pela qual a filosofia se expressa” (RICOEUR, 1990, p. 23). O uso da linguagem figurada abalou a referencialidade *cogitativa* e provocou uma dificuldade de distinção entre a verdade e a mentira. Em consequência, toda busca por clarividência se tornou vã. Para Nietzsche, a ideia de sujeito tornou-se mais uma crença que precisava ser desmontada. A imposição dessa crença trouxe consigo também aquela noção de consciência transparente e meditada, algo que não passava de uma mentira. Em conclusão, diz Ricoeur “a consciência pretensamente imediata é, antes de tudo, ‘consciência falsa’” (RICOEUR, 1969, p. 22). Nietzsche, ao contestar o pensamento cartesiano com a mesma arma que é a dúvida, suspeita também da consciência, provocando um desmoronamento de todo edifício construído sobre essa base.

Quem radicalizou a crítica à consciência foi Freud, cujo pensamento foi denominado por Ricoeur de antifenomenologia. Freud operou na consciência um “movimento copernicano”, deslocando-a da posição central que gozava na vida mental. Ele aplicou uma espécie de *epoché* invertida na consciência, pondo em questão o sentido que aí é dado e suspeitando de sua significação (cf. RICOEUR, 1970, p. 117). Diante disso, temos mais uma humilhação do *cogito* e, num processo de *despojamento*, renúncia à consciência como detentora de significação para então arrancar de suas ruínas o sentido através da interpretação. No freudismo, a consciência não é nada mais que um sintoma pois a realidade é o inconsciente. Mas o acesso a essa realidade dá-se através de técnicas ou métodos criados pela consciência. Sendo assim, a noção de consciência não é totalmente negada, será vista no máximo como uma realidade entre outras, quando não em perspectiva de dependência, sem autonomia.

Retornando a Nietzsche, Ricoeur constata que há, em Nietzsche, uma espécie de dúvida hiperbólica, considerando que todas as possíveis afirmações irrefutáveis são artimanhas da linguagem que constrói crenças. É possível, então, falar de um anti-cogito nietzschiano. Porém, observa Ricoeur, o anti-cogito “não é o inverso do cogito cartesiano, mas a destruição da própria questão à qual considera-se que o cogito traga uma resposta absoluta” (RICOEUR, 1990, p. 25). De certa forma, conclui Ricoeur, Nietzsche vai mais longe que Descartes e parece não dizer senão isto: “*eu duvido melhor que Descartes. O cogito também é duvidoso*” (RICOEUR, 1990, p. 27). Sendo também duvidoso, pode haver uma multiplicidade de sujeito, melhor dizendo: Nietzsche joga “com a ideia de uma multiplicidade de sujeitos lutando entre eles, como tantas ‘células’ em rebelião com a instância dirigente” (RICOEUR, 1990, p. 27). Nesse ponto Ricoeur irá contestar Nietzsche em favor de uma unidade do sujeito e, por conseguinte, sua emergência mediante a capacidade de palavra e ação, premissas para a narratividade da vida subjetiva.

Da polaridade entre o cogito cartesiano e o anti-cogito nietzschiano (exaltação e humilhação) resulta, no entender de Ricoeur, o cogito *brisé* (cogito partido) (cf. RICOEUR, 1970, p. 384; 1990, p. 22). Essa expressão emblemática abre caminho para um novo cogito que consiste, diz Ricoeur, em “um cogito que se põe, mas não se possui; um cogito que só compreende sua verdade originária na e pela confissão da inadequação, da ilusão, da mentira” (RICOEUR, 1969, p. 173). Diante disso, ao invés de se perguntar *que é o sujeito*, na esteira do “que coisa sou” cartesiano, Ricoeur propõe que se pergunte: *quem é o sujeito*, ou “quem sou eu?” (cf. RICOEUR, 1990, p. 43). Se da pergunta *que* resultou uma formulação contestada, a pergunta apropriada passa a ser *quem*, e a resposta torna-se uma constante busca, uma tarefa no solo da mediaticidade e no horizonte da temporalidade.

REPENSAR A SUBJETIVIDADE

Entre os dois excessos, de exaltação e humilhação do sujeito, Ricoeur propõe a alternativa de um pensar hermenêutico que assume uma posição intermediária e modesta. Mas isso tem um preço: fazer um longo caminho (via longa) pela filosofia da linguagem, a filosofia

da ação, a questão da temporalidade, o recurso da textualidade e ainda dar atenção às implicações éticas e morais da ação. Não temos condições de fazer todo esse caminho no presente artigo, por isso reportamos o leitor à nossa dissertação onde apresentamos bastante sobre esse caminho³⁰. Em todo caso, é pela via longa que Ricoeur se distancia do cogito fundador e de sua diluição. O que conduz é a pergunta “quem”, formulada de diversos modos: “Quem fala? Quem age? Quem é descrito? Quem é o sujeito moral da imputação?” (RICOEUR, 1990, p. 28). O conjunto de respostas dessas perguntas bem articuladas e reunidas, faz emergir uma identidade subjetiva.

A questão da identidade é assunto de muitos escritos na filosofia. No caso de Ricoeur, a apresentação desse conceito tem a ver com o problema da temporalidade que melhor compreendemos em uma narrativa, como ele bem mostrou em sua obra *Tempo e Narrativa* (1983-1985). Para ele, a identidade é uma categoria prática que responde narrativamente à pergunta *quem*. Mas, para não tender a um sujeito substancialista nem ilusório, é preciso que se entenda identidade como identidade *idem* (mesmidade) e identidade *ipse* (ipseidade) (Cf. RICOEUR, 1985, p. 442). A primeira tem a ver com permanência e se manifesta sob a forma do caráter, no signo do invariável. A segunda caracteriza-se pela dinamicidade, pela persistência (promessa) em se manter e se prolongar, apesar da mudança. A dialética do *idem* e *ipse* está para identificação de *quem* é o sujeito que fala, que age, que é descrito e que recebe uma imputação moral.

O problema da identidade narrativa, apresentado no final do terceiro tomo da obra *Temps et récit* (*Tempo e Narrativa*), leva Ricoeur a aprofundar a reflexão sobre a identidade subjetiva, assunto central em sua obra *Soi-même comme un autre – O si-mesmo como um outro* (1990). Nessa obra ele afirma: “a natureza verdadeira da identidade narrativa só se revela na dialética da ipseidade e da mesmidade” (RICOEUR, 1990, p. 168). A referida dialética é trabalhada especialmente no âmbito da teoria narrativa e, por isso, é feita em sintonia com a temporalidade. Narrar é construir uma intriga (trama, enredo), com vasta capacidade de imitação criativa da realidade,

³⁰ CORREIA, Mário. *Sujeito e tempo em Paul Ricoeur. Fenomenologia, poética e hermenêutica da subjetividade*. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2020.

em estreita relação com a prática. Narrar é encadear acontecimentos históricos ou fictícios no fluxo da temporalidade. Na verdade, a atividade narrativa corresponde ao caráter temporal da existência, da vida subjetiva e sua identidade.

Ao narrar, constrói-se a identidade narrativa. Enquanto se narra, compreende-se, pois, diz Ricoeur, “a compreensão que temos de nós mesmos é uma compreensão narrativa” (RICOEUR, 2010, p. 214). Para demonstrar isso, Ricoeur toma como exemplo a experiência da psicanálise quando o “paciente” é provocado a reconhecer-se na história que conta, a reunir múltiplos fatores e ao final recolher o sentido de sua “composição poética”, num movimento de reconhecimento de si – de perda e reencontro (RICOEUR, 2010. p. 213-222). Como sabemos, nessa prática o processo de autocompreensão e integração não é realizado sem conflitos, confusões, resistências, vazios, interpretações... Coisa semelhante acontece com o sujeito que assume uma “vida examinada” em vista do conhecimento de si. Uma vida examinada, para nosso autor, é uma vida narrada. E vejamos que isso significa:

73

Parece então que nossa vida, abarcada por um só olhar, nos aparece como o campo de uma atividade construtiva, tomada emprestada da inteligência narrativa pela qual tentamos reencontrar, e não simplesmente impor de fora, a *identidade narrativa que nos constitui*. Insisto nesta expressão “identidade narrativa” pois o que chamamos de subjetividade não é nem uma sequência incoerente de acontecimentos, nem uma substancialidade imutável inacessível ao devir. É precisamente a espécie de identidade que exclusivamente a composição narrativa pode criar por seu dinamismo (RICOEUR, 2010, p. 210 – grifos do autor).

A noção de identidade narrativa como modo de designar a subjetividade traz consigo a possibilidade de compreender-se num movimento de sedimentação e inovação, de reinterpretação à luz das narrativas existentes. Nesse sentido, o compreender-se é semelhante à compreensão de uma obra literária. Quem realiza esse empreendimento é o existente ao confrontar-se com as obras, que são seus atos, os monumentos, a história e inclusive literárias, que forma o conjunto de mediações para a compreensão de si. Por meio das

mediações, se abre mão da evidência mediata de si em prol de uma identidade composta de vários enredos, capaz de fazer e desfazer-se no fio que tece a narrativa de uma vida. Assim se reforça que a identidade do sujeito é resultado da narração, tal como em uma trama que vai construindo a identidade narrativa de uma personagem que só será conhecida totalmente no desenrolar de toda a história. Desse modo, o sujeito é entendido como uma personagem de uma narrativa, não diferente de suas experiências, pois elas são contadas, resultando em uma existência temporal.

A identidade do sujeito se constitui na história que se narra, sempre acrescentando novas experiências temporais. O *sujeito narrativo* não é isolado, mas interligado, conectado com sua história, construída no tempo, com outras histórias e outros sujeitos (cf. RICOEUR, 1990, p. 190). É por isso que o sujeito ricoeuriano não é de intuição imediata, mas resultado de uma existência examinada e interpretada, mediante confronto com os signos (as obras) que estão no mundo. É nessa condição que dizemos de um sujeito que se conhece ancorado, entrelaçado com as experiências. Trata-se de um sujeito fundamentalmente temporal cuja constituição se dá a partir das vivências temporais e da assimilação dessas experiências pela narrativa. A subjetividade em Ricoeur se funda, portanto, de experiências e da narrativa dessas experiências num horizonte temporal.

74

CONTINUAR A PENSAR A SUBJETIVIDADE

Repensando a subjetividade com Paul Ricoeur, mais que filosofia do sujeito, parece ser apropriado falar de uma *hermenêutica da subjetividade*. Entre os objetivos do pensamento ricoeuriano, talvez o maior deles seja o de afirmar a existência do *cogito* (subjetividade) que se encontra quebrado (*cogito brisé*) e precisa ser restaurado. O desafio é realizar essa restauração sem se render à substancialidade, nem ceder à ilusão. O que Ricoeur faz é propor uma subjetividade descentralizada, um sujeito despojado, que procura apropriar de si decifrando os signos das obras e os signos do mundo. Assumindo essa tarefa, emerge-se uma realidade de individuação, diferente do sujeito cartesiano, que Ricoeur chama de “si” (*soi*) ao invés de “eu” (*ego*). O *si* é, antes de tudo, reflexivo e aberto à alteridade. Sua identidade, que é

de caráter prático, responde narrativamente à pergunta *quem* nas várias instâncias. E disso emerge a identidade narrativa, um caro conceito ricoeuriano que define a coesão de uma vida subjetiva.

O mérito da via longa que caracteriza a abordagem de Ricoeur está em nos fazer pensar e repensar, nos fazer entender mais e melhor questões como esta da subjetividade. Na longa travessia, o diálogo com vários autores nos entretém, e em cada parada descobrimos aspectos não vistos anteriormente. Como avisamos, não fizemos todo o percurso, mas colocamos algumas balizas que permitirão outros começar ou continuar com mais propriedade. Dessa nossa exposição, resulta o desafio de continuar a pensar ainda mais na temática da subjetividade com Paul Ricoeur, levanto em conta a tríplice marca da fenomenologia, da filosofia reflexiva e da hermenêutica. Pensando mais e melhor, podemos descobrir em Ricoeur uma renúncia à metafísica do sujeito e a busca por um outro modo de ser e pensar que se dá na e por meio da linguagem.

REFERÊNCIAS

CORREIA, Mário. **Sujeito e tempo em Paul Ricoeur**. Fenomenologia, poética e hermenêutica da subjetividade. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2020.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. Tradução de J. Guinsburg e Bento P. Junior. São Paulo: Abril Cultural, 1983a. (Coleção Os Pensadores).

DESCARTES. **Meditações metafísicas**. Tradução de J. Guinsburg e Bento P. Junior. São Paulo: Abril Cultural, 1983b. (Coleção Os Pensadores).

HAHN, Lewis Edwin. **A filosofia de Paul Ricoeur**. 16 ensaios críticos e respostas de Paul Ricoeur aos seus críticos. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

RICOEUR, Paul. **De l'Interpretation - essai sur Freud**. Paris: Seuil, 1965. Tradução em espanhol: Freud: una interpretación de la cultural. Trad. Armando Suarez. Ciudad de México: Siglo XXI, 1970.

RICOEUR, Paul. **Écrits et conférences I: autor de la psychanalyse**. Paris: Seuil, 2008. Tradução em português: Escritos e conferências 1: em torno da psicanálise. Tradução de Esaon Bini. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

RICOEUR, Paul. **Le conflit des interprétations**. Essais d'herméneutique. Seuil, Paris, 1969. Tradução em português: O conflito das interpretações: ensaios de hermenêutica. Porto: Rés-Editora, s/a.

RICOEUR, Paul. **Le Juste**. Paris: Esprit, 1995. Tradução em português: O justo. Trad. Ivone Benedetti. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2009.

RICOEUR, Paul. **Philosophie de la voluntad**. Le volontaire et l'involontaire, Paris: Éditions Points, 2009.

RICOEUR, Paul. **Philosophie de la voluntad**. Finitude et culpabilité. Paris: Aubier, 1960. Tradução em espanhol: Finitud y culpabilidad. Tradução de Cristina de Peretti, Julio Díaz Galán y Carolina Meloni. Madrid: Trotta, 2004.

RICOEUR, Paul. **Soi-même comme un autre**. Paris: Éditions du Seuil, 1990. Tradução em português: O si-mesmo como um outro. Trad. Lucy M. Cesar. Campinas: Papirus, 1991.

RICOEUR, Paul. **Temps et récit**. T. 1,2 e 3. Paris: Seuil, 1983, 1984 e 1985. Tradução em português: Tempo e Narrativa. Tomo I, II e III. Trad. Constança Marcondes César. Campinas, SP: Papirus, 2010.

TONG, Lik Kuen. **Acto, signo e consciência**: pensando em conjunto com Ricoeur. In: A filosofia de Paul Ricoeur. 16 ensaios críticos e respostas de Paul Ricoeur aos seus críticos. Org.: Lewis E. Hahn. Lisboa: Instituto Piaget, 1999. p. 13-38.

SÍNTESE DA CARTA ENCÍCLICA *FRATELLI TUTTI* DO PAPA FRANCISCO SOBRE A FRATERNIDADE E AMIZADE SOCIAL³¹

SYNTHESIS OF THE ENCYCLIC LETTER *FRATELLI TUTTI*
OF POPE FRANCIS ON FRATERNITY AND SOCIAL FRIENDSHIP

Flávio Pereira Nolêto³²

RESUMO: A carta encíclica *Fratelli Tutti* do Papa Francisco é um verdadeiro presente para a humanidade que deseja viver como irmãos e cultivar a fraternidade e a amizade social e assim construir um mundo melhor, pacífico e com mais justiça. O título original está em italiano, “todos irmãos”, mas tem a inspiração na Admoestação de São Francisco 6, 1 “Todos somos irmãos”. A encíclica foi assinada no dia 03 de outubro na cidade de Assis – Itália, no túmulo em que está o corpo de São Francisco de Assis. É dirigida não somente aos católicos, mas também a todos os homens e mulheres de boa vontade. Trabalha as questões sociais, econômicas e políticas, bem como, deixa claro o perigo da guerra e da pena de morte. Por fim, faz um apelo a humanidade para adotar a cultura do diálogo como caminho para viver a paz, justiça e a fraternidade.

Palavras-chave: Fraternidade; Amizade Social; Diálogo; Papa Francisco.

ABSTRACT: Pope Francis' encyclical letter *Fratelli Tutti* is a real gift for humanity that wants to live as brothers and to cultivate fraternity and social friendship and thus build a better, peaceful, and more just world. The original title is in Italian “all brothers” but is inspired by the Admonition of St. Francis 6,1: “We are all brothers”. The encyclical was signed on October 3rd in the city of Assisi, Italy at the tomb where the

³¹ Recebido em 14/06/2021 e aceito em 16/07/2021.

³² Frade da Ordem dos Frades Menores (OFM). Doutor e mestre em Ciências da Educação pela Universidade de Extremadura, Espanha. Reconhecido no Brasil pela Universidade Anhanguera de São Paulo – UNIAN. Professor da Faculdade Católica de Anápolis. Professor e Diretor Administrativo do Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás – IFITEG. E-mail: flavionoieto@hotmail.com

body of Saint Francis of Assisi is located. It is addressed not only to Catholics but also to all men and women of good will. It works on social, economic, and political issues, as well as making clear the danger of war and the death penalty. Finally, he appeals to humanity to adopt the culture of dialogue to live peace, justice, and brotherhood.

Keywords: Fraternity; Social Friendship; Dialogue; Pope Francis.

INTRODUÇÃO

A Carta inicia citando São Francisco de Assis que ao dirigir aos seus confrades recorda que todos somos irmãos para viver o amor além das barreiras geográficas, espaços e que, portanto, está em Admoestação de São Francisco 6,1: “o seu irmão, tanto quanto está longe, como quanto está junto de si” (Fontes Franciscanas, 2004, p. 98). Assim, fica claro na carta que somos uma fraternidade aberta para reconhecer, valorizar e amar independentemente de onde estejamos, pois fazemos parte da irmã terra.

Ao Citar Francisco de Assis, o santo do Amor Fraternal, o Papa deixa claro que se inspirou na sua simplicidade e alegria para escrever a *Laudato Sí*, um hino de louvor a toda criatura. Em seguida a encíclica procura falar do Sem Fronteiras, o qual começa dentro do coração do homem, este é capaz de superar as distâncias de proveniência, nacionalidade, cor ou religião, pois São Francisco foi capaz de fazer isto ao visitar o Sultão Malik-al-Kamil, no Egito. Perante os perigos e dificuldades, Francisco fez este encontro com o Sultão, pois acreditava no diálogo para o amor e soube viver uma vida de submissão, humildade e fraternidade.

Na introdução da carta o Papa Francisco deixa claro suas intenções em reunir uma reflexão inspirada na reação da *Laudato Si*, no estímulo que teve pelo Grande Imã Ahmad Al-Tayyeb, onde encontrou com ele em Abu Dhabi, no discurso ouviu que Deus criou todos os seres humanos para viver fraternalmente iguais em direitos, deveres e dignidade. O Papa ainda deixa claro que não pretende resumir a doutrina sobre o amor, mas é uma humilde reflexão que deseja provocar um novo sonho de fraternidade e amizade social. E mesmo perante uma pandemia do Covid-19 perceber-se que não podemos agir sozinhos, fragmentados não conseguiremos resolver os

problemas é preciso sonhar em conjunto numa humanidade de fé, convicção e como irmãos.

CAPÍTULO I – AS SOMBRAS DUM MUNDO FECHADO

A realidade nos mostra que o mundo atual encontra uma grande dificuldade para formar a fraternidade universal desejada, onde os fracassos e desejos de caminhar numa integração ainda foram alcançados. Vivemos ainda um nacionalismo fechado, conflitos anacrônicos e povos ressentidos e agressivos. A história mostra sinais de regressão numa sociedade que deveria apresentar caminhos para o amor, justiça e solidariedade. Uma sociedade que diz ser globalizada e aberta ao mundo ainda não conseguiu fazer abertura aos estrangeiros e pobres, o que se houve é apenas um discurso econômico e financeiro voltado para poderes interesseiros em que reina quem possui uma economia forte.

É perceptível um individualismo cada vez maior e um consumismo desenfreado e despreza-se rapidamente todo o passado olhado em vista de um futuro, gerando assim pessoas vazias, desenraizadas e desconfiadas de tudo. Estamos caminhando para uma desconstrução da cultura com rejeição espiritual e humana. Palavras como democracia, liberdade, justiça e unidade perderam seu sentido, pois foram manipuladas como instrumento de domínio para justificar qualquer ação.

Estamos avançando sem projeto para o bem comum, semeando controvérsias com discursos polarizados, aumentando distâncias entre nós e uma macha de interesses enganosos. Vozes proféticas em defesa do meio ambiente são silenciadas ou ridicularizadas por interesses particulares.

Em seu discurso ao corpo diplomático acreditado junto da Santa Sé o Papa Francisco disse:

As pessoas já não são vistas como um valor primário a respeitar e tutelar, especialmente se são pobres ou deficientes, se ainda não servem (como os nascituros) ou já não servem (como os idosos). Tornamo-nos insensíveis a qualquer forma de desperdício, a começar pelo alimentar, que aparece entre os mais deploráveis (FRANCISCO, 2016, p.120).

Percebe-se, portanto, o descarte não apenas aos nascituros como também aos idosos, os quais são tratados como descartes, bens supérfluos e isso ressoa claramente perante a pandemia do coronavírus, neste cenário vários idosos e frágeis sucumbiram por falta de atenção. Na verdade, em tempos de pandemias e desastres naturais os mais frágeis estão entre os que mais sofrem por serem privados de recursos financeiros e humanos para sobreviverem, desta forma aumenta o desemprego e alarga as fronteiras da pobreza, por mais que aumentou a riqueza, por outro lado “nascem novas pobreza” (Bento XVI, 2009, p. 657). Enquanto uma boa parte da população vive na opulência, outra parte tem sua dignidade não reconhecida, desprezada e ignorado os direitos fundamentais. Maior aberração ocorre quando se fala dos direitos das mulheres.

Estas situações de violência crescem tanto que o mundo caminha para uma realidade de conflito e medo, aparecendo muros erguidos nas fronteiras dos países e nos corações. Esta cultura promove um contexto de medos e conflitos difíceis. No dizer do Papa Francisco aparece

80

(...) a tentação de fazer uma cultura dos muros, de erguer os muros, muros no coração, muros na terra, para impedir este encontro com outras culturas, com outras pessoas. E quem levanta um muro, quem constrói um muro, acabará escravo dentro dos muros que construiu, sem horizontes. Porque lhe falta esta alteridade. (FRANCISCO, 2019, p. 6).

Locais marcados por conflitos e medos fortalece as máfias e grupos promotores de crimes, com discursos falsos de um espírito comunitário despertando a subordinação e o surgimento de grupos que acumulam armas e munições causando terror, incertezas, e medos na sociedade, e consequentemente aumentam a fome, a pobreza e o silêncio internacional perante tamanha barbárie.

Saibamos que o isolamento e o fechamento não são o caminho para a renovação e a aproximação da cultura do encontro. É preciso despertar na humanidade a esperança e partilha de que nos encontramos no mesmo barco e a consciência de que o caminho se faz juntos e as forças em remar conjuntamente favorece uma trajetória mais humana e fecunda.

Esta Pandeia da Covid-19 deixou claro que vivemos uma tragédia global que requer esforço mútuo, que os melhores resultados serão aqueles onde todos fazem a tarefa em conjunto, tendo consciência dos próprios limites, repensando nosso estilo de vida, maneira como relacionamos e nos organizamos como sociedade, sabendo olhar um para o outro e poder ajudar os que vivem com a saúde fragilizada. Não é possível dizer: salva-se quem puder, mas sim salvemos a humanidade que sofre conjuntamente.

As migrações tem sido hoje a pedra angular, pois os fenômenos aumentaram e se difundem numa mentalidade xenófoba, os migrantes não são considerados dignos de participar da vida social como os outros e esquece que a pessoa humana possui o direito de ser cidadão desta terra, visto que a dignidade é inalienável de toda pessoa humana, independente da sua cor, origem, religião, pois o que vale é a lei suprema do amor fraterno.

Se por um lado cresce atitudes fechadas e intolerantes de acolher o próximo, por outro lado aumenta a comunicação digital revelando o indivíduo como espetáculo, objeto aos olhares das mídias que desnudam e divulgam muitas vezes sem respeito à dignidade que a pessoa é, invadindo assim sua privacidade. Convém lembrar que as relações digitais até procuram aproximar pessoas, promovem pontes, mas deve unir a humanidade e evitar em disseminar notícias falsas, fomentando ódios e preconceitos.

A verdadeira comunicação acontece quando procuramos escutar o outro, superando o narcisismo, prestando atenção ao que o outro tem a nos dizer, pois o frenesi da vida está nos deixando surdo e a velocidade do mundo moderno nos impede de escutar. São Francisco de Assis:

Escutou a voz de Deus, escutou a voz dos pobres, escutou a voz do enfermo, escutou a voz da natureza. E transformou tudo isso num estilo de vida. Desejo que a semente de São Francisco cresça em tantos corações (Do filme de Wim Wenders *O Papa Francisco – Um homem de palavra. A esperança é uma mensagem universal*, 2018).

A sabedoria não está nas buscas rápidas na internet, na acumulação de informações não garantidas, mas aparece no encontro, no diálogo que se amadurece nos corações das pessoas

além do visor do celular ou do computador. Há um caminho para se percorrer, um caminho que requer disposição em esvaziar-se para preencher no encontro real e livre.

Apesar das sombras, há esperança, pois Deus continua a espalhar sementes do bem na humanidade. Permitamos ser instrumentos do bem. Sejamos corajosos para agarrar a verdade, a bondade, a justiça e o amor, e caminhemos com dignidade, pois o caminho da esperança está à nossa frente.

CAPÍTULO II – UM ESTRANHO NO CAMINHO

Segue agora uma parábola narrada por Jesus Cristo há dois mil anos que expressa a nossa realidade perante Deus e os irmãos.

Levantou-se, então, um doutor da Lei e perguntou [a Jesus], para O experimentar: 'Mestre, que hei de fazer para possuir a vida eterna?' Disse-lhe Jesus: 'Que está escrito na Lei? Como lê?' O outro respondeu: 'Amarás ao Senhor, teu Deus, com todo o teu coração, com toda a tua alma, com todas as tuas forças e com todo o teu entendimento, e ao teu próximo como a ti mesmo'. Disse-lhe Jesus: 'Respondeste bem; faz isso e viverás'. Mas ele, querendo justificar a pergunta feita, disse a Jesus: 'E quem é o meu próximo?' Tomando a palavra, Jesus respondeu: 'Certo homem descia de Jerusalém para Jericó e caiu nas mãos dos salteadores que, depois de o despojarem e encherem de pancadas, o abandonaram, deixando-o meio morto. Por coincidência, descia por aquele caminho um sacerdote que, ao vê-lo, passou ao largo. Do mesmo modo, também um levita passou por aquele lugar e, ao vê-lo, passou adiante. Mas um samaritano, que ia de viagem, chegou ao pé dele e, vendo-o, encheu-se de compaixão. Aproximou-se, ligou-lhe as feridas, deitando nelas azeite e vinho, colocou-o sobre a sua própria montada, levou-o para uma estalagem e cuidou dele. No dia seguinte, tirando dois denários, deu-os ao estalajadeiro, dizendo: 'Trata bem dele e, o que gastares a mais, pagar-te-ei quando voltar'. Qual destes três te parece ter sido o próximo daquele homem que caiu nas mãos dos salteadores?' Respondeu: 'O que usou de misericórdia para com ele'. Jesus retorquiu: 'Vai e faz tu também o mesmo' (Lc 10, 25-37).

Nas tradições judaicas o dever de amar o próximo se estendia somente aos compatriotas, mas com a convivência em outras pátrias as fronteiras de acolhimento foi ampliando e percebemos isto no livro do Eclesiástico 18,13: "A misericórdia do homem é para com seu próximo, mas a do Senhor é para com toda carne". Esta realidade se estende desde o livro do Êxodo: "Não oprimirás o estrangeiro: conheceis a vida de estrangeiro, porque fostes estrangeiros no Egito" (Ex 23, 9) e o livro da lei nos fala:

Se um estrangeiro habita convosco em vossa casa, não o molestareis. O estrangeiro que habita convosco será para vós como um compatriota, e tu o amarás como a ti mesmo, pois fostes estrangeiros na terra do Egito (Lv 19, 33-34).

No Novo Testamento, o apelo ao amor fraterno aparece no Evangelho de Lucas 6, 36: "Sede misericordiosos como o vosso Pai é misericordioso" na primeira carta que Paulo escreve: "Pois toda a lei está contida numa só palavra: Amarás a teu próximo como a ti mesmo" (Gl 5, 14). E a epístola do amor fraterno nos diz: "Pois quem não ama seu irmão, a quem vê, a Deus, a quem não vê, não poderá amar" (1 Jo 4, 20). Isto nos deve ensinar que o amor deve romper todas as cadeias que nos isola, separam e devemos construir pontes de amor, pois daí que brota a compaixão e a dignidade.

Ao ler a parábola surge uma pergunta fundamental: Com que nos identificamos, com qual deles nos assemelhamos? As diferenças entre as personagens na parábola ficam muito claro quando se depara com a cena dolorosa do homem caído e humilhado. Já não há sacerdote, nem comerciante, existem dois tipos de pessoas: aquelas que cuidam do sofrimento e as que passam ao largo. A hora da verdade aparece: debruçar-se e tocar nas feridas, bem como abaixar e levar nas costas o ferido. Jesus não propõe vias alternativas, mas confia a melhor parte para a acolhida amorosa, em reintegrar o ferido e construir uma sociedade digna.

Personagens

Fazendo um estudo sobre as personagens percebemos que a parábola mostra um assalto consumado e de imediato apresenta duas

personagens: o Sacerdote e o Levita que se colocam indiferentes, passam ao largo. Este mesmo desprezo encontramos nalguns países para com os pobres e estrangeiros. Uma indiferença que nos assusta, pois, seus olhos desviam olhares para os pobres e crescem olhares para outros horizontes narcisistas. Nas pessoas que passam ao largo, há um detalhe que não podemos esquecer: eram pessoas que dedicavam ao culto, gente religiosa. Uma pessoa de fé deve ter a abertura do coração aos irmãos, pois conforme diz São João Crisóstomo:

Queres honrar o Corpo de Cristo? Não permitas que seja desprezado nos seus membros, isto é, nos pobres que não têm que vestir, nem O honres aqui no templo com vestes de seda, enquanto lá fora O abandonas ao frio e à nudez (*Homiliae in Matthaeum*, 508).

Verifica-se, portanto, uma triste hipocrisia acentuada pelo engano de que tudo vai mal corresponde ao que ninguém pode consertar, e deste modo alimenta-se a desesperança, o desencanto e o espírito de solidariedade e generosidade é abastecido pela ganância e egoísmo. Infelizmente olhamos para aquele que sofre e não o tocamos e deixamos abandonado e ferido.

84

Recomeçar

É possível recomeçar perante as dificuldades que parecerem ser enormes, mas as oportunidades para crescer também surgem. Procuremos ocupar sem medo em ajudar o próximo. Não façamos sozinho, procuremos um estalajadeiro, um hospedeiro que colabore na missão de cuidar deste pobre homem. Todos nós temos uma responsabilidade pelo ferido que é o nosso povo e todos os povos da terra. Cuidemos da fragilidade de cada homem, cada mulher, cada criança e cada idoso, com a mesma atitude solidária e solícita, a mesma atitude de proximidade do bom samaritano.

O próximo sem fronteiras

Procurando responder à pergunta “Quem é o meu próximo” (Lc 10, 29) que Jesus conta essa parábola. Para alguns judeus um

samaritano era considerado um ser desprezível, impuro, logo não estava incluído como o próximo a quem se deveria ajudar. Veja isto em Eclesiástico 50, 25.26: “o povo estúpido que habita em Siquém”. Os samaritanos habitavam numa região que fora contagiada por ritos pagãos, e aos olhos dos judeus os tornava impuros, detestáveis e perigosos. Sendo assim, este encontro misericordioso entre um samaritano e um judeu é uma grande provocação, que desmente toda manipulação ideológica e desafia a ampliar o círculo de relacionamento amoroso e derrubar as barreiras históricas, culturais e mesquinhas existentes. É fundamental que a catequese e a pregação propaguem a dimensão fraterna da espiritualidade promovendo a dignidade das pessoas e motivações para amar e acolher a todos.

CAPÍTULO III - PENSAR E GERAR UM MUNDO ABERTO

Segundo Karl Rahner o homem deve um dia partir de si mesmo e deixar-se levar (cf. Karl Rahner, 1981, p.30) e Santo Tomás de Aquino diz que “o amor produz êxtase e efervescência, contanto que o efervescente ferva fora de si e expire” (Cf. São Tomás de Aquino, *Scriptum super Sententiis*, lib. III, dist. 27). Uma vida não pode ser reduzida na relação com um pequeno grupo, com a família e alguns amigos que gera intimidade. Uma relação sadia e autêntica é quando consigo estabelecer uma relação amorosa, aberta com o coração capaz de ver além do que está ao redor e ser capaz de acolher a todos, pois a estatura espiritual de uma pessoa é medida pelo amor e conforme diz o texto sagrado: em primeiro lugar deve estar o amor, pois o amor nunca deve ser colocado em risco, o maior perigo é não amar (cf. 1 Cor 13,1-13).

85

Superar um mundo de sócios

Havia um homem ferido no caminho. As personagens que passavam ao lado dele não se concentravam em fazer-se próximos, mas na sua função, na posição social que ocupavam, numa profissão prestigiosa na sociedade. Sentiam-se tão importantes no papel que desempenhavam que não foram capazes de ajudar o homem ferido. Preferiram continuar com sua viagem, sem mudar seus programas. Assim o tempo “próximo” perdeu seu significado, somos hoje grupos

sociais fechados, sócios, ou seja, aquele que é associado para determinados interesses. Não podemos esquecer que o amor que se estende para além das fronteiras está na base daquilo que chamamos amizade social.

Para fazer o caminho à amizade social e fraternidade Universal é fundamental reconhecer quanto vale um ser humano e não podemos negar o direito fundamental de viver com dignidade e desenvolver-se integralmente. É necessário que promovemos o bem, caminhando juntos na transmissão de valores e eliminação do egoísmo, violência, corrupção, indiferenças e interesses individuais. E para isso o valor da solidariedade é fundamental e deve começar na família e ampliar na escola, na sociedade, tornando uma prática e serviço que envolva a todos.

É possível desejar um planeta que garanta terra, teto e trabalho para todos. Este é o verdadeiro caminho da paz, e não a estratégia insensata e míope de semear medo e desconfiança perante ameaças externas. Com efeito, a paz real e duradoura é possível só a partir de uma ética global de solidariedade e cooperação ao serviço de um futuro modelado pela interdependência e a corresponsabilidade na família humana inteira (FRANCISCO, 2019, p.9).

86

CAPÍTULO IV – UM CORAÇÃO ABERTO AO MUNDO INTEIRO

Se somos irmãos e irmãs logo precisamos nos mover e assumir relações mais acolhedoras, concretas e fraternas. Ações indispensáveis para ajudar a integração dos imigrantes nos países de acolhimento, fazendo dessas pessoas um dom porque trazem suas histórias entre pessoas de culturas e países diferentes, pois:

precisamos de comunicar, descobrir as riquezas de cada um, valorizar aquilo que nos une e olhar as diferenças como possibilidades de crescimento no respeito por todos. Torna-se necessário um diálogo paciente e confiante, para que as pessoas, as famílias e as comunidades possam transmitir os valores da própria cultura e acolher o bem proveniente das experiências alheias (FRANCISCO, 2015, p.3).

O intercâmbio fecundo entre os países beneficiará a todos, pois hoje mais do que nunca está claro que ou nos salvamos todos ou não se salva ninguém. Precisamos viver a gratuidade fraterna, pois ela transforma nossa existência em um mundo cheio de ansiedade, e por isso Jesus diz em Mt 6, 3-4: "Quando deres esmola, que a tua mão esquerda não saiba o que faz a tua direita, a fim de que a tua esmola permaneça em segredo". Se recebemos nossa vida gratuitamente, logo é justo que ajudemos o outro na gratuidade, pois Jesus dizia aos discípulos: "Recebestes de graça, dai de graça" (Mt 10, 8).

Ao falar de abertura de fronteira entre as nações precisamos compreender que nunca deve ser compreendida como ameaça a identidade de uma nação, mas ao contrário, enriquece-se com os elementos doutros lugares, da cultura que chega e ajuda a fazer uma nova síntese, beneficiando a todos. Essa abertura não deve renunciar ao próprio tesouro da cultura existente, mas é um diálogo com o outro, um encontro e acolhida, afinal o próprio bem do mundo requer que cada um proteja e ame a sua própria terra. E não esqueçamos que somos seres fronteiriços, que não possui fronteiras e nem limites.

CAPÍTULO V – A POLÍTICA MELHOR

Para que ocorra o desenvolvimento da comunidade mundial é importante que a política seja colocada a serviço do bem comum. É necessário fazer crescer junto com a espiritualidade fraterna uma organização mundial mais eficiente para ajudar a resolver os problemas dos abandonados que sofrem e morrem nos países pobres. É urgente uma mudança nos corações humanos, nos hábitos e estilos de vida. Precisamos pensar a vida humana de forma mais integral para dar qualidade às relações humanas, de modo que seja a própria sociedade a reagir face às injustiças, às aberrações, aos abusos dos poderes econômicos, tecnológicos, políticos e mediáticos.

Infelizmente o século XXI vive uma perda de poder nos países, tudo porque a dimensão econômica e financeira prevalece sobre a questão política. É fundamental organizações mundiais capazes e dotadas de autoridade para assegurar o bem comum mundial e assim buscar meios para acabar com a miséria, fome e manter a defesa dos direitos humanos fundamentais. Saibamos que a justiça é um requisito indispensável para realizar o ideal da fraternidade universal.

Bom lembrar que a política que deve submeter-se à economia, e não o contrário, onde percebemos que o mau uso do poder, leva à corrupção, ao desrespeito das leis e sofrimento da humanidade. Não pode aceitar uma economia sem política, mas precisamos de uma política que pense com visão ampla e leve adiante uma formulação integral, através de um diálogo interdisciplinar para resolver os diversos aspectos da crise, afinal uma política saudável deve ser dotada de procedimentos que permita superar pressões e inércias viciosas. E como nos ensina os bispos de Portugal: “a terra é um empréstimo que cada geração recebe e deve transmitir à geração seguinte” (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, 2003, p. 20; cf. FRANCISCO, 2015, p. 159).

Amor Político

Precisamos reconhecer que todo ser humano é irmão e deste modo a amizade social deve integrar todos num exercício de caridade, uma união para gerar processos sociais de fraternidade e justiça para todos. A política é um meio fundamental para avançar na ordem social do bem comum e a caridade política e social nos leva a amar o bem comum e a buscar o bem de todas as pessoas, considerando não apenas a individualidade, mas também a dimensão social que nos une. Uma boa política é aquela que busca caminhos de construção de comunidade nos diferentes níveis da vida social, buscando reequilibrar e reordenar a globalização para evitar seus efeitos desagregadores.

Neste sentido precisamos avançar para uma civilização do amor, na qual a caridade seja o tom para construir um mundo novo e a caridade precisa da luz da verdade que é exatamente a luz da razão e da fé que são responsáveis no desenvolvimento das ciências e nos permite alcançar resultados de um amor eficaz.

Estamos distantes de uma globalização dos direitos humanos essenciais, por isso que a política mundial não pode deixar de lutar para eliminar efetivamente a fome. Porém,

quando a especulação financeira condiciona o preço dos alimentos, tratando-os como uma mercadoria qualquer, milhões de pessoas sofrem e morrem de fome. Por outro lado,

descartam-se toneladas de alimentos. Isto constitui um verdadeiro escândalo. A fome é criminosa, a alimentação é um direito inalienável (FRANCISCO, 2014, p. 853).

Percebemos claramente que temos uma grande tarefa mundial para resolver na política internacional que é deixar o discurso e boas intenções e resolver a maior necessidade da humanidade que é a eliminação da fome. Além deste assunto, é fundamental que os governantes sejam capazes de ensinar o valor do respeito, a convivência da paz e impedir o derramamento de sangue de inocentes, afinal é inaceitável uma política que semeia o ódio e o medo. A política deve ceder lugar para a ternura, um amor que se torna próximo e concreto.

Saibamos que ao amor se une a boa política, une também a esperança, a confiança nas reservas do bem que existem no coração da humanidade. E é por isso que a vida autenticamente política se funda no direito, no diálogo entre as pessoas e se renova na convicção de que cada pessoa é sinal vivo de uma promessa que pode irradiar novas energias relacionais, intelectuais, culturais e espirituais. Portanto a política é mais nobre que qualquer marketing, aparências midiáticas, pois ela pensa num futuro e busca responder as perguntas: Quanto amor coloquei no meu trabalho? Em que fiz progredir o povo? Quais marcas deixei na vida da sociedade? Quais laços reais construí? Quais forças positivas desencadeei? Quanta paz social semeei? O que produzi no lugar que me foi confiado?

89

CAPÍTULO VI – DIÁLOGO E AMIZADE SOCIAL

Dialogar é aproximar-se, expressar-se, ouvir, olhar, conhecer, esforçar-se, encontrar e ajudar mutuamente, numa atitude corajosa e perseverante para ajudar o mundo a viver melhor. Um país cresce quando dialoga de modo construtivo com suas diversas riquezas culturais. O diálogo social autêntico pressupõe a capacidade de respeitar o ponto de vista do outro aceitando as convicções e interesses legítimos. Importante lembrar que as diferenças são fundamentais, pois elas criam tensões, levam para uma resolução dessa tensão e promove o progresso da humanidade.

É importante verificar que a comunicação nos leva para o encontro generoso, uma busca sincera para a verdade íntegra, ao serviço, para aproximação dos últimos e ao compromisso de construir o bem comum. Os bispos da Austrália nos lembram que “não podemos aceitar um mundo digital projetado para explorar as nossas fraquezas e tirar fora o pior das pessoas” (CONFERÊNCIA DOS BISPOS CATÓLICOS DA AUSTRÁLIA, 2019, p. 5).

A verdade não é meramente a comunicação de informações feitas pelo jornalismo, mas é a busca dos fundamentos mais sólidos que estão na base das nossas opções e também nas nossas leis. Refletindo sobre a natureza humana, a razão, descobre valores que são universais e derivam dela, eis o poder da inteligência humana que ao indagar consegue aproximar da verdade e vai além das conveniências do momento atual. É possível chegar algumas verdades fundamentais que devem e deverão ser sempre defendidas.

Uma Nova Cultura

Nossa vida é encontro e desencontro, e, portanto, precisamos permitir crescer uma cultura do encontro que supere as dialéticas que colocam um contra o outro. Nossa vida é um poliedro que possui várias faces e requer de todos aprender alguma coisa, pois ninguém é inútil, supérfluo. Acolher as periferias significa permitir enriquecer com os vários aspectos da realidade que não permite descobrir apenas a partir dos centros de poder, onde se tomam as decisões, mas também das periferias geradoras de riquezas da vida e da verdade.

Cultura é inspiração do povo, um modo de viver do encontro e que nos apaixona, especialmente em grupos que são capazes de lançar pontes, envolver com o outro, buscando contatos e aspirações a um estilo de vida que brota da profundidade do ser deste povo, como sinais capazes de recolher as diferenças e fazer uma síntese do encontro a partir de uma nova cultura. Armemos nossos filhos com as armas do diálogo! Ensinemos-lhes a boa batalha do encontro! Ainda é possível optar pelo cultivo da amabilidade; há pessoas que o conseguem, tornando-se estrelas no meio da escuridão, pois: “O fruto do Espírito é: amor, alegria, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão, autodomínio” (Gal 5, 22).

A amabilidade é uma libertação da crueldade que às vezes penetra nas relações humanas, da ansiedade que não nos deixa pensar nos outros, da urgência distraída que ignora que os outros também têm direito de ser felizes. O exercício da amabilidade não é um detalhe insignificante nem uma atitude superficial ou burguesa. Dado que pressupõe estima e respeito, quando se torna cultura numa sociedade, transforma profundamente o estilo de vida, as relações sociais, o modo de debater e confrontar as ideias. Facilita a busca de consensos e abre caminhos, os quais a exasperação destrói todas as pontes.

CAPÍTULO VII – PERCURSOS DUM NOVO ENCONTRO

Nos nossos tempos, faz falta os artesãos da paz que agem com ousadia, curam certas feridas e promovem encontros. Recomeçar a partir da verdade quer dizer aprender a cultivar uma memória penitencial, capaz de assumir o passado e libertar o futuro de suas confusões, projeções e armadilhas. Este trabalho é alicerçado na verdade e na justiça, se faz passo a passo, com uma esperança comum, capaz de superar a vingança que muitas vezes deseja falar mais alto. Essa verdade tem uma companheira que se chama misericórdia, de forma que Verdade, Justiça e Misericórdia são companheiras para construir a paz e cada uma delas impede que as outras sejam adulteradas.

(...) A verdade é contar às famílias dilaceradas pela dor o que aconteceu aos seus parentes desaparecidos. A verdade é confessar o que aconteceu aos menores recrutados pelos agentes de violência. A verdade é reconhecer o sofrimento das mulheres vítimas de violência e de abusos. (...) Cada ato de violência cometido contra um ser humano é uma ferida na carne da humanidade; cada morte violenta “diminui-nos” como pessoas. (...) A violência gera mais violência, o ódio gera mais ódio, e a morte mais morte. Temos de quebrar esta corrente que aparece como inelutável (FRANCISCO, 2017, p. 1063-1064 e p. 1066).

O caminho da paz implica reconhecer a possibilidade de que o próximo contribua com uma visão legítima, proativa, um caminho de

convivência na luta contra o egoísmo e a riqueza injusta, e como diz os bispos da Coréia do Sul: “só se pode alcançar quando lutamos pela justiça através do diálogo, buscando a reconciliação e o desenvolvimento mútuo” (CONFERÊNCIA DOS BISPOS CATÓLICOS DA COREIA, 2017). Saibamos que os processos efetivos duma paz duradoura são, antes de mais nada, transformações artesanais realizadas pelos povos, de tal modo cada pessoa pode ser um fermento eficaz com o seu estilo de vida diária. As grandes transformações não são construídas à escurinha ou no escritório.

A construção da paz social em um país nunca termina, pois exige o compromisso de todos e é fundamental que a pessoa humana seja colocada no centro de toda a ação política, social e econômica, bem como a sua sublime dignidade e o respeito pelo bem comum. E para promover encontros de amizade social não só nos grupos sociais distanciados, mas também envolver os setores mais pobres e vulneráveis. Paz não significa ausência de guerras, porém é garantir, reconhecer e reconstruir a dignidade dos nossos irmãos mais desfavoráveis e sofredores.

O significado e valor do perdão

O tema da reconciliação e o perdão são assuntos muito complexos na sociedade e ao depararmos com um texto de Jesus Cristo nos surpreende em Mt 10, 34-36: “Não penseis que vim trazer a paz à terra; não vim trazer a paz, mas a espada. Porque vim separar o filho do seu pai, a filha da sua mãe e a nora da sua sogra; de tal modo que os inimigos do homem serão os seus familiares”. Aqui sabemos que o contexto apresenta a fidelidade à própria opção, sem ter vergonha que traga contrariedades aos entes queridos por tal opção, mas o texto sagrado nos convida a suportar o conflito que é inevitável perante a paz familiar ou social.

O que precisamos aprender é tomar uma posição decidida e coerente, e nos inspiremos na carta de Paulo aos Romanos 12,21: “Não te deixes vencer do mal, mas vence o mal com o bem”. Assim sendo, a bondade é uma força capaz de renunciar qualquer desejo de vingança, de querer sanar uma ferida não curada pelo mal a ser praticado. Na verdade, o rancor que só me faz mal, é uma parte da

guerra que está dentro de mim, um fogo no coração que deve ser apagado para tornar-se um incêndio.

A verdadeira reconciliação não escapa do conflito, mas alcança-se dentro do conflito, superando através da arma do diálogo, de negociações transparentes, sinceras e pacientes. De repente estas lutas que inicialmente eram ódio mútuo, serão transformadas numa concorrência honesta fundada no amor da justiça. Lembremos da oração do Papa Francisco:

Lembraí-Vos de nós na vossa misericórdia. Dai-nos a graça de nos envergonharmos daquilo que, como homens, fomos capazes de fazer, de nos envergonharmos desta máxima idolatria, de termos desprezado e destruído a nossa carne, aquela que Vós formastes da lama, aquela que vivificastes com o vosso sopro de vida. Nunca mais, Senhor, nunca mais! (FRANCISCO, 2014, p. 228).

Importante refletir que o perdão não implica esquecimento, mas saibamos que o perdão livre e sincero é uma grandeza que reflete a imensidão do perdão divino. Perdão é gratuidade, é livre, sincero e audacioso podendo perdoar até mesmo quem resiste ao arrependimento e é incapaz de pedir perdão. Os que perdoam não esquecem, porém renunciam a deixar-se dominar pela força destruidora que os lesou, pois sabem que a vingança não resolve nada. Portanto o perdão é buscar a justiça sem cair no círculo vicioso da vingança nem na injustiça do esquecimento.

93

Guerra e Pena de morte

Guerra e pena de morte não são soluções para problemas que pretendemos superar, mas na verdade aumenta a ferida da sociedade. Sabemos que muitos buscam e nutrem a guerra como um caminho para soluções e agem com abusos de poder, com alarmes falsos e a propagação do medo, mas lembremos o texto sagrado que diz: “No coração dos que maquinam o mal, há falsidade, mas aqueles que têm conselhos de paz, viverão na alegria” (Prov 12, 20). É preciso continuar incansavelmente no esforço de evitar a guerra entre as nações e os povos, pois a guerra tornou-se uma ameaça constante.

A guerra é um fracasso da política e da humanidade, uma rendição vergonhosa, uma derrota frente as forças do mal, ameaçando-nos com uso de armas nucleares, químicas ou biológicas. Dinheiro enorme usados para a destruição enquanto poderia constituir um Fundo Mundial para acabar com a fome nos países mais pobres, evitando assim que os mais sofrendores abandonem os seus países à procura duma vida mais digna.

Falando da pena de morte São João Paulo II declarou que não a pena de morte é inadmissível (Cf. *Evangelium vitae*, 56) e o papa Francisco em seu discurso na comemoração do 25º Aniversário do Catecismo da Igreja Católica afirma que: a Igreja compromete-se a propor que seja abolida em todo o mundo (FRANCISCO, 2017, p. 119)

Desde os primórdios da Igreja sempre exortava que matar é um crime e o Papa Nicolau I dizia: “Esforçai-vos por livrar da pena de morte não só cada um dos inocentes, mas também todos os culpados” (*Epistula* 97, 991). E Santo Agostinho, perante o julgamento de alguns homicidas que assassinaram dois sacerdotes dizia ao juiz:

Não que pretendamos com isto impedir que se tire a indivíduos celerados a liberdade de cometer delitos, mas queremos que, para esse fim, seja suficiente que, deixando-os vivos e sem mutilá-los em parte alguma do corpo, aplicando as leis repressivas, eles sejam afastados da sua agitação insana para serem reconduzidos a uma vida salutar e pacífica, ou que, retirados das suas ações perversas, sejam ocupados nalgum trabalho útil. Também isto é uma condenação, mas quem não entenderia que se trata mais dum benefício que dum suplício, uma vez que não se deixa campo livre à audácia da ferocidade, nem se retira o remédio do arrependimento? (...) Indigna-te contra a iniquidade, mas sem esqueceres a humanidade; não dês livre curso à volúpia da vingança contra as atrocidades dos pecadores, mas pretende antes curar as suas feridas (*Epistula ad Marcellinum* 133).

Quem promove a pena de morte são aqueles que vivem dos medos, rancores e desejos vingativos e que não acreditam na cura e reinserção na sociedade. É vergonhoso imaginar que há países que não são capazes de pensar em outros meios para defender a vida de outras pessoas do agressor injusto. Todos os cristãos e homens de boa

vontade são chamados hoje a lutar não só pela abolição da pena de morte, mas também para melhorar as condições carcerárias, no respeito pela dignidade humana das pessoas privadas da liberdade. Relacionado a isto temos também a prisão perpétua, que é uma pena de morte escondida.

CAPÍTULO VIII - AS RELIGIÕES AO SERVIÇO DA FRATERNIDADE NO MUNDO

O diálogo entre pessoas de diferentes religiões não se faz apenas por diplomacia, amabilidade ou tolerância, mas estabelece por uma amizade, paz, harmonia, partilha de valores, experiências morais e espirituais dentro de um clima de verdade e amor. O maior apelo deve ser para a fraternidade, buscando a Deus com o coração sincero, evitando que Deus seja ofuscado com nossos interesses ideológicos ou instrumentais, e assim reconhecer-nos como amigos de estrada, verdadeiros irmãos.

Entre as religiões, é possível um caminho de paz, e o ponto de partida deve ser o olhar de Deus que nos olha com os olhos do coração, vendo cada pessoa seja qual for, dentro ou fora da religião, pois o olhar é amoroso. A adoração de Deus é o amor ao próximo e a violência não encontra fundamento algum nas convicções religiosas fundamentais, mas nas suas deformações.

O culto sincero e humilde a Deus é aquele que leva a um solícito compromisso em prol do bem-estar de todos e não à discriminação, ao ódio e à violência, mas sim ao respeito pela sacralidade da vida. Nossas convicções religiosas consentem-se em reconhecer os valores fundamentais da nossa humanidade comum. Valores que deve colaborar, construir, dialogar, perdoar e crescer, fazendo ressoar um canto nobre e harmonioso da paz e do bem e não gritos fanáticos de ódio.

Os líderes religiosos, são chamados a serem construtores da paz, intermediadores, mediadores e artífices da paz, unindo e não dividindo, extinguindo o ódio em vez de conservar, abrindo caminhos para o diálogo em vez de erguer mundos do ódio. “Com efeito, Deus, o Todo-Poderoso, não precisa ser defendido por ninguém e não quer que o Seu nome seja usado para aterrorizar as pessoas” (FRANCISCO, 2019, p. 22).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, fica um apelo à paz, Justiça e fraternidade:

Em nome de Deus, que criou todos os seres humanos iguais nos direitos, nos deveres e na dignidade e os chamou a conviver entre si como irmãos, a povoar a terra e espalhar sobre ela os valores do bem, da caridade e da paz.

Em nome da alma humana inocente que Deus proibiu de matar, afirmando que qualquer um que mate uma pessoa é como se tivesse morto toda a humanidade e quem quer que salve uma pessoa é como se tivesse salvo toda a humanidade.

Em nome dos pobres, dos miseráveis, dos necessitados e dos marginalizados, a quem Deus ordenou socorrer como um dever exigido a todos os homens e de modo particular às pessoas facultosas e abastadas.

Em nome dos órfãos, das viúvas, dos refugiados e dos exilados das suas casas e dos seus países; de todas as vítimas das guerras, das perseguições e das injustiças; dos fracos, de quantos vivem no medo, dos prisioneiros de guerra e dos torturados em qualquer parte do mundo, sem distinção alguma.

Em nome dos povos que perderam a segurança, a paz e a convivência comum, tornando-se vítimas das destruições, das ruínas e das guerras.

Em nome da "*fraternidade humana*", que abraça todos os homens, une-os e torna-os iguais.

Em nome desta *fraternidade*, dilacerada pelas políticas de integralismo e divisão e pelos sistemas de lucro desmesurado e pelas tendências ideológicas odiosas, que manipulam as ações e os destinos dos homens.

Em nome da liberdade, que Deus deu a todos os seres humanos, criando-os livres e enobrecendo-os com ela.

Em nome da justiça e misericórdia, fundamentos da prosperidade e pilares da fé.

Em nome de todas as pessoas de boa vontade, presentes em todos os cantos da terra.

Em nome de Deus e de tudo isto, (...) declaramos adotar a cultura do diálogo como caminho; a colaboração comum como conduta; o conhecimento mútuo como método e critério (FRANCISCO, 2019, p. 22).

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO. **Epistula ad Marcellinum** 133, 1.2: PL 33, 509.
- BENTO XVI, Carta enc. **Caritas in veritate**, 29 de junho de 2009, 22: AAS 101, 2009, 657.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. 6ª reimpressão. São Paulo: Paulinas, 1993.
- Conferência dos Bispos Católicos da Austrália - **Departamento para a Justiça Social**, Making it real: genuine human encounter in our digital world, novembro de 2019, 5.
- Conferência dos Bispos católicos da Coreia, **Appeal of the Catholic Church in Korea for Peace on the Korean Peninsula**, 15 de agosto de 2017.
- CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, **Carta pastoral Responsabilidade solidária pelo bem comum**, 15 de setembro de 2003, 20.
- FRANCISCO, **Invocação na visita ao memorial Yad Vashem**, 26 de maio de 2014: AAS 106, 2014, 228.
- FRANCISCO, **Discurso aos participantes no encontro mundial dos movimentos populares**, 28 de outubro de 2014: AAS 106, 2014, 853.
- FRANCISCO, **Carta Encíclica Laudato Si**, 24 de maio de 2015, 159: AAS 107, 2015, 914.
- FRANCISCO, **Discurso no Encontro com as autoridades e o corpo diplomático, Sarajevo** – Bósnia-Herzegovina 6 de junho de 2015: L'Osservatore Romano ed. semanal portuguesa de 11/VI/2015, 3.
- FRANCISCO, **Alocução na liturgia de Reconciliação**, Villavicencio – Colômbia 8 de setembro de 2017: AAS 109, 2017, 1063-1064 e 1066.
- FRANCISCO, **Discurso na comemoração 25º Aniversário do Catecismo da Igreja Católica**, 11 de outubro de 2017: AAS 109, 2017, 119.
- FRANCISCO – Ahmad Al-Tayyeb, **Documento sobre a fraternidade humana em prol da paz mundial e da convivência comum**, Abu Dhabi 4 de fevereiro de 2019: L'Osservatore Romano, ed. semanal portuguesa de 05/II/2019, 22.
- FRANCISCO. **Discurso aos professores e estudantes do Colégio São Carlos de Milão**, 6 de abril de 2019: L'Osservatore Romano (08-09/IV/2019), p.6.
- FRANCISCO, **Discurso sobre as armas nucleares**, (Nagasaki - Japão 24 de novembro de 2019): L'Osservatore Romano, ed. semanal portuguesa de 03/XII/2019, 9.
- FRANCISCO. **Fratelli Tutti**: Carta Encíclica sobre a fraternidade e a amizade social. Brasília: CNBB, 2020.
- Filme: **Papa Francisco, um homem de Palavra**, Direção e produção: Wim Wenders, Itália, Distribuidora: Universal Pictures do Brasil, 2018.
- JOÃO CRISÓSTOMO, **Homiliae in Matthaeum**, 50, 3-4: p. 58, 508.

JOÃO PAULO II, **Evangelium Vitae**, 25 de março de 1995, 5: AAS 87, 1995, 463-464.

Karl Rahner, **Kleines Kirchenjahr. Ein Gang durch den Festkreis**, Friburgo 1981, 30.

NICOLAU, Papa. **Epistula 97 responsa ad consulta bulgarorum**, 25: PL 119, 991.

TOMÁS DE AQUINO, **Scriptum super Sententiis**, lib. III, dist. 27, q. 1, a. 1, ad 4.

PRIMEIROS ESCRITOS



A POSSIBILIDADE DA CONSTITUIÇÃO DE UMA FILOSOFIA NACIONAL BRASILEIRA³³

Mateus Henrique da Silva³⁴

A possibilidade de se fazer uma filosofia tipicamente nacional é o centro de muitas discussões no âmbito acadêmico-filosófico brasileiro. Muito se questiona se o que há de filosofia nesta porção de terras sul-americanas não é nada mais que uma assimilação de ideias europeias e de algo pouco criativo, que se ocupa de problemas "importados", resultando numa cultura filosófica sem identidade própria. Por isso, nestas linhas, serão trazidas a liame, de modo genérico, algumas considerações sobre a possibilidade do desenvolvimento de uma filosofia genuinamente brasileira e se é possível considerar uma evolução de ideias filosóficas no solo brasileiro.

Para abordar o lugar do problema da filosofia no Brasil e a possibilidade de uma reflexão sobre uma possível ruptura ou continuidade, ao decorrer da história, faz-se necessário que se compreenda o modo pelo qual a própria filosofia se constitui e se desenvolve. Segundo o filósofo e historiador baiano Antônio Paim (1927-2021), em sua obra *História das ideias filosóficas no Brasil*, "a filosofia se desenvolve a partir de três planos: as perspectivas, os sistemas e os problemas" (PAIM, 2007, p. 14). Será a partir desses três elementos que a problemática desta nota será desenvolvida.

As perspectivas são anteriores aos problemas filosóficos, de modo que elas antecedem as questões colocadas para a discussão. É nas perspectivas que reside o inelutável e perene na filosofia. Na história, notamos, de acordo com o desenvolvimento kantiano, por um lado, a

³³ Recebido em 27/05/2021 e aceito em 15/06/2021.

³⁴ Acadêmico do quarto período do curso de Filosofia do Instituto de Filosofia e Teologia Santa Cruz, cursando a disciplina de História da Filosofia no Brasil. Bacharel em Ciências Contábeis. E-mail: mateus.sylva@29@gmail.com

perspectiva transcendente, que diz respeito a sair do modo que somos para aquilo porque somos cercados, a fim de conhecermos seguramente. Os princípios que ultrapassam a experiência possível destacam a possibilidade de uma mudança de perspectiva, por isso são eles chamados transcendentais. Por outro lado, nota-se também a perspectiva transcendental, representada pela fundamentação dos processos de conhecimento e de suas condições; também a perspectiva transcendental possui características da transcendente. A substância, que outrora era considerada central, aqui perdeu lugar para a consideração do fenômeno. É uma perspectiva em oposição à transcendente e que ganhou seu ápice na modernidade (cf. PAIM, 2007).

Como outra chave de leitura, existem os sistemas, que são um encadeamento de partes interdependentes umas das outras. Muitos sistemas foram formados a partir das perspectivas filosóficas. Mesmo sendo para nós mais familiares do que as perspectivas, nos sistemas a possibilidade do conhecimento total é posta em xeque (cf. PAIM, 2007). O sistema implica em um limite que consiste na possibilidade de ele passar, dada sua natureza transitória. Segundo Paim, “os grandes sistemas de filosofia desapareceram ao longo do século XX, dando lugar à ênfase nos problemas” (PAIM, 2007, p. 19).

Os problemas são elementos animadores da filosofia e, com seus objetos, sempre começam com uma pergunta, responsável por manifestar a questão existente; o tipo de pergunta que se faz manifesta o tipo do problema que é refletido, resultando no modo de conhecimento que se obtém. A partir de determinadas perspectivas, os filósofos dão aos problemas um renovo. São os problemas que oferecem o aprofundamento da consciência filosófica. As filosofias nacionais distinguem-se umas das outras pelos problemas que dão preferência. A destruição de um sistema anterior depende do aprofundamento da consciência dos problemas.

O que dá a possibilidade de se pensar uma filosofia do Brasil, uma filosofia nacional, são os problemas, visto que ela se dá em um caráter de continuidade (cf. PAIM, 2007). O fato de afirmar que sistemas filosóficos ruem e outros aparecem permite a dedução de que a filosofia vive pelos problemas e pelo seu diálogo com eles. Os problemas não são sistemas, mas eles alimentam e retroalimentam o pensamento. É na história da filosofia, tomada como a arqueologia do

saber, que esses problemas são localizados e é onde manifestam a indagação filosófica. A continuidade da filosofia no Brasil é perceptível em um país culturalmente e intelectualmente em desenvolvimento, dotado de problemas e contextos sociais bastante sérios, sejam politicamente ou economicamente, o que desemboca em uma percepção da condição humana referenciada por tais contextos.

As respostas às indagações filosóficas são envolvidas pelos aspectos contextuais, tecnológicos, culturais etc. No Brasil e no pensamento de uma filosofia nacional, isso não é diferente. O que move a filosofia nacional é, portanto, três problemas: o homem, a política e a ciência. O primeiro fundamento é uma via presente nos últimos. Ao se tratar de uma filosofia brasileira, somos indagados acerca do próprio problema da filosofia. A principal questão que podemos afirmar quanto às vertentes filosóficas é a da possibilidade de uma filosofia autônoma e autêntica, autonomia em questão heurística e autêntica na questão hermenêutica.

Na filosofia brasileira, o problema do homem é catalisador e, como dito acima, é presente nos demais. A possibilidade de uma investigação nacional se inicia a partir mesmo da descoberta das terras brasileiras. Nos últimos 200 anos, podemos considerar uma formação de pensamento e sua documentação. Com a vinda da família real, o Brasil passou a conviver de maneira direta com o arcabouço intelectual lusitano, com base nos seus aspectos históricos, dando condições para o pensamento que também se desenvolve por contingentes históricos.

A partir do século XVII, houve a gestação dessa identidade filosófica brasileira, que não mais repete as indagações e historicidades de outrem, mas capaz de doar sentido. Culminou-se, porém, no século XIX, a sucessão de movimentos, o que permitiu o estabelecimento de uma filosofia e intelectualidade luso-brasileira. É o reconhecimento da grandeza dos problemas filosóficos que soluciona a questão das filosofias nacionais, especificamente nesse caso a do Brasil, o que não é algo isolado porque precisam ser universais para serem filosofias.

Quanto à meditação filosófica brasileira, confrontamo-la com a portuguesa, de estilo europeu, visto que esta ajudou a construção de uma identidade brasileira. Muitas foram as polêmicas endereçadas ao estilo filosófico no Brasil, pois observou-se a preocupação com a

originalidade do pensamento. Como o trecho introdutório desta nota coloca, a filosofia do Brasil equivale às vicissitudes do pensamento incorporado, principalmente do estilo europeu, no país? Os historiadores muito acusaram nossa filosofia nacional de cópias e importações de ideias (cf. PAIM, 2007). Outras fontes questionaram essas polêmicas, caracterizando-as como estéreis e absurdas. O filósofo baiano questiona se, para torná-la autêntica, teria de ser a filosofia selvagem e originária. (cf. PAIM, 2007).

Esse questionamento pode ter ocorrido por um erro dos historiadores de confundirem contemporaneidade no plano das ideias com o empenho de copiar instituições. Um erro dessa problematização da originalidade é pensar que a filosofia é pronta e fechada, e caberia a nós somente assimilá-la. O aprofundamento do conceito de filosofia nacional requer um trabalho que observe com atenção os problemas e os momentos históricos que, no Brasil, são múltiplos e contínuos. Portanto, a distinção desses planos em que se desenvolvem a filosofia é a via pela qual o acesso à mais correta compreensão de uma filosofia nacional é possível e contínua (cf. PAIM, 2007). A continuidade se dá quando, na demolição do sistema anterior, os problemas e a sua consciência não se extinguem, mas para essa ruína, faz-se necessário o aprofundamento da consciência dos problemas, que até mesmo nos antigos sistemas haviam sido pensados (cf. MONDOLFO *apud* PAIM, 2007).

REFERÊNCIA

PAIM, Antônio. **História das ideias filosóficas no Brasil**. 6ª. Ed. Vol. 1. São Paulo: Humanidades, 2007.

SOBRE A REVISTA



SOBRE A REVISTA E DIRETRIZES PARA AUTORES

A **ILLUMINARE – REVISTA DE FILOSOFIA E TEOLOGIA** surge com o objetivo de publicar material bibliográfico argumentativo, temático-literário e imagético inédito nas áreas de filosofia e teologia a fim de promover o debate tanto na perspectiva de suas especificidades, quanto de maneira interdisciplinar. A publicação, de **periodicidade semestral**, consta de material produzido por pesquisadores, professores e estudantes do Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás (IFITEG) e de outras IES brasileiras e internacionais.

Cada número poderá ser composto pelas seguintes sessões: Dossiê Temático (seção organizada semestralmente por um professor do IFITEG – alternando entre os cursos de filosofia e teologia); Artigos de Fluxo Contínuo (seção reservada para a publicação de docentes e pesquisadores sem que se incluam na temática específica do Dossiê); Primeiros Escritos (seção reservada para a publicação da produção discente não apenas do IFITEG, mas de outras IES – somente para graduandos em filosofia ou teologia); Para Pensar e Agir (seção em que serão publicados textos com finalidade didática, marcando a contribuição social da Revista com o trabalho dos professores do Ensino Básico); e Outros Diálogos Possíveis (seção dedicada à publicação de materiais que não necessariamente se enquadram na modalidade “artigo científico”, mas que, ainda assim, contribuem para a reflexão e o diálogo, tais como: contos, crônicas, charges, poemas, fotografias, entrevistas a serem julgados pelo Conselho Editorial).

105

PROCESSO DE AVALIAÇÃO PELOS PARES

Os trabalhos encaminhados à **ILLUMINARE – REVISTA DE FILOSOFIA E TEOLOGIA** serão primeiramente avaliados pelo Conselho Editorial. Caso sejam aprovados, serão remetidos a professores de renomado conhecimento na área específica do assunto sobre o qual versam. Os trabalhos serão enviados sem a identificação dos autores. No caso de

receberem pareceres contraditórios, serão submetidos a um terceiro relator.

PERIODICIDADE

A publicação será semestral, exclusivamente eletrônica, com duas edições por ano. A Revista é de responsabilidade do Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás (IFITEG).

POLÍTICA DE ACESSO LIVRE

A Revista oferecerá acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de democratização mundial do conhecimento, estando hospedada no site do Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás (IFITEG).

DIRETRIZES PARA AUTORES

1. A Revista reserva-se no direito de publicar trabalhos inéditos em língua portuguesa (ou traduzidos para o português, com a devida permissão do autor), em uma das modalidades previstas por suas seções.
2. A Revista não cobra nenhuma taxa por textos publicados e tampouco pelos submetidos para avaliação, revisão, publicação, distribuição ou download. Isso significa que os autores também não serão remunerados pela publicação, fazendo-o de forma gratuita.
3. Os artigos somente serão submetidos pelo e-mail da Revista, qual seja: illuminare@ifiteg.edu.br
4. O Conselho Editorial reserva-se o direito de aceitar, recusar ou rerepresentar o original ao autor com sugestões de mudanças. Os pareceres dos consultores permanecerão em sigilo.
5. Tanto os artigos deverão ter entre 10 e 20 páginas e as resenhas até 5 páginas.
6. Os artigos publicados nas seções Dossiê Temático e de Fluxo Contínuo poderão ter, no máximo, dois autores, sendo aceitos apenas trabalhos de mestres ou mestrandos, doutores ou doutorandos. Os artigos publicados na seção Primeiros Escritos

devem ser encaminhados por estudantes de graduação em filosofia ou teologia, sendo que os orientadores apenas serão considerados autores caso tenham contribuído efetivamente na produção dos materiais.

7. Os artigos deverão ser acompanhados de:
 - a. Título em português e em inglês.
 - b. Resumo e abstract com no mínimo 50 e no máximo 150 palavras.
 - c. O nome completo, a titulação, o endereço e o e-mail do(s) autor(es) – estas informações serão retiradas para o processo de submissão aos pareceristas.
8. Além disso, os artigos devem estar de acordo com as seguintes normas:
 - a. Sistema de chamada para citação de acordo com a NBR 10520 da ABNT.
 - b. Referências no final do texto e de acordo com a NBR 6023 da ABNT.
9. Nas citações:
 - a. O sobrenome do autor dentro dos parênteses deve vir em caixa alta e fora dos parênteses em caixa baixa com a inicial em maiúscula. Ex.: Rousseau (1978), (ROUSSEAU, 1978).
 - b. Diferentes títulos do mesmo autor publicados no mesmo ano serão identificados por uma letra depois da data. Ex.: (ROUSSEAU, 1978a), (ROUSSEAU, 1978b).
 - c. O símbolo "/" servirá para separar páginas não contínuas e o símbolo "-" páginas contínuas. Ex.: (ROUSSEAU, 1978a, p. 21/32), (ROUSSEAU, 1978b, p. 33-35).
10. As referências devem ser apresentadas no final do texto, ordenadas alfabeticamente em ordem ascendente.

CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores serão obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A submissão é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, justificar junto ao e-mail.
2. Os arquivos para submissão estão em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (desde que não ultrapasse os 4MB).
3. Todos os endereços de páginas da Internet (URLs) incluídos no texto deverão estar ativos e prontos para clicar.
4. O texto está em espaço 1,5; usa fonte de 12 pontos (*arial* ou *times new roman*); emprega itálico ao invés de sublinhar; figuras e tabelas estão inseridas no corpo do texto, e não em seu final.
5. O texto segue os padrões de estilo e requisitos solicitados acima em DIRETRIZES PARA AUTORES.

DECLARAÇÃO DE DIREITO AUTORAL

Os autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

- a) Mantém os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação.
- b) Têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
- c) Têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou em sites pessoais) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado.

108

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados pela publicação, não sendo disponibilizados para outra finalidade ou a terceiros.

